



CONFERÊNCIA ESTADUAL DE **ASSISTÊNCIA SOCIAL**

ASSISTÊNCIA SOCIAL:
DIREITO DO POVO E DEVER DO
ESTADO, COM FINANCIAMENTO
PÚBLICO, PARA ENFRENTAR AS
DESIGUALDADES E GARANTIR
PROTEÇÃO SOCIAL

**Conferência Realizada Por Meio Virtual Através da Plataforma
Microsoft Teams**

**SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO E
DESENVOLVIMENTO SOCIAL – SEDESE MG**

**CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE MINAS
GERAIS - CEAS MG**

**ANAIS DA 14ª CONFERÊNCIA ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA
SOCIAL DE MINAS GERAIS**

Outubro de 2021

GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Romeu Zema Neto

Governador do Estado de Minas Gerais

Paulo Eduardo Rocha Brant

Vice – Governador do Estado de Minas Gerais

Elizabeth Jucá e Mello Jacometti

Secretária de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social

Gabriela Gervason Reis

Chefe de Gabinete

Mariana de Resende Franco

Subsecretária de Assistência Social

Roberta Kelly Figueiredo

Assessora de Gestão do Fundo Estadual de Assistência Social –
FEAS

Cristiano de Andrade

Superintendente de Proteção Social Especial

Elder Carlos Gabrich Júnior

Superintendente de Proteção Social Básica e Gestão do Sistema
Único de Assistência Social-SUAS

Gabriele Sabrina da Silva

Superintendente de Vigilância e Capacitação

CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE MINAS GERAIS- CEAS MG (2019 - 2021)

MESA DIRETORA

Patrícia Carvalho Gomes
Presidenta
Mariana de Resende Franco
Vice Presidenta
Anédia Miranda Farias
1ª Secretária
Ivone Pereira Castro Silva
2ª Secretária

REPRESENTANTES SOCIEDADE CIVIL

DA

Suplente: Laureci Alves de Paula - O Movimento do Graal no Brasil Conselhos Municipais de Assistência Social

Usuários da Assistência Social

Titular: Anédia Miranda Farias - Fórum Municipal dos Usuários do SUAS/BH
Suplente: Damião Braz - Articulação dos Povos e Organizações Indígenas
Titular: Isaura dos Santos Lopes - Associação Quilombola do Suassuí e Pitangueiras – ASQUIS
Suplente: Jéssica Teixeira Silva - Movimento Nacional da População de Rua Entidades de Assistência Social

Conselhos Municipais de Assistência Social

Titular: Rosiane Reis Delfino Furtado - CMAS/Campo Belo
Suplente: vacância
Titular: Ana Maria Mezonato - CMAS/Juiz de Fora Trabalhadores da Assistência Social
Suplente: Vacância

Entidades de Assistência Social

Titular: Natália Lisce Fioravante Diniz - Federação das APAE's
Suplente: Alisson Pereira Ramos - Agência Adventista de Desenvolvimento e Recursos Assistenciais Sudeste Brasileira
Titular: Carla Valéria Soares Vita- Fed. Das Assoc. sem Fins Econômicos de MG – FASEMIG
Suplente: Elerson da Silva - Cáritas Brasileira - Regional MG
Titular: João Alves Crisóstomo - União das Associações de Pirapora – UNAPIR
Suplente: Márcio Caldeira - Associação Profissionalizante do Menor – ASSPROM
Titular: Lucas Estêvão Ribeiro da Silva - Conselho Central de Curvelo – SSVF

Trabalhadores da Assistência Social

Titular: Patrícia Carvalho Gomes - Conselho Regional de Serviço Social– CRESS
Suplente: Warles Rodrigues Almeida-Fórum Estadual dos Trabalhadores do SUAS
Titular: Gabriela Pereira Loiola - Fórum Regional dos Trabalhadores do SUAS de Salinas
Suplente: Luanda do Carmo Queiroga - Conselho Regional de Psicologia – CRP

**REPRESENTANTES
GOVERNAMENTAIS**

**Conselhos Municipais de
Assistência Social**

Titular: Genilda Gomes dos Santos -
CMAS/Novo Oriente de Minas

Suplente: Domingos Sávio de Araújo -
CMAS/BH

Titular: Vacância

Suplente: Márcio Alves Evangelista -
CMAS/Itabira

**Secretaria Estadual de
Desenvolvimento Social -
SEDESE**

Titular: Mariana de Resende Franco

Suplente: Suzanne Cristina Horta Silva

Titular: Elder Carlos Gabrich Júnior

Suplente: Cristiano de Andrade

**Secretaria Estadual de Educação -
SEE**

Titular: Thais Correa Damasceno

Suplente: Sandra Januária da Silva

**Secretaria Estadual de
Planejamento e Gestão - SEPLAG**

Titular: João Victor de Almeida Chaves

Suplente: Luana de Castro Lopes

**Secretaria Estadual de Saúde -
SES**

Titular: Luciana Mara de Freitas Souza

Suplente: Lígia Camargos da Silva

**Secretaria Estadual da Fazenda -
SEF**

Titular: Silvestre Dias

Suplente: Vinícius de Queiroz Castanheira

**Secretaria de Estado de Agricultura,
Pecuária e Abastecimento - SEAPA**

Titular: vacancia

Suplente: João Bosco Paolinelli Cabral

**Colegiado dos Gestores
Municipais de Assistência Social -
COGEMAS**

Titular: Ivone Pereira Castro Silva

Suplente: Marinete da Silva Morais

SECRETARIA EXECUTIVA DO CEAS

Secretário Executivo

Daniel Henrique da Cunha Campos

Técnicos

Adelmira Gomes Cerqueira
Ângelo Santos Machado
Jeane Araújo Jorge Magnane
Maria de Paula Ribeiro
Rosalice Tassar de Almeida

Apoio Administrativo

Eliane Maria Alves Bissoli
Maria Regina Varela Caldeira
Vera Lúcia Rodrigues

RELATORIA

Aneci Marília Landim

Coordenação Geral

TÉCNICOS DE NÍVEL SUPERIOR

Carmen Silvia Ferreira
Consolação Cifani Da Conceição
Cristiane Aparecida Guimarães
Cyntia Rodrigues Zati
Débora Andrade Silva
Fernanda Souza Cambraia Araújo
Kênia Bruna Gomes
Luciana Reis De Carvalho Colen
Luciene De Fatima Dias Da Silva
Maria Auxiliadora De Miranda
Maria Fernanda Thiago da Cunha
Maria Rosângela Pinheiros Damaso
Patrícia Rodrigues De Souza
Simone De Almeida

ESTAGIÁRIOS

Álvaro Henrique Marcolino Ferreira
Anna Júlia Lopes Bernardes
Caroline Aparecida Domingos
Heloisa Mara Pedreira
Jean Meireles Ronconi
Lara Miranda Funchal
Lavínia Targinio De Souza
Luíza Marques Rivail
Paulo Henrique Moreira Silva
Sabrina Silva Teixeira

EQUIPE DA PLATAFORMA VIRTUAL

Leonardo Raposo

Leonardo Pires

Coordenadores da Plataforma

Arthur Varela
Helena Cristina
Felippe Luiz
Carlos Pires
Israel Sampaio
Sofonias Junior
Everton Moura
Leandro Carvalho

Roberto Gadia
Luiz Henrique Moura
Matheus Braga
Elias Domingues
Aline Solini
Luiz Henrique Moura
Matheus Braga

*“Eu agradeço a Deus, dele ter me dado essa benção de eu ter esse poder de falar, embora eu queria falar melhor, eu queria ter me formado, numa faculdade, eu queria tanta coisa, mas eu conquistei muitas, uma delas é essa aqui que eu amo. **Eu me apaixonei pelo Sistema Único de Assistência Social**”*

DONA ANÉDIA PRESENTE!!!

IN MEMÓRIA ANÉDIA MIRANDA FARIAS – Representante
do Fórum Municipal dos Usuários do SUAS/BH

Sumário

Sumário

1. APRESENTAÇÃO	9
2. ANTECEDENTES	11
3. LEGISLAÇÕES E FUNDAMENTAÇÕES	23
4. 14ª CONFERÊNCIA ESTADUAL	25

1. APRESENTAÇÃO

A Constituição Federal de 1988 promoveu profundos avanços no âmbito dos direitos civis, viabilizando o exercício dos direitos sociais como um de seus preceitos soberanos. Não obstante, é justamente a responsável por ter introduzido os princípios do controle social e da participação. Com o surgimento desta Constituição ficou firmado que a Assistência Social é política pública, devendo ser governada mediante as diretrizes democráticas da descentralização, e participação popular.

Neste cenário os espaços para o diálogo e escuta da sociedade desenhado como democracia representativa e participativa, definiu-se pelas instâncias de controle social materializado nas práticas resolutivas dos conselhos que convocam as conferências municipais, estaduais e federais, ato solene de conferir, deliberar e normatizar a execução das políticas públicas.

Ancorados nestes fundamentos o Conselho Nacional de Assistência Social, a cada dois anos delibera sobre as organizações das Conferências, que ao longo do processo histórico tem se tornado essencial para a consolidação da Política de Assistência Social, haja vista, a criação dos principais instrumentos reguladores: Política Nacional de Assistência Social (PNAS), Normas Operacionais Básicas (NOB), sobretudo o próprio Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Nesta linha cronológica no ano de 2021 foi convocada a 12ª Conferência Nacional de Assistência Social, conjuntamente os Conselhos Estaduais e Municipais devem seguir a mesma direção realizando-as em cada esfera de governo.

Apesar do atual contexto brasileiro, decorrente da conjuntura nacional – que está passando por Estado de Calamidade Pública em Saúde, devido a Pandemia do COVID 19 - e ainda as crescentes ameaças aos direitos sociais conquistados com riscos de cada vez menos acesso, cada vez menos responsabilização do estado perante seu papel e principalmente pelo retorno do Brasil ao Mapa da Fome. Não poderia o tema da Conferência deixar de discutir a **“Assistência Social: direito do povo, dever do Estado, com financiamento público para romper com as desigualdades e garantir proteção social”**.

Neste sentido, o Conselho Estadual de Assistência Social CEAS/MG juntamente com a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social SEDESE, imediatamente convocaram a **14ª Conferência Estadual de Assistência Social de Minas Gerais**, com o Lema: **“MINAS GERAIS UNIDA EM DEFESA DO SUAS”**.

É mister ressaltar que ao longo da história o Estado se consolidou como um dos berços da Política de Assistência Social, não obstante ao Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Em mais um registro histórico e inovador Minas organizou e executou os debates participativos em formato virtual, em respeito as normas vigentes de saúde sanitária. Já de início podemos imaginar o tamanho do desafio, além de suas peculiaridades o volume de municípios que compõe o Estado, requer uma arquitetura projetada para inclusão. Sem embargo, é momento para mais esta conquista, nunca se ouviu tanto sobre a essencialidade do SUAS, sem falar de SUAS, é tão urgente este debate, dadas as adversidades conjunturais. É preciso criar novas estratégias e/ou reestruturar aquelas já criadas para garantir respostas qualificadas para os operadores desta política, sejam eles gestores, trabalhadores, conselheiros seu maior destinatário os usuários.

Este documento demonstra a sistematização dos processos, além disso está estruturado de forma a permitir que se visualize não só o formato da Conferência como também a dinâmica organizacional, temática e, política assim como os passos preparatório, dos fundamentos normativos expedidos Conselho Estadual de Assistência Social – CEAS/MG à luz das orientações do Conselho Nacional de Assistência Social – eventos de mobilização que antecederam a Conferência, as dinâmicas municipais e regionais e por último a discussão a nível macro de Estado. Por fim traduz a síntese dos conteúdos das Mesas, e deliberações das Plenárias Temáticas e da Plenária Final. Tais conteúdos são resultado de um processo descentralizado, democrático e participativo da sociedade.

2. ANTECEDENTES

Em tempos de Pandemia foi necessário encontrar novos caminhos para executar e legitimar o ato de convocar as Conferências Estaduais e Municipais de Assistência Social. Por esse motivo, o Conselho Estadual de Assistência Social juntamente com a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (SEDESE) organizou as ações preparatórias de forma que este processo mobilizador propiciasse aos 853 municípios condições de também promover suas conferências municipais. Para tanto foram realizadas ações de:

- ✓ Ampla divulgação do temário da Conferência, por vídeos explicativos gravados pelos membros do CEAS;
- ✓ Vídeos e materiais orientadores sobre as alternativas de organizações das Conferências Municipais em tempos de isolamento social, devido a Pandemia do COVID 19;
- ✓ Realização de videoconferências e material de apoio para transmissão de orientações gerais sobre os eixos temáticos;
- ✓ Elaboração, produção e impressão de Cadernos de textos para as Conferências Regionais;
- ✓ Ampla divulgação em mídias digitais, rádios e TV's;
- ✓ Reuniões da Comissão Organizadora e Plenárias do CEAS-MG;

Cabe destacar que conforme as recomendações sanitárias o CEAS seguindo a orientação do CNAS, apresentou três formas para os municípios através do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), deliberar sobre o formato da conferência, podendo ser:

Virtual: realizado em ambiente virtual, garantindo a participação de qualidade dos diversos segmentos representativos;

Híbrido: realizado em espaço físico e virtual garantindo a participação de qualidade dos participantes em ambiente virtual e a observação dos protocolos e diretrizes sanitários no espaço físico;

Presencial: realizado em espaço físico, observando os protocolos e diretrizes sanitários.

2.1 Síntese do processo de mobilização

Mobilizar é o ato de preparar para a execução de ações que envolvam amplos processos de divulgação para alcançar os objetivos de alargar seus alcances. Neste aspecto foram realizados:

Videoconferências:

- ✓ 1 Live do CEAS/MG e SEDESE - 30/04/2021 - orientação sobre a realização das Conferências de Assistência Social.

Link: <https://www.youtube.com/watch?v=ZSyJTsb7was>

- ✓ 1 Capacitação por videoconferências- Conferências de Assistência Social;

Apresentações

- ✓ Apresentação - Professora Eleonora Schetini – Encontro dos Conselheiros do CEAS/MG;
- ✓ Apresentação - 9 Encontros Regionais de Mobilização para realização das Conferências Municipais (realizado no período de 05 a 13 julho de 2021)
- ✓ Apresentação - Tema Central e Eixos - Conferências Municipais

Série de vídeos, que puderam ser utilizados nos encontros preparatórios e/ou nas conferências municipais:

- ✓ 1 Vídeo com o Tema central: *“Assistência Social: Direito do povo e dever do Estado com financiamento público para enfrentar as desigualdades e garantir proteção social”*.

Expositora: Carla Bronzo

Link: <https://www.youtube.com/watch?v=JVgzGhYpgEg>

- ✓ **Eixo 1-** A proteção social não-contributiva e o princípio da equidade como paradigma para a gestão dos direitos socioassistenciais no enfrentamento das desigualdades

Expositor: Leonardo Koury

Link: <https://www.youtube.com/watch?v=-OFc86yYmQ8>

- ✓ **Eixo 2-** Financiamento e orçamento como instrumento para uma gestão de compromissos e corresponsabilidades dos entes federativos para a garantia dos direitos socioassistenciais

Expositora: Julia Restori

Link: <https://www.youtube.com/watch?v=ojkBX8aFQPE>

- ✓ **Eixo 3** - Controle social: o lugar da sociedade civil no SUAS e a importância da participação dos usuários

Expositora: Maria Alves

Link: <https://www.youtube.com/watch?v=Y47pZ45CLaw>

- ✓ **Eixo 4** – Gestão e acesso às seguranças socioassistenciais e a articulação entre serviços, benefícios e transferência de renda como garantias de direitos socioassistenciais e proteção social

Expositora: Simone Albuquerque

Link: https://www.youtube.com/watch?v=zd3kyW_KM3A

- ✓ **Eixo 5** – Atuação do SUAS em Situações de Calamidade Pública e Emergências

Expositora: Márcia Lopes

Link: <https://www.youtube.com/watch?v=-Ygx0oJtRvg>

Tabela 1 - Atividades desenvolvidas antes da Conferência Estadual

Ações de mobilização e alinhamento	Total
<i>Reuniões da Comissão Organizadora</i>	19
<i>Conferências Municipais</i>	730
<i>Conferências Regionais</i>	09
<i>Divulgação em sites e blogs</i>	diversos
<i>Videoconferências</i>	12
<i>Logos da Conferência Estadual</i>	01

2.2 Registros das Conferências Municipais

Antes das Conferências regionais e Estaduais de assistência social são realizadas as etapas municipais, que têm por atribuições a avaliação local da política de assistência social e a definição de diretrizes para o aprimoramento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) nas três esferas de governo. Constituem espaços de caráter deliberativo com objetivo de proposição de novos caminhos, no sentido de consolidar e ampliar os direitos socioassistenciais.

Cabe destacar que, após a conclusão das conferências os municípios encaminharam, os relatórios das conferências municipais, em especial as deliberações em sistema eletrônico desenvolvido pelo CEAS/MG, para esse fim. Onde foram possíveis identificar os dados constantes na tabela abaixo.

Tabela 2 – Dados números dos Registros das Conferências Municipais

Dados das Conferências Municipais	Quantitativo
Total de municípios que registraram a realização da conferência municipal	730
Total de deliberações registradas no Sistema para o Estado	3.507
Total de deliberações registradas no Sistema para a União	3.476
Total de delegados eleitos nas conferências municipais para as conferências regionais – representantes da sociedade civil	1.913
Total de delegados eleitos nas conferências municipais para as conferências regionais – representantes governamental	1.885

Fonte: planilha gerada pelo sistema de registro do CEAS/2021.

As deliberações advindas das Conferências Municipais foram sistematizadas e organizadas conforme orientações contidas no Informe nº 4 do CNAS – “Orientações temáticas e organizativas para as Conferências Estaduais de Assistência Social de 2021”, apresentadas e debatidas na 14ª Conferência Estadual de Assistência Social.

2.3 Registros das Conferências Regionais

As conferências Regionais antecedem a Conferência Estadual e tem como atribuição avaliar e definir prioridades para a Política de Assistência Social no Estado de Minas Gerais.

De acordo com a Resolução Conjunta SEDESE/CEAS n.º 01 de 17 de março de 2021, foram realizadas 9 Conferências Regionais, agrupando as 22

regionais da SEDESE, com expectativa de participação de aproximadamente 800 pessoas, todas de forma virtual, de acordo com o Decreto Estadual com numeração especial n.º 113, de março de 2020, que declara SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA em Saúde Pública no Estado em decorrência de surto da doença respiratória.

Tabela 3 - Síntese Organizativa das Conferências Regionais

	Grupo de regionais	Total de municípios	Previsão de delegados	Previsão de Participantes	Total de Salas Simultâneas	Data
1	Almenara Araçuaí Curvelo Diamantina Teófilo Otoni	109	660	700	05	27/09/2021
2	Metropolitana e São João Del Rey	103	702	720	04	28/09/2021
3	Passos e Divinópolis	89	534	560	04	29/09/2021
4	Timóteo	67	402	420	04	30/09/2021
5	Juiz de Fora e Muriaé	119	714	735	04	01/10/2021
6	Montes Claros e Salinas	88	528	550	04	04/10/2021
7	Poços de Caldas e Varginha	113	678	700	04	05/10/2021
8	Ituiutaba, Paracatu, Patos de Minas, Uberaba e Uberlândia	86	516	540	05	06/10/2021
9	Governador Valadares	68	408	430	04	08/10/2021

As Conferências ocorreram em ambiente virtual, coordenado pela Empresa Luminar, contratada para estruturar de forma personalizada a plataforma de atividades. O quadro abaixo apresenta uma síntese do desenvolvimento das Conferências Regionais:

Tabela 4 - Síntese de participantes e delegados eleitos para a 14ª Conferência Estadual de Assistência Social

Quantitativo de participantes	Regionais	Quantitativo de participantes	Quantitativo de delegados eleitos
--------------------------------------	------------------	--------------------------------------	--

credenciados na plenária geral		por sala	
1.324	Almenara	140	08
	Araçuaí	228	10
	Curvelo	192	08
	Diamantina	140	08
	Teófilo Otoni	167	11
1.054	Metropolitana	557	102
	São João Del Rei	394	32
825	Passos	494	13
	Divinópolis	268	36
730	Timóteo	730	40
452	Juiz de Fora	374	31
	Muriaé	343	28
871	Montes Claros	275	40
	Salinas	165	10
824	Poços de Caldas	258	32
	Varginha	302	31
652	Ituiutaba	45	08
	Paracatu	67	12
	Patos de Minas	91	13
	Uberaba	98	16
	Uberlândia	102	29
523	Governador		
	Valadares	245	26

Nas Conferências Regionais foram aprovadas apenas propostas para o Estado de Minas, totalizando 22 deliberações no final. Cabe salientar que, mesmo com o agrupamento das regiões administrativas da SEDESE, ocorreram salas simultâneas para cada regional, conforme pode ser conferido na tabela 4.

2.4.1 Deliberações das Conferências Regionais

Nº	DELIBERAÇÕES	REGIONAL
-----------	---------------------	-----------------

1º	Investir e valorizar os trabalhadores do SUAS por meio da criação de planos de carreira e da oferta de capacitação, para que assim possam atender melhor aos usuários.	ALMENARA
2º	Definir percentual fixo para os repasses financeiros destinados ao Fundo Municipal de Assistência Social.	ARAQUAÍ
3º	Estabelecer em Lei Estadual um percentual mínimo da receita estadual para investimento na Assistência Social, de um percentual mínimo de 12% a exemplo do que já ocorre na Saúde e na Educação, utilizando como parâmetro o IDH.	TEOFILO OTONI
4º	Garantir recursos financeiros de forma regular e continuada, para fortalecer a atuação da Política de Assistência Social, na redução das desigualdades e acesso à direitos, visando a garantia de projetos e ações, voltados ao empoderamento como formação e integração no mundo do trabalho, acesso e permanência escolar	CURVELO
5º	Criar espaço/comissão regional, integrante da CIB-SUAS, respeitando os territórios das Diretorias Regionais, como instância consultiva e deliberativa, afim de discussão, análise, proposição, aprovação, implementação, monitoramento das políticas do SUAS.	DIAMANTINA
6º	Fortalecer, com recursos financeiros, materiais, humanos, tecnológicos e de divulgação, de forma efetiva e continuada a organização dos Fóruns dos Usuários, dos Trabalhadores do SUAS, das entidades e das URCMAS no âmbito estadual	METROPOLITAN A
7º	Definir percentual fixo para os repasses financeiros destinados ao Fundo Municipal de Assistência Social.	SÃO JOÃO DEL REI

8º	Definir percentual mínimo para a Política Estadual de Assistência Social no orçamento, com base nos indicadores sociais definidos pelo diagnóstico socioterritorial do estado de Minas Gerais, considerando as particularidades dos territórios regionais e a atualização dos valores das provisões dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais.	PASSOS
9º	Facilitar o acesso da população das informações sobre direitos sociais e fortalecer os espaços de controle social com participação popular para criação de políticas públicas efetivas e de acordo com as demandas trazidas pelos segmentos da sociedade civil (usuários, trabalhadores e organizações socioassistenciais) que compõem a Política de Assistência Social.	DIVINÓPOLIS
10º	Cumprir a Política Estadual de Educação Permanente do SUAS, com capacitações voltadas para a gestão do SUAS, para o Controle Social, sobre a execução dos Serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais garantindo-se o apoio financeiro para custear despesas de: locomoção, alimentação e hospedagem para os trabalhadores e usuários e entidades do SUAS.	TIMÓTEO
11º	Ampliar os recursos financeiros para a Política de Assistência Social com definição de percentual mínimo, com objetivo de aprimorar os serviços, programas e projetos, ampliando a estrutura física dos espaços de atendimento aos usuários.	MURIAÉ
12º	Garantir percentual mínimo de 5 % do financiamento Estadual para a Política de Assistência Social, possibilitando a ampliação de Serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais. Além de definir os valores do Piso Mineiro Variável e restituir os repasses em atraso do Piso Mineiro Fixo.	JUIZ DE FORA
13º	Garantir financiamento mínimo de 5%, observando a equidade nos critérios de partilha que definem cofinanciamento para a política de Assistência Social, com repasses regulares, automáticos, atualizados, fundo	

	a fundo e obrigatório por meio do Piso Mineiro, considerando a complexidade de cada município, visando aprimorar a gestão do SUAS e a qualidade das ofertas socioassistenciais, cumprindo o que determina a Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS	MONTES CLAROS
14º	Realizar levantamento do custo dos serviços socioassistenciais para subsidiar definição de parâmetros de cofinanciamento e estabelecer o índice de correção do Piso Mineiro de Assistência Social, com a atualização automática deste, com vistas à efetiva implementação dos serviços, benefícios, programas e projetos socioassistenciais no município e garantir recursos para a implantação da Vigilância Socioassistencial em todos os municípios do estado.	SALINAS
15º	Aumentar os repasses financeiros dos municípios com revisão dos recursos, com atualização dos portes dos municípios	VARGINHA
16º	Ampliar o cofinanciamento Estadual, com reajustes anuais e com critérios de equidade definidos com base no porte dos municípios, principalmente para implantação dos serviços de média e alta complexidade e a vigilância socioassistencial.	POÇOS DE CALDAS
17º	Atualizar a base de cálculos do Piso Mineiro e garantir percentual para implantação/manutenção das equipes de referência da proteção social especial, e execução da Política Estadual de Educação Permanente do SUAS, com formações adequadas às categorias de profissionais do SUAS, abrangendo as áreas de serviços e benefícios socioassistenciais, gestão e controle social, conforme os princípios estruturantes de Capacitação e Educação Permanente estabelecidos pela Resolução CNAS Nº 4 de 2013.	ITUIUTABA
18º	Estabelecer uma porcentagem de 5% do PIB, para ser aplicado na assistência social.	PARACATU

19º	Garantir cofinanciamento para implantação de serviços regionalizados de Assistência Social específicos para atendimento de pessoas com deficiência, em situação de rua, idosos e usuários de álcool e outras drogas.	PATOS DE MINAS
20º	Ampliar os recursos do cofinanciamento da política de assistência social e garantir a regularidade e a efetividade do repasse financeiro aos municípios mineiros	UBERABA
21º	Recompôr e ampliar o orçamento Estadual para a Política de Assistência Social, em especial o cofinanciamento, via Piso Mineiro, para garantir a universalização dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais públicos e em parceria com as entidades de assistência social, fortalecendo e ampliando os serviços da Proteção Social Especial, especialmente nos municípios de pequeno porte.	UBERLÂNDIA
22º	Ampliar os recursos do Piso Mineiro, garantindo no mínimo 5% do orçamento Estadual, com repasse financeiro contínuo e regular, para garantir a qualidade dos serviços, benefícios, programas e projetos oferecidos à população e com autonomia aos municípios para gerir seus recursos de acordo com suas próprias necessidades	GOVERNADOR VALADARES

2.4.2 Moções aprovadas nas Conferências Regionais

REPÚDIO

REGIONAL	Teófilo Otoni
DESTINATÁRIO	Governo Federal - Ministério da Cidadania
TEXTO	<p>Moção de repúdio contra alteração no formato do CADÚNICO:</p> <p>Nós delegados participantes da 14º Conferência Regional de Assistência Social de Teófilo Otoni repudiamos as mudanças no CADÚNICO pois o auto cadastramento por meio de aplicativos para celular implicam, necessariamente, na desativação de toda uma rede socioassistencial organizada a partir desta base informacional, e também do controle,</p>

	transparência e fiscalização da implementação dos programas sociais.
REGIONAL	Teófilo Otoni
DESTINATÁRIO	Governo Federal - Ministério da Cidadania
TEXTO	Nós delegados participantes da 14 ^o Conferência Regional de Assistência Social de Teófilo Otoni repudiamos a implantação do programa Renda Brasil em substituição ao programa Bolsa Família, sem o devido debate público com todos atores envolvidos, à falta de informações sobre o programa que entrará como medida provisória.
REGIONAL	Timóteo
DESTINATÁRIO	Estado Minas Gerais/Governo Federal
TEXTO	Nos delegados participantes da 14 ^o Conferência Regional de Assistência Social de Timóteo repudiamos o governos os atrasos de repasses para o âmbito municipal.

REGIONAL	Timóteo
DESTINATÁRIO	SEDESE/CEAS
TEXTO	Nós delegados da Conferência Regional de Timóteo repudiamos a desconsideração da SEDESE em não criar as condições de participação para os Conselheiros Estaduais nas reuniões do CEAS e nem as condições mínimas para os usuários participarem da Conferência Estadual, dias 25 a 27 de outubro de 2021. Assim, requeremos que a SEDESE garanta Chips, internet de qualidade e alimentação para os delegados representantes da sociedade civil para Participação na Conferência Estadual de Assistência Social.

REIVINDICAÇÃO

REGIONAL	Passos
DESTINATÁRIO	SEDESE/ CEAS
TEXTO	Os delegados da Regional de Passos requisitam à SEDESE e ao CEAS a criação bem como a garantia da manutenção de fóruns estaduais e regionais de trabalhadores, usuários e entidades do SUAS, para ampliar os espaços de discussão e capacitação do controle social.
REGIONAL	Passos
DESTINATÁRIO	Câmara Técnica da CIB da Proteção Social Especial
TEXTO	Os delegados da Regional de Passos requisitam a Câmara Técnica CIB, que discute a Proteção Social Especial no Estado de Minas Gerais, a Atualização e Restabelecimento do processo de Regionalização.

CONGRATULAÇÕES

REGIONAL	Curvelo
DESTINATÁRIO	Trabalhadores do SUAS da Regional de Curvelo
TEXTO	Moção de congratulações aos trabalhadores e ex-trabalhadores da assistência social que sempre se destacando o melhor sem hora, sem preconceitos e sem reconhecimentos

APLAUSOS

REGIONAL	Diamantina
DESTINATÁRIO	Profissionais do SUAS
TEXTO	Parabenizar a todos os profissionais da assistência social que mesmo sem condições de trabalho, lutam dia após dia para dar a melhor assistência a população. Garantir a inclusão de todos os trabalhadores da Assistência Social na lista de prioridade de vacinação em todas as campanhas que envolvem profissionais da saúde

RECOMENDAÇÃO

REGIONAL	Timóteo
DESTINATÁRIO	Assembleia do Estado de Minas Gerais
TEXTO	Nós delegados da 14ª Conferência Regional de Timóteo, encaminhamos a Assembleia do Estado a seguinte moção de recomendação: Garantir percentual mínimo de 5% do orçamento Estadual para execução da Política, considerando os indicadores sociais do diagnóstico social e as particularidades regionais, para ampliar a execução dos serviços, programas, projetos e benefícios do SUAS no Estado de Minas Gerais, garantindo orçamento especial para situações de emergências e calamidades públicas.
REGIONAL	Timóteo
DESTINATÁRIO	Estado de Minas Gerais e Municípios
TEXTO	Nós delegados da 14ª Conferência Regional de Timóteo, apresentamos a Moção de recomendação ao Estado de Minas e aos municípios: Instituir planos de cargos, carreiras e salários para os profissionais do SUAS, considerando a equipe de referência da NOB SUAS/RH.
REGIONAL	Timóteo
DESTINATÁRIO	SEDESE
TEXTO	Nós delegados da 14ª Conferência Regional de Timóteo, apresentamos a Moção de recomendação à SEDESE para construir calendário anual e garantir o suporte e apoio

	técnico para todos os municípios.
REGIONAL	Timóteo
DESTINATÁRIO	Estado de Minas
TEXTO	Nós delegados da 14ª Conferência Regional de Timóteo, apresentamos a Moção de recomendação ao Estado de Minas: Criar plataforma Estadual como intuito de promover a divulgação de editais de fomento a projetos para apoio financeiro do terceiro setor e estabelecimento de incentivos fiscais do setor privado às entidades de Assistência Social

3. LEGISLAÇÕES E FUNDAMENTAÇÕES

3.1 CEAS

A) Resolução Conjunta da Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social – SEDESE e do Conselho Estadual de Assistência Social – CEAS/MG N° 01/2021, 17 de março de 2021, Dispõe sobre a convocação da 14ª Conferência Estadual de Assistência Social e dá outras providências.

B) Resolução do Conselho Estadual de Assistência Social – CEAS/MG N° 715/2021- Cria a Comissão Organizadora da 14ª Conferência Estadual de Assistência Social.

C) Resolução do Conselho Estadual de Assistência Social – CEAS/MG N.º 723/2021 – Dispõe sobre as orientações para as Conferências Municipais de Assistência Social de 2021.

D) Resolução do Conselho Estadual de Assistência Social – CEAS/MG N° 730/2021 – Dispõe sobre as orientações complementares para realização das Conferências Municipais de Assistência Social no ano de 2021.

E) Resolução do Conselho Estadual de Assistência Social – CEAS/MG n.º 733/2021 Altera o Anexo I de que trata o parágrafo único do art. 2º da Resolução CEAS nº 727 de 16 de abril de 2021.

F) Resolução do Conselho Estadual de Assistência Social – CEAS/MG N.º 739/2021 - Dispõe sobre a Regulamentação da 14ª Conferência Estadual de Assistência Social de 2021.

G) Resolução do Conselho Estadual de Assistência Social – CEAS/MG - AD REFERENDUM N° 01/2021 – Dispõe “ad referendum” sobre orientações complementares para a realização das Conferências Municipais de Assistência Social no ano de 2021.

H) Resolução do Conselho Estadual de Assistência Social – CEAS/MG - AD REFERENDUM N° 02/2021 – Dispõe “ad referendum” sobre a prorrogação do prazo para a inserção dos relatórios disposto no art. 10 da Resolução nº 723, de 23 de março de 2021.

L) Resolução do Conselho Estadual de Assistência Social – CEAS/MG N.º 738/2021 - Dispõe sobre a criação e composição da Comissão coordenadora do processo eleitoral de escolha de representantes da sociedade civil para compor o Conselho Estadual de Assistência Social - CEAS/MG, Gestão 2021/2023.

J) Resolução do Conselho Estadual de Assistência Social – CEAS/MG N° 740/2021 – Dispõe sobre o processo eleitoral do Conselho Estadual de Assistência Social - CEAS, para compor a Gestão 2021-2023.

K) Resolução do Conselho Estadual de Assistência Social – CEAS/MG - AD REFERENDUM N° 003/2021 – CEAS/MG Dispõe “ad referendum” sobre a prorrogação do prazo para envio da documentação referente ao processo de

escolha do CEAS/MG disposto no art. 9º da Resolução nº 740 de 20 de setembro de 2021.

L) ATO N.º 1, DE 08 DE OUTUBRO DE 2021 – Dispõe sobre o deferimento e indeferimento de inscrição de candidatos ao Processo Eleitoral da representação da Sociedade Civil e dos Conselhos Municipais de Assistência Social para compor o Conselho Estadual de Assistência Social – CEAS/MG, Gestão 2021/2023.

M) Resposta ao recurso de habilitação 1 - Trata-se de análise de pedido de Recurso Administrativo mediante indeferimento de pedido de habilitação à eleição do Conselho Estadual de Assistência Social – CEAS de Minas Gerais.

N) Resposta ao recurso de habilitação 2 - Recurso Contra Decisão Relativa a Resolução Nº 740/2021 — Processo Eleitoral do CEAS/MG, para Compor a Gestão 2021-2023.

O) ATO N.º 2, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2021 – Dispõe sobre o resultado da eleição da representação da Sociedade Civil e dos Conselhos Municipais de Assistência Social para compor o Conselho Estadual de Assistência Social – CEAS/MG, Gestão 2021/2023, ocorrida em 27 de outubro de 2021, durante a realização da 14ª Conferência Estadual de Assistência Social, de forma remota, através de plataformas virtuais.

3.2 CNAS

A) Portaria Conjunta/MC/CNAS Nº 8, de 11 de março de 2021 - Dispõe sobre a convocação ordinária da 12ª Conferência Nacional de Assistência Social e dá outras providências.

B) Resolução Conjunta do Conselho Nacional de Assistência Social e Ministério da Cidadania - CNAS/MC Nº 30, de 12 de março de 2021 - Estabelece normas gerais para a realização das conferências de assistência social em âmbito nacional, estadual, do Distrito Federal e municipal.

C) Resolução Conjunta do Conselho Nacional de Assistência Social e Ministério da Cidadania - CNAS/MC Nº 31, de 23 de março de 2021- Cria a Comissão Organizadora da 12ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL composta de forma paritária por 12 (doze) Conselheiros, dentre titulares e suplentes, incluindo Presidente e Vice-Presidente do CNAS.

D) Nota Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS sobre a Realização das Conferências de Assistência Social em 2021.

E) Resolução Conjunta do Conselho Nacional de Assistência Social e Ministério da Cidadania - CNAS/MC Nº 41, de 11 de agosto de 2021 - Aprova o Regulamento da 12ª Conferência Nacional de Assistência Social.

F) Plano Decenal de Assistência Social 2016-2026.

- G) Informe CNAS n.1/2021 Orientações temáticas e organizativas para as Conferências Municipais de Assistência Social de 2021.
- H) Informe CNAS n.2/2021 Recomendações aos Conselhos para garantir participação e acessibilidade nas Conferências de Assistência Social.
- I) Informe CNAS n.3/2021 Distribuição dos Delegados da esfera municipal, estadual e do Distrito Federal.
- J) Informe CNAS n.4/2021 Orientações temáticas e organizativas para as Conferências Estaduais de Assistência Social de 2021.

4. 14ª CONFERÊNCIA ESTADUAL

O processo de realização da 14ª Conferência Estadual de Assistência Social transcorreu de forma desafiadora e ao mesmo tempo inédita, em era de Pandemia que determinou isolamento social, proibindo todas as formas de organização presencial de grupos de pessoas aglomeradas no mesmo espaço.

Em face disto, a Assistência Social nunca foi tão amplamente requisitada, passando inclusive a ser vislumbrada como política pública de caráter essencial,

incluída no rol de ações necessárias, que não poderia deixar de executar seus serviços, programas e benefícios, uma vez que estes são propulsores de proteção social. Em tempos pandêmicos a dicotomia do presencial e do virtual tomou conta do cenário conjuntural, impondo mudanças no saber fazer, nos modos técnicos e operativos da Política de Assistência Social. Várias inquietações emergiram, provocando uma onda de debates sobre condições de trabalho, formas de trabalhos, metodologias de trabalho e para completar mecanismos de trabalho. Como resolver tantas lacunas?

A resposta para tantas provocações encontra uma única estrada, aquela que conduz ao debate, a reflexão para novas deliberações, ou seja, estamos em órbita de Conferências de conclamar a democracia participativa e deliberativa. É chegado o momento de discutir como garantir direitos de proteção social através de ações diretas e responsivas do Estado, inclusiva, na ótica da alocação de recursos orçamentários e financeiros específicos com itinerários direcionados para romper com as desigualdades sociais.

E como sempre nas ruas, nas vielas e nas trincheiras das Gerais, Minas se reinventa para marcar esse momento histórico. Governo e Sociedade Civil se unem, neste ato representados pela SEDESE e pelo CEAS e convocam a conferência estadual em formato virtual, com ampla condições de acesso por via das ferramentas informacionais. A plataforma virtual pode ser acessada pelo celular, tablets e computadores. O desafio posto foi aceito por 1.433 participantes, entre delegados, convidados e equipes organizadoras.

Foram organizados três dias de trabalhos, 25, 26 e 27 de Outubro de 2021, para cumprir com todas as etapas que compõe o processo solene de execução das Conferências.

A programação da conferência ficou estruturada de modo que foi realizado uma composição virtual de mesa de abertura, com a presença de autoridades políticas, técnicas e gestores, composta por representantes do Colegiado de Gestores Estaduais de Assistência Social (COGEMAS), Representantes de Fórum de Usuárias e Usuários do SUAS, da Frente Nacional em Defesa do SUAS, da Assembleia Legislativa do Estado, da Secretária Estado de Desenvolvimento Social, de Representantes dos Fóruns de Trabalhadoras e Trabalhadores do SUAS de Entidades de Assistência Social. Dentre os

participantes, marcaram presenças usuárias e usuários, trabalhadoras e trabalhadores do SUAS, gestores municipais, conselheiras e conselheiros municipais e entidades socioassistenciais.

4.1 Ritos da 14ª Conferência Estadual de Assistência Social

CREENCIAMENTO

Realizado em formato virtual por meio de links disponibilizados à todas e todos delegados eleitos nas conferências regionais.

PAINEL DE ABERTURA

Conduzida por convidados, com a presença das autoridades supramencionadas.

VOTAÇÃO DO REGIMENTO INTERNO

Cabe destacar que o regimento interno ficou disponível para consulta pública até o dia 20 de outubro de 2021 e posteriormente foi lido e aprovado em plenária.

ATO DE CONFERIR

Espaço de divulgação e “prestação de contas” sobre o cumprimento das deliberações da 13ª Conferência Estadual de Assistência Social.

PALESTRA MAGNA

Responsável pela exposição da temática central da Conferência conforme deliberação do CNAS

Tema: “Assistência Social: Direito do povo e Dever do Estado, com financiamento público para enfrentar as desigualdades e garantir proteção social”. **A 14ª Conferência Estadual de Assistência Social tem como lema: “Minas Gerais unida em defesa do SUAS”.**

DEBATE

Ocorreu de forma organizada, onde os participantes se inscreveram pelo chat, disponível na plataforma.

PLENÁRIAS TEMÁTICAS SIMULTÂNEAS SOBRE OS EIXOS

Organizado por meio de salas previamente estruturadas definidas por eixo sendo uma para cada eixo, que contou com a condução de um coordenador, equipe de apoio, equipe de relatoria e equipe técnica de suporte da plataforma, além de interpretes de libras, quando necessário.

PROCESSO ELEITORAL PARA COMPOSIÇÃO DO CEAS/MG

Assim como nas últimas conferências, ficou reservado um espaço para escolha dos novos membros para compor o CEAS por um mandato de 2 anos. Com objetivo de garantir transparência, esta etapa foi acompanhada pelo Ministério Público.

PROCESSO ELEITORAL PARA 12ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Marcado pelo momento onde são referendados os trabalhos das plenárias temáticas.

4.1.1. Painel de Abertura

Data: 25/10/2021

Cerimonialista Henrique: CEAS e SEDESE, por meio da SUBAS, dão as boas-vindas aos presentes na 14ª Conferência Estadual de Assistência Social, cujo objetivo é discutir o tema “Assistência Social: direito do povo e dever do Estado, com financiamento público, para enfrentar as desigualdades e garantir proteção social”. O processo conferencial irá, ainda, eleger os delegados para a Conferência Nacional e a diretoria do CEAS para o próximo biênio.

Patrícia Gomes – Presidenta do CEAS

13:47 - Patrícia Gomes inicia seus cumprimentos e agradecimentos.

Pontos Relevantes da Fala da Presidenta Patrícia: Agradece a presença de todos e faz sua descrição em respeito às pessoas deficientes visuais e seu sinal para as auditivas. Inicia sua fala dizendo sobre sua felicidade em participar da conferência: “a conferência é um ambiente de confraternização, entretanto devido ao COVID e a pandemia não foi possível a realização presencial”. Além disso, agradece a gestão “Na luta para Resistir e Avançar” do Conselho Regional de Serviço Social, em nome da presidenta Júlia Restori, agradece ainda aos conselheiros do CEAS. Se apresenta como trabalhadora do SUAS e fala sobre sua formação em serviço social. Continua apontando que o desafio maior deste ano foi a realização e levantamento de dados e discussões via online. Agradeço a palestrante e a todas as equipes presentes, além de governantes, trabalhadores, usuários, entidades, ao deputado André Quintão e a comissão organizadora.

13:57 - Equipe da secretaria executiva presta homenagem à Consolação Cifani da Conceição.

Ângelo Santos Machado da Secretaria Executiva do CEAS, presta uma homenagem à Secretária Executiva do CEAS, CONSOLAÇÃO CIFANI DA CONCEIÇÃO, que se aposentou neste anos e ao legado deixado por ela, com um texto feito e enviado para ela.

Consolação agradece a homenagem e a toda e todos que trabalharam com ela durante esses anos, além dos usuários e conselheiros, em nome de todo Conselho Estadual.

A Presidenta do CEAS Patrícia Gomes de Souza declara ABERTA a 14ª Conferência de Assistência Social de 2021.

14:08 - Mariana Franco - Vice Presidente do CEAS, inicia a abertura do evento.

Pontos relevantes: Faz sua auto descrição, diz estar feliz com a realização da conferência, agradece a toda e todos presentes, as conselheiras e conselheiros do CEAS e à Comissão Organizadora. Fala da importância do papel de mobilização e participação dos municípios que se fizeram presentes no debate da Política de Assistência Social nas conferências: “Momento de apresentar e aprimorar propostas que venham a fazer diferença na vida das pessoas”. Ressalta a importância da união de todos para a discussão de propostas enriquecedoras, que tem como finalidade a busca de resolução de problemas socioassistenciais.

Em seguida a palavra é aberta as demais autoridades presentes:

Autoridades e representantes de órgãos presentes:

Elizabeth Jucá: Secretária Estadual

Márcio Rogério de Oliveira: Membro Representante do Ministério Público

André Quintão: Deputado Estadual

Ivone Pereira Castro Silva: Representante do COGEMAS

Anédia Miranda Faria: Representante do Fórum de usuários de Belo Horizonte

Márcio Caldeira: Representante do segmento entidades no CEAS

Luanda Queiroga: Representante do Fórum Estadual dos Trabalhadores

Jéssica Araújo: Representante da Associação Mineira dos Municípios

Fala da Secretária Estadual Elizabeth Jucá - Agradece e cumprimenta as 512 pessoas presentes, a toda equipe e expressa-se sobre a falta de contato físico “abraço” que a pandemia infelizmente causou. “Estamos aqui hoje para reafirmar o papel da política de assistência social como garantidora de direitos e dar visibilidade à participação popular, discutindo e propondo soluções para o fortalecimento do papel e fortalecimento social”. Agradece a verba disponibilizada pelo Deputado André Quintão para somar aos recursos já existentes para as instituições e municípios fortalecer a rede de cuidados. Reforça que houve um investimento em capacitação na SEDESE, neste ano mesmo com a pandemia. Além disso, destaca a transferência de renda feita em 2020, com parceria da assembleia administrativa, o Auxílio Emergencial Mineiro, Força Minas, sendo um desafio e uma necessidade. “Agradeço a toda equipe do SUBAS, conselheiros, equipes regionais, trabalhadores e a todos que são favoráveis à discussão e dedicação para fortalecimento das políticas públicas”.

Fala do Representante do Ministério Público Márcio Rogério de Oliveira - Em nome do Ministério Público agradece ao convite para participar da abertura. Parabeniza a todos pela organização, discussão e dedicação à nossa

população. Ressalta que estão aqui hoje concretizando e demonstrando a democracia através da conferência, pela participação do cidadão na política e no seu controle, como manda o artigo 204 da Constituição Federal. Salienta o tema da conferência e a obrigação do Estado brasileiro, em garantir a cidadania e os direitos socioassistenciais, como assegurados nos três primeiros artigos da Constituição Federal, e aos próprios Direitos Humanos.

Fala do Deputado Estadual André Quintão - Faz a sua auto descrição, saúda a todos em nome do presidente da Assembleia Legislativa, Deputado Agostinho Patrus. Agradece a todos, ressalta a importância da realização da conferência em tempo de pandemia, descrevendo como divisão de águas do momento atual. Cumprimenta em especial a Consolação e a equipe da SEDESE. Salienta novamente que essa conferência é um divisor de água no momento atual do Brasil, “desde 2016 as políticas públicas no Brasil vem sendo desconstruídas por parte do Governo Federal, tivemos a emenda constitucional 95, que congelou por 20 anos os investimentos públicos, retira-se nesse período quase 60 a 70% dos recursos para os serviços socioassistenciais, é por isso que temos cada vez mais famílias represadas para acessar o bolsa família, para acessar ao BPC. Com isso vem a pandemia, controlada de forma irresponsável levando a várias mortes e efeitos sociais gigantes: como a educação, o aumento da extrema pobreza e a insegurança alimentar. o Brasil voltou a aparecer no mapa da fome, não é justo as pessoas passarem fome. Então eu to falando isso, porque no momento que o país mais necessita de ajuda socioassistencial com rede de proteção é que nós vemos um desmonte social, que ainda pode piorar, pois ainda há a PEC 32, de desmontar e arrebenta o sistema administrativo público no Brasil, pois tem o auxílio Brasil e o alimenta brasil, que destrói o bolsa família, então quando se debate aqui em Minas há uma resistência a esse desmonte das políticas socioassistenciais. Nesse período a gente conseguiu em 2019, a regularidade do repasse do piso mineiro de assistência social, a gente sabe que pode e deve melhorar, mas conseguimos isso, e o auxílio emergencial mineiro, esse valor de 600 reais, para famílias em extrema pobreza e também o repasse da vale 1 bilhão e meio para parte dos municípios de Minas, em que parte desses recursos pode ser usado na assistência social e por fim os 25 milhões para a Rede Cuidar. Então queria dizer que essa conferência é o futuro e o presente do Brasil em jogo, e Minas sempre deu uma grande contribuição, em todos os níveis, queria renovar esse ânimo para a construção do SUAS em Minas e no Brasil, para que saia daqui vários delegados que defendam o SUAS e a importância desse”.

Fala da Representante do COGEMAS Ivone Pereira Castro Silva - Ivone faz sua auto descrição, em seguida cumprimenta e agradece todas as autoridades presentes e a todos que tornam a política de assistência social realidade. “Neste momento há uma luta dos gestores nos Municípios de porte 1 para fazer acontecer, pelos cortes de verbas que estão tendo, este ambiente proporciona a criação de posições para contar qual de fato é o maior desafio que temos que enfrentar em Minas Gerais, os gestores passam por momentos difíceis pois não há verba suficiente, não podendo ofertar os serviços de proteção social. Agora tem que buscar e ampliar a proteção de média e alta complexidade. A portaria e a PEC 382 de 2017, sobre a portaria 2362 de 2019, que é uma portaria que vem para equalizar os repasses dos recursos dos fundos socioassistencial do FNAS, com o orçamento aprovado, isso fez com que em 2019 nós tivemos 50% dos recursos federais sem repasse para municípios, e esse ano já são 68% de corte

de recursos pactuados com os municípios. Isso faz muita diferença para a gente de Município porte 1, para que não feche os serviços. É necessário então que nós que estamos aqui, demonstrarmos a necessidade de revogar essa PEC e da importância do repasse de recursos. Parabenizo a todos que me antecederam e aos que contribuíram para a conferência”.

Transcrição da fala da Conselheira Anédia Miranda Farias – representante do Fórum Municipal de Usuários de Belo Horizonte. Encontro de Incentivo às Conferências Municipais na Regional de Timóteo. Data: 07 de junho de 2021 – Boa tarde a todos. Eu sou conselheira pelo Fórum de Usuários de Belo Horizonte. A Rosa já explicou tudo aí. Eu falar como usuária, né? Falo como usuária, e vocês me desculpem porque às vezes não sei falar assim como a Rosa, tudo no seu devido lugar, às vezes eu falo na frente, às vezes volto atrás, porque estou aprendendo ainda, eu ainda sou menor aprendiz, sou muito nova. Eu gostaria de conversar com os gestores, com as regionais, que nós os usuários, nós queremos, é isso, estar aqui representando, ser convidado aqui foi um privilégio muito grande, um crescimento muito grande pra nós, e nós queremos realmente o apoio de vocês. Porque está tudo na lei os direitos que nós temos, só que nós não recebemos esses direitos todos. Muitos não sabem cobrar, e nós dependemos de vocês. E vocês pra chamarem os usuários é muito simples. Eu vou dizer para vocês, porque eu comecei, também, como nada, eu não fazia parte de nada, e eu trabalhava muito, eu era convidada, mas não participava, eu quando eu pude participar, eu comecei pelo CRAS, me convidando para fazer parte lá, das reuniões. Depois fui convidada para ir pra CLAS. Porque uma casa, eu digo sempre, começa pelo alicerce, não começa pelo telhado. Então, a gente não chega aqui no CEAS, direto, sabendo tudo, e, morre não sabendo também, né, está sempre aprendendo. E aí, eu sempre penso assim, a gente começa por baixo, foi ai que comecei, eu comecei na CLAS, e me convidaram para participar da CLAS, eu participei, fui eleita como vice, agora fui eleita como titular, e de lá eu fui pro CORAS, representar o município de Venda nova. E aí, fui, ganhei, ai eu fui titular. Fui representar o Venda Nova no CEAS. No CEAS eu fui indicada para Mesa gestora do Trabalho, da mesa do Trabalho, nós tínhamos o recém fundado aqui o Fórum de Usuários, foi uma conquista muito grande, nossa, eu sou a primeira conselheira depois que formou ele. E tem uma importância muito grande. Foi um crescimento nosso, pros usuários, muito grande. Aí, de lá, eu fui concorrer pelo FMSUAS, o conselho, Fórum Municipal de Usuários, e fui pro CEAS, cheguei lá sem saber nada, nossa! Como foi difícil! eu como todo usuário, achei difícil, eu como toda usuária não sabia nada, mas depois se torna fácil, fui eleita lá, com uma representação de votos muito boa, e venho fazendo o meu papel que eu prometi, aqui eu me propus a procurar os direitos dos usuários, e dar voz a quem não consegue, muita gente quer participar, mas tem que trabalhar, porque nós, nós não temos renda nenhuma, Nós somos voluntários, nós, nesse momento, nós estamos pagando pra poder participar, a internet é por nossa conta. Tem uns, que tão fazendo, que vão no CRAS, e tudo, mas fica mais difícil. Mas eu sou uma, entre tantos, que estou pagando, eu tive que melhorar minha internet, trocar meu telefone, porque o meu outro não era bom, o Lucas tá ai sabe, era difícil, ne Lucas? Eu até hoje não consigo entrar direito pelo computador, eu

tenho notebook, mas ainda não consigo lidar com ele. Quando eu entrei, que chegou a pandemia eu disse, pronto! Eu morri! Agora não vou mais fazer parte do CEAS, fiquei triste, porque eu só sabia ligar e desligar o celular, atender e chamar, e aí, através dos meus colegas, eles foram dizendo aperta aqui, aperta ali, aperta assado, faz aqui, faz lá, eu fui aprendendo. Isso, eu estou falando, a carreira do usuário, vocês tem que valorizar o usuário, porque o usuário ele não sabe de nada, nada, eles acham, a gente acha assim, que é um cargo muito elevado para nós, que a gente não é capaz, e depois a gente vê que é, e aí os representantes, eu como representantes, outros, a gente vai mostrando para eles que não é difícil e chamando eles e mostrando para ele só assim nós conseguimos os nossos direitos, que só a gente reclamando que vão saber o que a gente precisa, porque os trabalhadores estão do nosso lado, os gestores estão do nosso lado, as entidades estão do nosso lado, mas na hora quando vão resolver lá a proposta já vem pronta. É assim, e nós temos que dizer não, não é assim, eu tenho explicado muito pros usuários, que não é assim que queremos. Nós usuários queremos do nosso jeito, como é, quando é campanha política que dizemos assim: você é o patrão, que patrão que nós somos? que temos que pagar gravata para eles, pagar gasolina, pagar tudo para eles. E na hora de resolver o salário deles, é eles que resolvem, na hora de resolver o nosso, é eles também. Porque não tem uma votação para saber de um usuário quanto um vereador merece ganhar? Devia acontecer isso, que eu ainda tenho esperança que isso vai acontecer. Para nós é piso salarial, para eles é teto, teto salarial, e aí, então nós usuários estamos pedindo a vocês trabalhadores, a vocês gestores, a vocês entidades que façam isso conosco, que nos ajude, porque somos pequeninos, e agora com essa pandemia estão nos massacrando mais e mais, quem está perdendo mais, olha os trabalhadores do SUAS, olha como foram sacrificados. Qual a diferença dos trabalhadores do SUAS que não pararam um minuto, não pararam um minuto, trabalharam virtual, vinha o presencial, estão na rua na rede POP, estão atendendo as famílias que perderam os familiares que morreram de COVID, estão ali correndo risco, em nenhum momento eles pararam, e porque eles não foram escolhidos para serem vacinados, tanto quanto os funcionários do SUS? Isso foi um erro muito grande, por quê? Porque querem acabar com nosso social, eles querem tirar nossos direitos. O desmonte. Aí com essa pandemia, descobriram os pobres, viram os pobres, como o potinho de ouro, o potinho de ouro é o CadÚnico deles, ah, não, nós vamos tirar esse potinho de lá, aí então. O que estão querendo fazer? Eles estão querendo agora robotizar, e nós não queremos, e nós usuários vamos continuar gritando, e vamos continuar gritando, e estamos pedindo para vocês agora nessa conferência gritem por nós também, nós não queremos virtual, nós queremos presencial, nós queremos calor humano, nós queremos olho no olho, e é isso que nós queremos. Eu como representante de usuária, agradeço estar podendo, estar participando, desses, dessas rodas. Nossa, como fiquei feliz, quando fiquei convidada. Cada vez que sou convidada, para alguma coisa assim é como se tivesse recebido um diploma, eu vou dizer a vocês que eu não tive oportunidades na vida, tudo que eu aprendi foi vivendo, vivenciando ali, participando e aprendendo, o primário na época, o ginásial, eu tenho 71 anos, eu fui estudar mesmo eu tinha, 21, 27 anos, com uma filha nos braços, mas eu tinha força de vontade. Eu não tive pai, eu não tinha mãe, fui criada na roça,

serviçal, eu era apresentada assim: “essa é a cria da casa”, eu sabia o que queria, eu não queria ser daquele jeito, com 25 anos eu enfrentei um mundo de meu Deus, foi eu e Deus, e graças à Deus encontrei gente que me deram a mão. E fui indo, fui indo, e cheguei até aqui, criei muitas crianças, tirei crianças da rua, tirei mulheres da maternidade que iam doar filhos, levava para minha casa. Tirei mulheres de casas, de prostituição, mostrando pra elas que isso não é vida, e elas diziam, mas “é o meio que tenho de ganhar dinheiro porque se eu for trabalhar de doméstica, eu vou ganhar salário mínimo, ou menos que o salário mínimo, e a gente aqui ganha mais, pra criar pra poder sobreviver, pra mandar dinheiro para o interior”, então elas vinham para cá, vem pra cá na esperança de arrumar emprego e chega aqui não acha, e aí o que acha é outra coisa. É errado? Não gente, Não é errado, é o meio de sobrevivência, e aí quando elas recebem apoio, quando essas crianças de rua recebem apoio, é poucos que a gente perde, quando eu dizia, quando eu tinha as crianças, tinha gente que dizia assim, “vc é louca, como você vai fazer com essas crianças?” Eu dizia assim se eu salvar um, eu sou feliz, e eu perdi um, nessa minha caminhada, eu perdi um, tenho muitos filhos, muitos netos, no Brasil, e tenho fora, tenho tudo, então nós temos um potencial muito grande nós os usuários, só que nós não temos oportunidade de mostrar isso, e é isso que estamos querendo, que a gente cresça, que vocês nos ajude a crescer, olha nas reuniões a gente descobre, vocês que são gestores, quando vocês tem reunião, quantas pessoas vocês tem na comunidade que pode ser liderança? Tem que chamar as lideranças, vocês tem que valorizar o usuário, sabem? não é só atender não, é mostrar o lado bom, convidar eles a participar, valorizar, dar valor a nós. Eu agradeço a Deus, dele ter me dado essa benção de eu ter esse poder de falar, embora eu queria falar melhor, eu queria ter me formado, numa faculdade, eu queria tanta coisa, mas eu conquistei muitas, uma delas é essa aqui que eu amo, eu me apaixonei pelo Sistema Único de Assistência Social, que não vejo diferença dele pro SUS, ele tem o mesmo peso que o SUS. Nessa conferência, gente, vamos chamar os usuários, agora, conversar com eles, mostrar pra eles, chamar as lideranças que vocês tem, a igreja, a comunidade assim, mais forte que tem, chama eles, vamos mobilizar. Aqui em Venda nova, tivemos ontem, a votação do Coras para o CMAS, gente, só Venda Nova, conseguiu cadastrar duzentos e vinte e quatro pessoas, presentes teve sessenta e cinco, mas têm mais dois dias para eles irem votando. Foi muito bonito, muito alegre. Eles ensinaram um por um ir votando pelo link, foi uma beleza, eu digo a vocês foi uma beleza, foi muito elogiado pelos que vieram nos ajudar, vocês me desculpem quando eu não consigo falar os nomes todos, assim, direitinho, mas vocês sabem, o suporte que tivemos foi muito bom, eu então, como usuária, como mulher sofrida, eu peço a vocês. Uma das coisas que deve ser revista, tem aí falado, olhar as crianças de 6 a 12 anos, o que essas crianças tem? depois que elas saem de uma EMEI? Que ela tem todos os brinquedos, que elas tem todos os horários para comer, de tomar banho, pra estudar, para tudo, eles depois se veem jogados porque as mães tem que trabalhar. E a escola pública está pouco se lixando, se foi na aula, se não foi. A única coisa que agora, estão perguntando é se corta o Bolsa Família, é o que estão perguntando, é se corta o Bolsa família. Não é assim gente! não é assim. É dando mais atenção, é vendo mais o que nós precisamos. E eu digo sempre aqui pro meu povo, aqui assim, nós não somos nada sem os

trabalhadores, sem os gestores, sem as entidades, também que nos apoiam. Assim como os trabalhadores não são nada sem os usuários, os gestores também não. Então somos todos iguais. E é isso que eu peço a vocês, que mostrem aos usuários de vocês, essa importância que ele tem, valorize ele, chama mais ele, dêem mais assim atividade para ele, para ele participar, sabe? Não tenho nada para falar, não posso fazer movimento para os aparelhos, os aparelhos tem que cobrar, né? Eu só faço cobrar. Que nós queremos que nos dê o apoio para que a gente possa participar. Então era isso que eu queria falar com vocês. Eu como usuária, já sou uma pessoa idosa, já sou avó, bisavó, e sou, me considero uma vencedora, uma guerreira, me considero uma vencedora, estar aqui hoje é como se eu tivesse tirado um diploma, me faz bem, mas me faz muito bem estar com vocês, e nessa pandemia eu aprendi que não perdemos tanto não, perdemos vida sim, sem necessidade, sem necessidade perdemos vida, por descaso, por descaso dos nossos governantes, tanto do Estado, quanto do Federal, descaso de tudo, sabe? E aprendi uma coisa, olha eu aqui podendo falar com Timóteo, olha, eu podendo falar com o território todo aí, eu podendo me comunicar com Minas Gerais inteira, foi uma coisa boa, olha o quanto eu aprendi, a lidar com, a falar com essa modernidade, eu aprendi, quanta coisa eu aprendi, quantas pessoas aprenderam, e vamos continuar aprendendo mais com esse apoio que vocês estão nos dando, mas queremos mais que vocês nos ajudem a cobrar mais. Porque nesse momento, nós estamos sem renda, sem emprego, e sem alimentação, é isso que está acontecendo com nós pequeninos. Eles fazem questão de dizer, renda zero, fazem questão de frisar lá, que nós somos renda zero, e nós temos de sair desse zero, nós queremos sair desse renda zero, quero pedir ajuda de vocês em nome de todos os usuários desse Brasil, nos ajude a sair desse zero. Obrigada, gente, desculpem se não falei o que vocês queriam, mas é o que sinto, é o que eu posso falar, e eu sou assim, muito, muito simples, muito objetiva, e sou daquelas que não manda recado, que eu não fico falando com fulano, com beltrano, o que tem que ser, eu vou lá e falo. Em todas as conferências, em todas as reuniões, tá aí o Lucas aí que é meu parceirão, eu não deixo, eu falo, se eu falar errado, me perdoem, consertem, bota na escadinha, né Lucas? Eu peço para vocês, bota na escadinha tudo que eu falei, a subir mais degraus. Obrigada, mas obrigado mesmo de coração, por permitirem que eu representante de usuários esteja aqui com vocês. Muito obrigada, boa tarde, uma boa conferência. Convidem os usuários que eles vão vir, porque eles querem melhorias, nós queremos melhoria. Obrigada gente, boa tarde!

Às 15h18 min, Patrícia Gomes encerra o painel de abertura, com a presença de **499 participantes**.

4.1.2. Regimento Interno

15:21 - Cristiano Andrade inicia a leitura do Regimento Interno.

15:52 - A grande maioria aprovou (via chat) o Regimento Interno.

15:54 - Edilson faz dois destaques: O primeiro é a alteração da escrita para delegados e delegadas e não apenas Delegados, a maioria concordou com a alteração da escrita. O segundo destaque foi uma sugestão para que todo mundo

participe todos os dias para poder se candidatar, entretanto, a presidente afirmou não ser possível.

Redação Final do Regimento:

CAPÍTULO I

DO OBJETIVO E TEMÁRIO

Art.1º A 14ª Conferência Estadual de Assistência Social, convocada pela Resolução Conjunta da

Secretaria de Estado Desenvolvimento Social – SEDESE e do Conselho Estadual de Assistência

Social – CEAS n.º 01, de 19 de fevereiro de 2021, ocorrerá nos dias 25, 26 e 27 de outubro de 2021, por meio virtual.

Art.2º A 14ª Conferência Estadual de Assistência Social constitui-se em instância máxima de mobilização, participação social e deliberação.

Parágrafo único. São objetivos da 14ª Conferência Estadual de Assistência Social:

I - Avaliar a política de Assistência Social na perspectiva do Sistema Único da Assistência Social em Minas Gerais e propor novas diretrizes para o seu aperfeiçoamento;

II – Analisar, debater e deliberar sobre o compilado das propostas oriundas das Conferências

Municipais para o Estado e para a União, assim como as propostas novas, observando os 5 Eixos;

III – Propor e aprovar 15 deliberações para o Estado e 10 propostas para a União;

IV – Referendar o compilado das 22 deliberações das Conferências Regionais de Assistência Social de 2021 para o Estado;

V – Eleger os delegados e delegadas para representar o Estado de Minas Gerais na 12ª Conferência Nacional de Assistência Social, conforme Informe 3 do Conselho Nacional de Assistência Social;

VI – Eleger as representantes que irão compor o CEAS para a gestão 2021 a 2023.

Art.3º A 14ª Conferência Estadual de Assistência Social tem como tema a “Assistência Social: direito do povo e dever do Estado, com financiamento público, para enfrentar as desigualdades e garantir proteção social”.

§1º. A 14ª Conferência Estadual de Assistência Social tem como lema: “Minas Gerais unida em defesa do SUAS”.

§2º Os eixos que nortearão o debate durante o processo conferencial de 2021 serão:

I - A proteção social não-contributiva e o princípio da equidade como paradigma para a gestão dos direitos socioassistenciais no enfrentamento das desigualdades;

II – Financiamento e orçamento como instrumento para uma gestão de compromissos e corresponsabilidades dos entes federativos para a garantia dos direitos socioassistenciais;

III – Controle social: o lugar da sociedade civil no SUAS e a importância da participação dos usuários;

IV – Gestão e acesso às seguranças socioassistenciais e a articulação entre serviços, benefícios e transferência de renda como garantias de direitos socioassistenciais e proteção social;

V – Atuação do SUAS em Situações de Calamidade Pública e Emergências.

Art.4º A 14ª Conferência Estadual da Assistência Social, normatizada pelas Resoluções do Conselho Estadual de Assistência Social – CEAS N.ºs 723/2021, 727/2021, 730/2021, ocorrerá conforme estabelecido neste Regimento Interno, submetido à consulta pública.

CAPÍTULO II

DA PLENÁRIA INICIAL

Art. 5º. A plenária inicial contará com:

I - Painel de abertura;

II - Deliberação do Regimento Interno;

III - Ato de conferir;

IV - Palestra magna.

§1º. O ato de conferir tem por objetivo analisar o cumprimento das deliberações da 13ª Conferência Estadual de Assistência Social para o estado, ocorrida em 2019.

§2º. A palestra magna apresentará a análise de conjuntura, assim como o tema central.

§3º. Após a palestra magna, será realizado debate, mediado por uma coordenadora indicada pelo CEAS/MG.

Art. 6º. As participantes, devidamente credenciadas, poderão fazer inscrição para intervenção oral, após a apresentação do tema, ou encaminhar perguntas por escrito.

§1º. A Comissão Organizadora acompanhará a ordem de inscrições, respeitando o tempo previsto para o debate.

§2º. Cada intervenção oral terá duração de, no máximo, 2 (dois) minutos, e o suporte técnico poderá silenciar o microfone quando necessário.

CAPÍTULO III

DAS PLENÁRIAS TEMÁTICAS

Art 7º. A 14ª Conferência Estadual de Assistência Social contará com 05 (cinco) Plenárias Temáticas, realizadas simultaneamente, de caráter analítico, propositivo e deliberativo, compostas pelas delegadas e convidadas da Conferência.

§1º. São objetivos das Plenárias Temáticas:

- I – apresentar subsídios para qualificar os debates;
- II – apreciar e deliberar sobre as propostas sistematizadas, oriundas das conferências municipais, considerando o instrumental da Resolução CEAS nº 730/2021;
- III – apresentar, debater e deliberar propostas de cada eixo, sendo 10 (dez) propostas para o Estado e 10 (dez) propostas para a União, considerando deliberações advindas dos municípios e novas propostas, observando, neste caso, o limite máximo de 2 (duas) novas propostas para ambos;

§2º. Serão apresentadas as 20 (vinte) propostas com maior incidência temática, conforme o Informe 4 do CNAS.

§ 3º As propostas devem respeitar o limite de 5 (cinco) linhas, conforme o Informe 4 do CNAS.

Art. 8º As Plenárias Temáticas avaliarão as propostas sistematizadas, através da manifestação dos delegados:

- I - se favorável à proposta;
- II - se contrário à proposta;
- III - abstendo-se de votar.

§1º Cada delegado e delegada poderá votar em apenas uma proposta para o Estado e uma proposta para a União que obtiverem o maior número de votos.

§ 3º Os votos serão computados de forma individualizada em sistema próprio de votação.

§ 4º As propostas deliberadas pelas plenárias temáticas para o Estado e a União serão encaminhadas à Plenária final para fins de priorização, conforme orientação do Informe 4/2021 do CNAS.

§ 5º No caso das propostas oriundas dos municípios, em caso de empate, será escolhida a proposta com maior incidência nas conferências municipais.

§ 6º. No caso das propostas novas, em caso de empate na votação, será escolhida a proposta feita, respectivamente, por:

- a) usuários;
- b) trabalhadores;
- c) entidades;
- d) governo.

§ 7º No caso de permanência do empate previsto nos §§5 e 6, deverá ser feita nova votação com as propostas empatadas.

Art. 9º As Plenárias Temáticas contarão com uma Mesa de Apoio, composta por coordenadoras, facilitadoras, reladoras, apoiadoras da relatoria, e apoio técnico de informática.

I - coordenadoras serão responsáveis por organizar a dinâmica da plenária temática, observado o Regimento Interno.

II – as Facilitadoras serão responsáveis pela apresentação do tema e por esclarecer dúvidas.

III – as reladoras serão responsáveis por registrar as propostas aprovadas, alteradas e excluídas e as novas propostas,

IV – as apoiadoras da relatoria serão responsáveis pela contribuição com a relatoria da plenária;

V - o apoio técnico de informática será responsável por suprir as demandas de acesso e utilização da plataforma.

CAPÍTULO V

DO PROCESSO ELEITORAL PARA COMPOR O CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CEAS

Art.10. O Processo Eleitoral para a composição do Conselho Estadual de Assistência Social – CEAS, Gestão 2021/2023, é regido pela Resolução CEAS n.º740/2021.

Parágrafo único. As orientações relativas ao processo eleitoral serão apresentadas no dia 27 de outubro de 2021, perante toda a plenária da 14ª Conferência Estadual de Assistência Social.

CAPÍTULO VI

DO PROCESSO DE ESCOLHA DOS DELEGADOS (AS) À 12ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Art.11. O Estado de Minas Gerais será representado na 12ª Conferência Nacional de Assistência Social por 192 (cento e noventa e dois) delegadas, sendo 180 (cento e oitenta) eleitas na Conferência Estadual, e 12 eleitas pelo CEAS, conforme determinação do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS contida no Informe CNAS nº 03/2021 que trata da Distribuição dos Delegados da esfera municipal, estadual e do Distrito Federal.

§1º. A eleição das 180 (cento e oitenta) delegadas na Conferência Estadual se dará conforme a seguinte distribuição de vagas:

I – 90 (noventa) vagas para o segmento governamental; e

II – 90 (noventa) vagas para o segmento da sociedade civil, sendo:

a) 30 (trinta) vagas para o segmento de usuários;

b) 30 (trinta) vagas para o segmento de trabalhadores; e

c) 30 (trinta) vagas para o segmento de entidades.

§2º. A eleição das delegadas que compõem a gestão 2019-2021 do CEAS para as vagas de delegadas para a 12ª Conferência Nacional de Assistência Social será realizada em Plenária do Conselho.

Art.12. A escolha de delegadas obedecerá à divisão das participantes de acordo com o segmento de representação:

I – órgão gestor da política de assistência social;

II – entidades de assistência social;

III – usuárias de assistência social; e

IV – trabalhadoras da área de assistência social.

§1º Só poderá candidatar-se a delegada para a Conferência Nacional, as participantes devidamente credenciadas na condição de delegadas na Conferência Estadual.

§2º Caso o delegado ou delegada credenciado, que comprovadamente participou dos trabalhos nos dias anteriores, por motivo de alguma eventualidade não puder estar durante o processo de eleição para ser delegado na Conferência Nacional, poderá se candidatar por meio de procuração feita a própria mão, a ser apresentada até duas horas antes ao processo de escolha à coordenação da Conferência Estadual, e esta será lida aos presentes da sala do seu segmento pela coordenação do grupo.

§3º Cada delegada titular eleita terá uma suplente, também eleita, do mesmo segmento, que só assumirá a condição de titular na ausência daquela.

§4º Na ausência do preenchimento da totalidade das vagas de segmento da sociedade civil, estas serão remanejadas por igual para os demais segmentos, conforme a ordem de prioridade a seguir:

a - usuárias do SUAS;

b - trabalhadoras do SUAS;

c - entidades socioassistenciais.

§5º Na sobra de vagas destinadas à Conferência Nacional, estas serão distribuídas para o CEAS, para preenchimento.

Art.13. A eleição das delegadas se dará a partir de divisão dos participantes conforme os segmentos abaixo relacionados:

I – representantes governamentais;

II – entidades de assistência social;

III – usuárias de assistência social; e,

IV – trabalhadoras da área de assistência social.

Art.14. Os CEAS poderá solicitar dados complementares às delegadas e eleitas para a participação em Conferência Nacional.

CAPÍTULO VII

DAS MOÇÕES

Art. 15. As propostas de Moções deverão ser elaboradas e votadas, encaminhadas por meio de formulário digital, encaminhado por meio de relatoria, classificadas por sua natureza (apoio, congratulação, repúdio, entre outras) e serão aprovadas por maioria simples (50% + 1) na sala da plenária temática das delegadas devidamente credenciadas na 14ª Conferência Estadual de Assistência Social.

§ 1º As moções poderão ser aprovadas por maioria de manifestações via chat.

§ 2º A Plenária Final deverá referendar as Moções que atenderem o disposto neste artigo.

CAPÍTULO VIII

DA PLENÁRIA FINAL

Art.16. A Plenária Final da 14ª Conferência Estadual de Assistência Social é constituída de Delegadas e Convidadas.

§1º Terão direito a voz e a voto as Delegadas devidamente credenciadas na Conferência Estadual de Assistência Social.

§2º Às demais participantes da Conferência Estadual de Assistência Social será garantido o direito a voz.

Art.17. A Plenária Final deliberará sobre as propostas para o Estado e para a União, oriundas das Plenárias Temáticas e as moções, da seguinte forma:

I- As propostas para o Estado serão em número de 03 para cada eixo, totalizando 15.

II - As propostas para a União serão em número de 02 para cada eixo, totalizando 10.

§ 1º No caso das propostas oriundas dos municípios, em caso de empate, será escolhida a proposta com maior incidência nas conferências municipais.

§ 2º. No caso das propostas novas, em caso de empate na votação, será escolhida a proposta feita, respectivamente, por:

e) usuários;

f) trabalhadores;

g) entidades;

h) governo.

§ 3º No caso de permanência do empate previsto nos §§1 e 2, deverá ser feita nova votação com as propostas empatadas.

§ 4º. Não poderão ser apresentadas novas propostas ou alteração da redação na Plenária Final, respeitando o texto apresentado nas plenárias temáticas.

Art.18. O processo de apreciação e priorização das propostas na Plenária Final dar-se-á da seguinte forma:

I – As Coordenadoras das Plenárias Temáticas apresentarão as propostas.

II – As propostas serão apresentadas e votadas por eixo.

IV – As Delegadas escolherão, por meio de votação eletrônica, mediante orientação da Mesa Coordenadora.

§1º As propostas poderão ter duas defesas, uma a favor e uma contrária, antes da votação.

§2º Cada intervenção oral deverá ser de, no máximo, 2 (dois) minutos.

Art.19. Após a votação das Propostas, as Moções serão referendadas na Plenária Final.

Art.20. A Plenária Final contará também com uma Mesa de Apoio indicada pela Comissão Organizadora.

Art.21. As delegadas eleitas no processo de escolha de seus segmentos terão seus nomes apresentados na Plenária Final.

CAPÍTULO IX

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art.22. Assegurar-se-á à Plenária o questionamento à Mesa Coordenadora, pela ordem, para restabelecer os trabalhos ou no caso em que este Regimento não esteja sendo cumprido.

§1º As questões de ordem precederão as demais.

§2º Quando a Plenária estiver em regime de votação, não poderão ser levantadas questões de qualquer natureza.

Art.23. Os casos omissos neste Regimento serão resolvidos pela Comissão Organizadora da 14ª Conferência Estadual de Assistência Social.

Art.24. O presente Regimento entrará em vigor após a sua aprovação em Plenária da 14ª Conferência Estadual de Assistência Social.

Art.25 A Conferência Estadual contará com uma Sala de Soluções para esclarecimento, apoio aos participantes e solução dos casos omissos junto à Comissão Organizadora.

4.1.3. Ato de Conferir

15:58 - Responsável pela apresentação: Mariana Franco, Subsecretária SEDESE.

O Ato de conferir tem como objetivos: Apresentar as ações realizadas pela Subsecretaria de Assistência Social, da SEDESE, na execução e aprimoramento da gestão estadual da Política de Assistência Social; Trazer informações para fomentar as discussões das propostas para estado e União; Apresentar os principais avanços e desafios no âmbito do SUAS MG em 2021.

Principais blocos da apresentação:

- ✓ Financiamento, com destaque para retomada do repasse do Piso mineiro para os municípios;
- ✓ Aprimoramento da gestão estadual;
- ✓ Proteção social básica: ações à distância (orientações, treinamentos, oficinas de apoio); Programa Percursos Gerais (Projeto Aproximação SUAS, com apoio técnico e financeiro para aperfeiçoamento dos serviços, programas, projetos e benefícios);
- ✓ Programas de Transferência de Renda: Programa Renda Minas e Auxílio Emergencial Mineiro;
- ✓ Proteção social especial: manutenção dos CREAS regionais; acolhimento para adultos com deficiência; articulação com o sistema de justiça; discussão na Câmara Técnica para ampliação da cobertura da PSE e registro/notificação de violações de direitos;
- ✓ Programa Rede Cuidar;
- ✓ Programas de Qualificação e material de apoio/orientação aos municípios para o processo conferência;
- ✓ Síntese do processo conferências nos municípios e regionais.

16h27min: término da primeira etapa do Ato de conferir

2ª parte do ATO DE CONFERIR

17h37min: início

Responsável pela apresentação: Domingos Sávio: representante do CEAS

Monitoramento das deliberações da 13ª conferência estadual de assistência social 2019, com o tema “Assistência social: direito do povo com financiamento público e participação social

Lema: “Nas minas, o SUAS é das Gerais”

Número de propostas: 34 para o estado e 15 para união.

Resolução nº 547/2016, do CEAS, criou a Comissão de monitoramento das deliberações da 13ª conferência.

Atividades da Comissão:

- ✓ Análise das deliberações, com a divisão dos eixos por membro;
- ✓ Análise das informações acerca do cumprimento das deliberações pela SEDESE e SUBAS;
- ✓ Agrupamento das deliberações de acordo com as diretrizes do plano decenal.

Foi apresentado quadro demonstrativo com o status das deliberações por eixo, agrupadas em: não iniciadas (47,37%); em andamento (42,11%); cumpridas parcialmente (10,53%) e cumpridas (0,00%).

Término: 17h57min

4.1.4 Palestra Magna

16:29 até 17:24 - Palestrante: Professora Márcia Lopes

Pontos relevantes da Palestra: Inicia palestra se referindo à consolidação de sua parceria com Minas e da trajetória histórica do estado em defesa do SUAS. Apesar de Minas ser um estado rico e pródigo, 1/3 de sua população encontra-se em situação de pobreza, lembrando a fala da Sra. Anédia quando da abertura da Conferência. Faz um apelo aos segmentos presentes que renovem o compromisso com o direito à proteção social, principalmente pelo momento nunca visto no Brasil. A CF, em seu artigo 6º, garante a proteção integral e a assistência social como direito de todos. O Ato de conferir é importante por apresentar o que foi deliberado na 13ª conferência. O que está sendo feito? Qual é a demanda? Quem precisa de proteção? A leitura das deliberações da 13ª conferência demonstra que, em sua maioria, estão relacionadas ao financiamento da Política de Assistência Social. Desafio frente à crise que se instalou em 2016, aos cortes do orçamento, à quebra do pacto federativo. Assim, não se trata mais de debater a importância do SUAS, seu funcionamento. É dever de quem faz e participa da gestão saber como se organiza a Política de Assistência Social. Trata-se de fortalecer os conselhos. As decisões são tomadas sem a participação dos conselhos. Não existe compromisso com a vida. O governo federal tem sido omissivo no financiamento, na capacitação, na supervisão técnica. Não existe diagnóstico, quem são os que precisam de proteção? O CadÚnico é uma importante ferramenta. Mas não é só renda. É um conjunto de situações (trabalho infantil, falta de acesso aos meios para aulas online, idosos e PCD, pessoas em situação de rua). Cada vida importa para quem a defende. O SUAS deve olhar para o conjunto da população que foi atingida pela crise. Nesta Conferência é importante discutir a ação política e como fazer. O que fazer já sabemos. Os eixos da conferência reafirmam o compromisso da Política de Assistência Social com o financiamento, a oferta das seguranças socioassistenciais, com o controle social, a responsabilidade dos órgãos gestores, entidades e conselhos, ações em situação de calamidade. Importância da qualificação técnica de acordo com a realidade de cada município. Mudança do perfil das pessoas atendidas pressupõe novo olhar. É um olhar para o conjunto da população. O cálculo tem que ser feito todos os dias. No mínimo quem está no CADÚNICO é população alvo da política. Daí a importância da vigilância socioassistencial. Que olha os territórios, que dialoga com as políticas transversais. O SUAS é um sistema que olha o conjunto da população. Os desastres de Mariana, de Brumadinho e a pandemia: o enfrentamento não deve ser uma preocupação só da assistência (eixo 5). Deve ser inclusive da área econômica. E nesta Conferência, é preciso avaliar como a gestão estadual está conduzindo e se relacionando com a esfera federal, com os conselhos. Isto é ação política. Discutir o controle social. As moções tiradas nas conferência são muito importantes. E tem vários destinatários. Conselhos, gestores, SEDESE, Ministério da cidadania. Ganham uma importância enorme. Tem que sair moção dessa conferência pedindo vinculação, pedido de recursos permanentes, que se recomponham os recursos. Foram pedidos 6 bilhões, o governo aprovou 1 bilhão. Reflexão sobre os rumos da Política de Assistência Social, tem que pensar nas diferenças. Para que haja um processo de criação de igualdade é preciso tratar os diferentes de forma diferente. Garantir a equidade. Olhar para

área rural com suas particularidades, as comunidades tradicionais, para todos aqueles que são vítimas de qualquer tipo de violência. A leitura das propostas mostrou que se sabe o que fazer. Só é preciso quantificar, qualificar e ação política. Sem ação política, sem exigir do vereador, dos deputados, do Ministério Público, dos governos estadual e federal, as coisas não vão mudar porque temos uma elite dominante no país para a qual está tudo bem, inclusive explorando mais o trabalhador. A reflexão não é pessimista, temos que estar otimistas, quem é de luta não se cansa. Vamos resistir. Vamos continuar acreditando, quanto mais organizada a assistência social no município, quanto mais informações, mais vamos avançar. Este é o papel do CEAS e sua liderança. Um sistema de assistência social forte é aquele que inclui, que acolhe, que garanta acesso a toda população que precisa.

DEBATE

Início: 17h59min

Mediação: Leonardo Martins

Inscrição pelo chat, com identificação (nome, município e segmento)

Assuntos abordados:

Reflexão sobre acesso ao direito no mundo capitalista

Compromisso dos segmentos e dos espaços deliberativos na defesa da Política de Assistência Social

Participação popular

Financiamento

Importância dos conselhos

Diversidade dos territórios

Atuação do CEAS

Papel e importância da participação dos usuários

Organização política, cobrança e mobilização.

4.1.5. Plenária Temática Simultânea Sobre os Eixos

EIXO 1

A proteção social não-contributiva e o princípio da equidade como paradigma para a gestão dos direitos socioassistenciais no enfrentamento das desigualdades.

Data: 26 de outubro de 2021

84 participantes no início da reunião.

Coordenador: Lucas Estêvão Ribeiro da Silva

Apoio de Mesa: Marcela Rodrigues Santos.

Palestrante: Júlia Restori - Assistente Social - Graduada pela UFJF; Especialista em Gestão Pública; Especialista em Serviço Social e Políticas Sociais. Gestora de Assistência Social de Coronel Fabriciano (2005 a 2016), Ex Presidente do COGEMAS/MG e Trabalhadora do SUAS/ Ipatinga. Atualmente é Presidente do CRESS/MG.

Equipe de Relatoria:

Cyntia Rodrigues Zati
Luciana Reis Colen
Simone de Almeida
Luiza Marques Rival

O coordenador deu início à reunião apresentando a equipe que irá conduzir o dia de trabalho, para a Plenária, fazendo a acolhida aos delegados/delegadas e transmitindo as orientações da dinâmica de funcionamento dessa etapa da Conferência.

A discussão do Eixo 1 será subsidiada por uma Palestra, com objetivo de apresentar elementos para qualificar o debate e auxiliar os delegados na tomada de decisões.

As 09h11min a palestrante inicia sua apresentação

Palestra Júlia Restori: Inicialmente cumprimentou a Plenária, ressaltando a importância do momento e agradecendo ao CEAS pela oportunidade, dizendo da honra e satisfação de estar ali dividindo esse espaço de debate com todos e todas. Partindo do tema do EIXO, podemos dizer que esse conteúdo fala por si só.

“Gestão dos direitos socioassistenciais no enfrentamento das desigualdades”.

Contextualização do momento: Hoje, temos a maior Pandemia vivida neste século, que trouxe muitas consequências penalizando ainda mais a população mais vulnerável, temos uma crise econômica e social agravada pelo descompromisso do campo Estatal no combate às desproteções e no total desmonte dos serviços públicos. Precisamos reafirmar o lugar da Assistência Social como política pública de direito, precisamos lembrar o que significa Assistência Social como política pública, Dever do Estado e Direito do Cidadão, todo o aparato legal que foi construído ao longo dos últimos anos para que essa política pudesse garantir apoio e proteção para quem dela precisar. Fazendo um resgate histórico dessa política, temos como instrumento legal: CF, LOAS, PNAS, LEI DO SUAS, Tipificação de Serviços, NOB/RH, entre outras, construído com muito debate e participação da sociedade civil, que veio para dar sustentação à política de Assistência Social como política pública de direito, o que torna esse direito reclamável. O que temos presenciado é o poder público responsabilizando o usuário pela condição em que se encontra (criminalizando a pobreza). Ataques permanentes ao SUAS com cortes absurdos nos orçamentos, tornando o pobre mais invisível, desmontando a estrutura institucional, transformando programas e serviços permanentes, dando nomes diferentes, descaracterizando a concepção do direito que essa política carrega,

desresponsabilizando o poder público e ameaçando a gestão democrática participativa.

Já passamos desse tempo, onde Assistência Social era feita por voluntários, e isso está voltando; nada contra voluntários, mas precisamos cobrar do poder público, reafirmar essa política como política de direito. Entender que o Estado (poder público) é para todos e precisa dar respostas através dessas políticas, com definição de orçamento próprio em todas as áreas.

A fome voltou, trazendo aumento da fragilidade e vulnerabilidade das famílias, principalmente aquelas que se utilizam dessa política pública. Só para citar um exemplo, temos o aumento significativo da incidência de casos de pessoas com doenças mentais, agravada pela pandemia, sem o suporte necessário na Política de Saúde, que rebata na Assistência Social.

Relembra e reafirma a importância dos benefícios de transferência de renda no SUAS, principalmente o BPC e o Bolsa Família, que já beneficiou mais de 16 milhões de famílias, diminuindo a desigualdade e a pobreza no Brasil; não podemos deixar esse programa acabar, que foi pensado para romper o ciclo da pobreza.

Destaca os avanços no SUAS, com a instituição dos CRAS e CREAS, e reafirma o papel desses equipamentos públicos para atuar nas comunidades e trabalhar o protagonismo das famílias, identificar as fragilidades do território, para subsidiar o investimento e dar respostas institucionais para as necessidades apresentadas, incluir as famílias nas demais políticas públicas. Precisamos enfrentar os desafios, responsabilizando o poder público e com compromisso ético com a Política de Assistência Social. Me sinto constrangida quando ouço uma usuária falar da fome, como ouvimos ontem no discurso na Abertura da Conferência. “A pobreza não é um problema de cada um, é consequência da forma de produção e concentração de renda da sociedade”. O Brasil tem mostrado um lado perverso, precisamos combater isso. Esse desgoverno tem mudado o nome dos programas, cortado orçamentos em todas as áreas. O governo do Estado também precisa investir na PAS: sem cofinanciamento não conseguimos fazer frente às necessidades das pessoas em situação de pobreza e extrema pobreza. Concluindo, eu digo que não tenho resposta para tudo, mas sei que precisamos pensar nos desafios que nos espera. Como fortalecer a Política de Assistência Social, como dar resolutividade às demandas que o momento nos impõe, onde eu destaco: Violência doméstica, principalmente contra a mulher, combate ao racismo, preconceito e homofobia, desemprego, acesso aos benefícios. Precisamos atuar de forma intersetorial, trabalhar no campo da Integralidade, buscar alternativas e exemplo com as demais políticas públicas. Ampliar o debate e discutir com as demais instâncias, acionar o Legislativo no combate às PEC (32) que ameaçam o serviço público e o servidor público. Querem acabar com estabilidade do servidor, para calar nossa voz. Fui apresentada como facilitadora, mas acho que fui dificultadora. Vamos continuar lutando pelo SUAS, onde estivermos. Muito obrigada pela oportunidade, continuo aqui a disposição.

O coordenador Lucas Ribeiro, retoma a palavra e agradece a participação, enaltece o brilhantismo, clareza e coragem da palestrante Júlia Restori, faz uma reflexão para iniciar o debate.

Fala do Coordenador Lucas Ribeiro: Precisamos resgatar o sentido da equidade e combater a cultura do Não Direito. Estou lembrando aqui da 1ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, em 1995, onde a Presidente do CNAS à época, MARLOWA, afirmava que o “Orçamento traduz o compromisso real do poder público com a Política Pública”.

Às 10:02 foi aberto o Debate, com as devidas explicações das regras previstas no Regimento Interno da Conferência e 88 pessoas ativas.

Durante o debate, 16 pessoas se inscreveram para fazer intervenção, com destaque para os municípios de Belo Horizonte, Barbacena, Campestre, Congonhas, Jequeri, Montes Claros, Francisco Dumont, São Sebastião do Maranhão.

As questões e preocupações levantadas pelos delegados/delegadas revelaram a realidade que os municípios estão enfrentando no combate à pobreza, desigualdade e discriminação, principalmente em relação ao público das pessoas com deficiência e LGBTQI+.

Pontos destacados:

- ✓ Avanço no número de PCD, em função da pandemia. (Falta de atenção com esse público).
- ✓ “Sou grande de tamanho, mas quando crescer quero ser como você”.
- ✓ Não somos representados nas políticas públicas, precisamos provocar os governantes a pensar em política pública para esse público LGBTQI+.
- ✓ Agravamento das desigualdades com a exclusão digital, em contraponto o governo investindo na informatização no processo de acesso a benefícios. (Robotização).
- ✓ Troca de nomes dos programas, propagação de informações falsas (Fake News) negando tudo que já foi construído, apagando nossa história de luta.
- ✓ Necessidade de ampliar horário de atendimento dos equipamentos públicos (CRAS e CREAS) para possibilitar atendimento do trabalhador que chega da roça.
- ✓ Distorções por parte de profissionais que fazem avaliações das famílias para acesso a mais de um BPC na mesma família. (Quero dar o caráter de denúncia, porque isso aconteceu comigo). Precisamos buscar nossos direitos.
- ✓ O que cada município pode fazer para amenizar os impactos da pandemia?
- ✓ O que A.S pode fazer para desmascarar o privilégio dos políticos que ganham auxílio paletó, sendo que a população está passando fome (32 milhões).
- ✓ O que o CRESS pode fazer para auxiliar no processo de capacitação continuada dos profissionais do SUAS, os profissionais não estão devidamente antenados para o momento e com dificuldades para fazer a

leitura da realidade que tem se apresentado no dia a dia. A universidade não traz a formação necessária. Nem a EAD, nem a presencial.

A palestrante retornou com a palavra dizendo que não tem resposta para tudo: “vou tentar responder algumas questões apontadas pelos delegados”

Registro das Respostas da Palestrante Júlia Restori: Com relação à atuação do CRESS (Conselho Regional de Serviço Social), registro que apesar da nossa função precípua ser a fiscalização do exercício profissional, acreditamos que é muito importante contribuir com a formação continuada do Assistente Social.

Nos últimos anos, realizamos várias Rodas de Conversas e Lives, abordando os diversos temas pertinentes à nossa atuação profissional. E hoje já temos planejado a realização de um Ciclo de Formação Permanente e desenvolver Cursos Semestrais para fazer a discussão da atuação ética e técnica na nossa área.

Devemos lembrar que vivenciamos um grande desmonte das políticas públicas, com a economia privilegiando o mercado, onde o Ministro da Economia põe seu dinheiro em paraísos fiscais. Temos que pensar em quem nos representa.

Enquanto cidadãos ficar atentos aos Planos de governo, quem aqui já cobrou em seu município os Planos de Governo? Quem conhece o Plano de Governo de seu município?

Quem está reclamando sobre o fechamento dos serviços? Os CRAS estão fechando.

Fala interrompida com a notícia do falecimento da Dona Nédia, liderança importante na Política, onde todos ficaram consternados e ressaltaram falas dela durante esse período conferencial “Último suspiro, voz dela, não se cale, seremos Quilombo”

“Somos todos Dona Anédia”

Difícil falar depois dessa notícia, ela tinha muito orgulho de todos os espaços em que atuava. Vamos concluir os trabalhos em homenagem a Dona Anédia.

Temos déficit histórico com a PCD, precisamos cobrar dos nossos governantes, políticos em todas as instâncias. (Congresso, Assembleias).

Outra coisa que não podemos perder de vista é o lugar que ocupamos, nosso lugar de atuação. Não somos o “posto Ipiranga”, precisamos fazer diagnósticos, identificar demandas e fazer planejamento de forma integrada.

As respostas para todos os desafios que enfrentamos nesse momento é uma construção coletiva, a indignação tem que ser coletiva. Continuamos na luta. A lição dela (Anedia) tem que servir de exemplo. Essas preocupações e indagações precisam fortalecer nossa luta e principalmente, a organização da sociedade civil.

Às 11:10 após o debate, o coordenador reforçou para a plenária as orientações sobre a dinâmica de leitura e aprovação das 10 propostas que deveriam ser levadas na Plenária Final, a possibilidade de novas propostas, sendo que

somente duas poderiam entrar nas dez finais em cada ente (Estado ou União) respeitando as regras do Regimento Interno.

Passou-se à leitura das propostas dos entes Estado/União, para discussão e votação.

A leitura ocorreu até às 12:05, onde foram dados alguns informes.

12:15 Intervalo de almoço

13:05 Continuidade dos trabalhos com o debate e definição das propostas.

Ao reiniciar os trabalhos, a Plenária foi interpelada pela demanda da convidada Laíz Drumont, representante da entidade Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos, com a demanda pelo direito de fala.

Importante registrar que durante essa plenária, o Coordenador da mesa, por várias vezes, foi acionado e sempre solicitando colaboração da empresa de logística, da Presidente do CEAS e também da equipe de apoio em busca de solução para essa demanda recorrente da referida convidada. Ressaltou a necessidade de atenção para a convidada com deficiência auditiva, que se manifestou pelo chat, que estava impossibilitada de falar em função das dificuldades com as intérpretes de libras disponibilizadas pela organização da conferência. Várias tentativas foram feitas, até a mudança de Plataforma de todos os participantes do grupo para Plataforma ZOOM. Mas nem isso contemplou a demanda da convidada, representante da entidade Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos. Com isso a Assistente Social Eleniudes, assistente social da Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos, pediu a fala e se manifestou: ***“PCD não conseguiu falar no momento que ela queria, agora ela não quer falar mais. Ela é surda e não teve acessibilidade, a Comissão organizadora não conseguiu resolver o problema dela. A empresa não deu o suporte necessário. As intérpretes não conseguem entender o que ela fala e não traduzem a realidade que ela está falando. E ela não entende a língua de sinais produzidos pelas intérpretes. Ela só funciona com oralidade. Quero que fique registrado nos ANAIS da Conferência o nosso repúdio”***

Por sua vez, as intérpretes vieram a público se defenderam afirmando os anos de experiência, que a dificuldade pode estar na transmissão, internet fraca, ou até mesmo algumas incompatibilidades regionais, uma vez que são de Brasília

e a usuária de Minas Gerais. A empresa se defendeu também, alegando que buscou todas as alternativas possíveis para atendê-la.

A presidente do CEAS, entrou na reunião e se desculpou pelo contratempo, assumindo a responsabilidade pelas falhas ocorridas.

Passamos 1 hora e dez minutos com o debate interrompido, para ajustar o acesso da participante. Fizemos a troca de Plataforma, todos receberam o novo link e precisou muita calma e paciência para que todos estivessem ao vivo na sala nova, em condições de reiniciar o debate.

As propostas foram discutidas e ajustadas, aglutinadas com um debate profícuo e participação ativa de parte da Plenária.

Pela dinâmica proposta, deveriam ser escolhidas 10 propostas com a previsão de 2 proposta nova para cada Ente.

Foi aplicado o critério de desempate, conforme previsto em Regimento Interno.

A conferência online apresenta alguns desafios que requerem muita atenção e paciência dos participantes. A dinâmica previa ajustes do relatório das propostas, o encaminhamento para outra plataforma que gerava um link de votação. O link era disponibilizado no Chat e o participante fazia uso do direito de escolha. Registramos alguns problemas na plataforma de votação, delegados relatando dificuldades de acesso e compreensão do mecanismo, internet instável em algumas regiões. Nos casos de maior dificuldade, os votos também foram registrados no chat da plataforma e computados pela relatoria com ajuda do Coordenador. A votação das propostas da União teve início às 17:11 e o resultado está registrado na tabela abaixo.

VOTAÇÃO DAS PROPOSTAS ORIUNDAS DOS MUNICÍPIOS PARA O ESTADO

Foram votadas entre 10 propostas, sendo 09 oriundas dos municípios e uma nova. Cada delegado poderia votar em apenas uma. Logo abaixo serão apresentadas as deliberações finais, considerando a somatória dos votos recebidos pela plataforma virtual, pelo chat e de forma oral.

Nº	Proposta	Votos sistema	Votos chat	Total
----	----------	---------------	------------	-------

01	Garantir, promover e efetivar o acesso à Assistência Social para o enfrentamento de desigualdades e promoção da equidade, considerando grupos em situação de maior vulnerabilidade e riscos sociais respeitando as identidades, a diversidade e a pluralidade dos indivíduos	40	5	45 votos
02	Efetivar e ampliar a oferta de Serviços e Benefícios sob a lógica do direito socioassistencial. Estendendo o horário de atendimento dos serviços, conforme a realidade local, visando garantir equidade de acesso aos usuários e trabalhadores.	8	0	8 votos
03	Incentivar, financiar e viabilizar a divulgação sobre o SUAS com linguagem simples e acessível através de vídeos informativos, de materiais impressos e de campanhas em rádio, TV, redes sociais, panfletos, palestras e bate papo nas escolas e outros espaços, garantindo o princípio da transparência e publicização, bem como acesso das populações rurais à informação	17	0	17 votos
04	Valorizar os trabalhadores do SUAS através da realização de concursos públicos que garantam estabilidade, salários dignos, carreira, capacitações continuadas e dimensionamento das equipes conforme normativas federais e demandas locais	59	0	59 votos
05	Ofertar capacitação aos profissionais do SUAS objetivando o atendimento inclusivo e equânime às pessoas com deficiência auditiva, viabilizando o acesso a Proteção Social e a garantia de direitos.	15	0	15 votos
06	Investir na Vigilância Socioassistencial para que seja detectada as situações de precarização e agravamento das vulnerabilidades que afetam os cidadãos.	21	0	21 votos
07	Criar Ouvidoria Estadual da social no CEAS para atender as demandas do SUAS, garantindo espaços para manifestação e informação dos usuários, como forma também de estabelecer meios para impor e fiscalizar a realização de concursos públicos nos municípios, para garantir a estabilidade dos funcionários do SUAS, com objetivo de possuir funcionários com experiência na área, uma vez que a falta de preparo interfere negativamente no SUAS.	4	0	4 votos
08	Criar programas e incentivos de aceleração do crescimento e desenvolvimento social e econômico e do SUAS, usando como norteador dessas iniciativas as propostas surgidas e deliberadas nas conferências, fortalecendo os programas de transferência de renda, ampliando sua capacidade de cobertura das famílias, aumentando o valor repassado aos beneficiários e garantindo por Lei Estadual o valor direto	16	0	16 votos
09	Implementar Programa Estadual de Renda Básica de Cidadania no valor de 1 Salário Mínimo atualizando o parâmetro de referência para o estabelecimento do critério de extrema pobreza, com prioridade para as famílias chefiadas por mulheres negras com vistas à redução das	51	0	51 votos

	desigualdades de gênero, raça, cor e etnia, considerando o princípio da equidade			
10	Criar e garantir a existência por legislação, de cadeira no CMAS para representações de coletivos de vulneráveis, em específicos povos tradicionais e comunidade LGBTQIA+, e ainda a criação de um conselho para atendimento, estudo e criação de políticas para assistência social de grupos vulneráveis em específico os dentro de comunidade tradicionais e de diversidade de gênero.	5	0	5 votos

VOTAÇÃO DAS PROPOSTAS ORIUNDAS DOS MUNICÍPIOS PARA A UNIÃO

Conclusão da votação das propostas do ente União. A discussão definiu 10 propostas oriundas dos municípios e não houve PROPOSTA nova.

Nº	Proposta	Votos sistema	Votos chat	Total
01	Garantir a vinculação do BPC ao salário mínimo, universalizando o acesso da pessoa idosa a partir de 60 anos e das pessoas com deficiência, com per capita de meio salário mínimo, garantindo ainda a equidade do direito à concessão de dois BPCs para duas pessoas com deficiência numa mesma família, para viabilizar a segurança de renda como estratégia de enfrentamento à pobreza e acesso às necessidades básicas.	39	0	39 votos
02	Revogar PEC 95, considerando seus impactos negativos na política de assistência social	38	4	42 votos
03	Incentivar, criar, patrocinar e viabilizar a divulgação sobre o SUAS com linguagem simples e acessível através de programas permanentes de informação e conscientização, vídeos, impressos, campanhas, palestras, divulgação na mídia e redes sociais, materiais em libras, braille, bate papo nas escolas e outros meios, garantindo a equidade de acesso a informações e serviços, desconstruindo práticas assistencialistas, incentivando a participação social e evitando a propagação de informações falsas.	7	0	7 votos
04	Implantar programa para pessoas com deficiência na assistência social com a finalidade de proporcionar qualidade de vida e garantia da segurança de renda	14	2	16 votos
05	Reajustar os valores dos Programas de Transferência de Renda (Programa Bolsa Família, Auxílio Brasil ou outro) considerando a nova conjuntura, além de aprimorar os parâmetros que definem o quantitativo de vagas em cada município e ainda implementar melhorias na fiscalização e operacionalização	5	0	5 votos

06	Garantir e ampliar programas de transferência de renda, com definição de per capita baseada na definição de 1/4 do salário mínimo, destinados aos públicos em situação de vulnerabilidade social e insegurança de rendas	11	1	12 votos
07	Manter o Cadastro Único em funcionamento presencial e criar mecanismos para aprimorar os procedimentos de atualização, averiguação e auditoria e revisão cadastral	85	0	85 votos
08	Propiciar condições efetivas para o desenvolvimento das funções do SUAS, garantindo a Proteção Social não contributiva e considerando as diretrizes de descentralização e participação social.	1	0	01 voto
09	Melhorar integração de dados, sistemas e relatórios da rede Suas entre si e com demais plataformas do sistema de garantia de direitos, aumentando a capilaridade da concessão de benefícios para combater a desigualdade	8	0	08 votos
10	Reativar, criar e garantir a existência permanente dos Conselhos de políticas da Mulher e CONSEA das populações dos campos e águas, da população itinerantes, de comunidades tradicionais e de políticas da Comunidade LGBTQIA+, para desenvolvimento de estudos e criação de políticas públicas assistenciais e de sobrevivência desses grupo e/ou comunidades.	7	0	07 votos

A coordenação encerrou a plenária fazendo homenagem à delegada Anédia Miranda Farias, falecida durante a conferência, reproduzindo algumas falas dela, (***“Me considero uma vencedora, só de estar aqui hoje é como se tivesse tirado um diploma”***), e propondo à Comissão Organizadora que essa Conferência leve o nome da Delegada.

EIXO 2

Financiamento e orçamento como instrumento para uma gestão de compromissos e corresponsabilidades dos entes federativos para a garantia dos direitos socioassistenciais.

Data: 26 de outubro de 2021

91 participantes no início da reunião.

Coordenador: Suzanne Cristina Horta Silva

Apoio de Mesa:

Palestrante: Leonardo Koury Martins - Assistente Social, professor do curso de Serviço Social do Centro Universitário Unihorizontes, representante da Coordenação do Fórum Estadual de Trabalhadores do SUAS pelo Conselho Regional de Serviço Social de Minas Gerais. Pesquisador nas áreas de Democracia, Participação Política e Controle Social associado pela Flacso FPA.

Relatoria:

Cristiane Aparecida Guimarães
Maria Auxiliadora de Miranda
Patrícia Rodrigues de Souza
Anna Júlia Lopes Bernardes
Lara Miranda Funchal

Informes Gerais: A coordenadora transmitiu as orientações da dinâmica de funcionamento dessa etapa da Conferência, A Palestra está prevista para acontecer das 09:00 até às 09:30 da manhã. Posteriormente, passaremos ao debate com a palestrante, onde as pessoas aqui da sala poderão se inscrever PELO CHAT e a equipe de apoio irá registrar os nomes daquelas e daqueles inscritos. O tempo de fala será de 2 minutos e deve ser respeitado por todos. Além disso, informou que será feita a leitura das 20 (vinte) propostas que tiveram maior incidência dos municípios para o ESTADO, para que possamos escolher dentre essas, 10 (dez) propostas. Lembrando que, podem ser aprovadas, aqui, segundo Regimento Interno, 2 (duas) novas propostas, caso as delegadas e delegados queiram. Após a votação, serão lidas as 20 (vinte) propostas para a UNIÃO e ocorrerá as mesmas regras das propostas para o Estado valem para a União. O número máximo de propostas para a UNIÃO são 10 (dez). Dentro destas, podem se propor novas propostas, mas apenas 2 (duas) serão aprovadas.

Registro da Fala do Palestrante: A Conferência Estadual de Minas Gerais é desafiadora devido a tantos portes dos municípios, predominando Pequeno Porte 1. Sobre tema deste eixo da conferência: sem financiamento público não há direitos garantidos; grupo com o maior número de propostas advindas dos municípios; grupo bem representado pelos participantes. Não há política pública sem financiamento; o financiamento perpassa pela rede socioassistencial pública e privada e é responsabilidade do Estado. Financiamento é o modo de balização para ter garantia mínima de acesso à política de assistência social; antes não tinha parâmetros e garantias claras; a partir do SUAS que as condições de financiamento vão se objetivando, existem 4 formas de financiamento: serviços tipificados prestados; benefícios e transferência de renda; execução da rede pública indireta (exemplo Rede Cuidar); gestão da política. O financiamento não é diferente das outras políticas, conta com todo o processo orçamentário: LDO, PPA, LOA. Muitas vezes o plano está descasado do PPA; o FMAS ou FEAS sé será de fato válido se casarmos os instrumentos e não apenas prevermos a manutenção do que já existe. A União transfere recursos para os fundos municipais e estaduais porque é o ente que concentra as maiores arrecadações. MG tem baixa cobertura da PSE de Média e de Alta Complexidade. Municípios de médio e grande porte acabam se responsabilizando pela oferta para municípios pequenos e ainda não conseguimos criar e implementar instrumentos que facilitem ampliar e qualificar o atendimento, por exemplo cooperação técnica. O financiamento não pode ser descasado da realidade; financiamento existe porque há um responsável estatal em cada ente; O golpe de 2016: reforma trabalhista, reforma da previdência,

fragilidade da política econômica e fiscal, desemprego, trouxeram para a assistência social uma ampliação absurda da demanda. Na Conferência Nacional Democrática de 2019 a grande pauta foi a PEC 95 que congela direitos constitucionais. Neste momento, parte da equipe econômica preferiu sair do governo a quebrar a PEC 95 com auxílio emergencial. Em 2020 foi 1,5 bilhão a menos na assistência social para os serviços = quase 40% a menos; parcelas atrasadas; SEDESE não pagando os atrasados; quem perde é o povo necessitado. A recomposição do orçamento da assistência social é um compromisso de todos nós; fim da Emenda (%; pagamento dos passivos da União e do Estado; salários dignos para os trabalhadores; recursos para a participação popular/control social, por exemplo nesta conferência não foi previsto recursos para a alimentação dos participantes: precisamos reinventar as condições orçamentárias para custear o controle social; o controle social da Petrobrás é custeado pelo governo = no privado tem jeito, no público não tem jeito. Como técnico falo para cada usuário sobre a PEC 95: congelamento de direitos. Equívocos absurdos acontecendo: Programa “Fazer o bem faz bem”: cestas básicas da JBS: não passou pelo CNAS; Renda Minas: lógica vinculada à educação: não passou pelo CEAS com o argumento que os recursos não eram do FEAS, mas a política de assistência é responsabilidade do CEAS, independente da fonte de financiamento; Auxílio BH: a lei foi apresentada na TV, mas não no CMAS. Ou seja, ações que desconsideram e enfraquecem o controle social. No ano de 2020 MG gastou no orçamento da saúde menos do que o piso constitucional: em plena pandemia!

Leitura e discussão das propostas:

A coordenadora da início as alterações das propostas de deliberação para o Estado:

- ✓ Há uma aglutinação da proposta 1 e 2, excluindo-se a 2 adotando como nova proposta o seguinte texto: Garantir recursos de cofinanciamento regular e automático aos municípios do fundo estadual, principalmente do piso mineiro, pagando os atrasados, para os fundos municipais de assistência social, com aumento e reajustes periódicos, anuais e sistemáticos, que considerem a base de dados do Cadúnico do município, a fim de que se efetive a gestão, qualidade, manutenção, execução e aprimoramento do suas, considerando a complexidade, porte, diagnóstico, indicadores e demandas dos municípios, em virtude do atendimento e da garantia dos direitos dos usuários.
- ✓ As propostas 3 e 6 também são aglutinadas, além disso ocorre uma mudança no texto para garantir a contemplação de todas as partes. Com isso o novo texto de proposta passa a ser: Estabelecer em lei estadual a

garantia de no mínimo 5% do orçamento público para financiamento da política de assistência social, garantindo um repasse fixo aos municípios de acordo com as demandas específicas.

- ✓ Não houveram alterações de texto na proposta 4.
- ✓ A proposta 5 é mantida de forma original.
- ✓ A proposta 7 sofreu uma pequena alteração de texto, ficando com o seguinte texto: Assessorar os municípios por meio da SEDESE central e Diretorias Regionais na construção do orçamento municipal a fim de garantir na forma da lei a aplicabilidade correta dos recursos.
- ✓ Aglutina-se as propostas 8 e 11, reescrevendo parte das propostas, que se tornam o seguinte texto: Garantir recursos de investimentos para aquisição de imóvel próprio e materiais permanentes, implantação e expansão dos equipamentos da PSB e PSE garantindo acessibilidade, bem como financiamento do SCFV em todos os municípios, equipes de referência e equipes volantes.
- ✓ As propostas 9 e 18, são fundidas, transformando-as na proposta abaixo: Garantir financiamento para o cumprimento da meta de implantação dos CREAS Regionais, conforme Plano Estadual de Regionalização da PSE, ou implantação de CREAS municipais nas cidades de pequeno porte I com demandas de violações de direitos.
- ✓ São unidas as propostas 10 e 15, se tornando a seguinte proposta: Garantir a expansão do financiamento destinado à manutenção, estruturação e capacitação de forma contínua e permanente dos conselheiros especialmente os representantes de usuários, bem como fomentar ações que garantam assessoramento da sociedade civil no exercício do controle social.
- ✓ Não há alterações na proposta 12, mantendo assim seu texto original.
- ✓ A proposta 13 tem seu texto modificado para o seguinte: Cofinanciamento estadual para estruturação de equipes de vigilância socioassistencial no âmbito municipal.
- ✓ Conforme a todos concordaram, a proposta 14 foi suprimida;
- ✓ Não ocorreram alterações na proposta 16.
- ✓ Houve alteração na proposta 17, para o seguinte texto: Garantir o cumprimento das responsabilidades do Governo do Estado previstas nas normativas do SUAS (ampliação do financiamento, apoio técnico e ações

de educação permanente para trabalhadores, gestores, conselheiros, entidades e usuários do SUAS, dentre outras).

✓ Efetuaram mudanças no texto das proposta 19 e 20, tornando-as os seguintes textos correspondentes:

- Instituir no âmbito do estado programa de transferência de renda permanente para famílias em situação de extrema pobreza.
- Ampliar o financiamento do Piso Mineiro variável para ampliação das equipes de referência dos CRAS e CREAS das cidades com extensão rural, povos e comunidades tradicionais, situações de emergência e de calamidade pública considerando as especificidades independente do porte populacional.

VOTAÇÃO DAS PROPOSTAS ORIUNDAS DOS MUNICÍPIOS PARA O ESTADO

Conclusão da votação das propostas do ente União. A discussão definiu 10 propostas oriundas dos municípios e não houve PROPOSTA nova.

Nº	Proposta	Votos sistema	Votos chat	Total
01	Garantir recursos de cofinanciamento do Fundo Estadual aos municípios de forma regular, principalmente do Piso Mineiro, repassando aos Fundos Municipais os valores atrasados e aplicar aumentos e reajustes periódicos, anuais e sistemáticos que considerem a base de dados do Cadúnico dos municípios, a fim de que se efetive a gestão, qualidade, manutenção, execução e aprimoramento do SUAS, considerando a complexidade, porte, diagnóstico, indicadores e demandas dos municípios, objetivando o atendimento e a garantia dos direitos dos usuários.	25	0	25 votos
02	Estabelecer em lei estadual a garantia de no mínimo 5% do orçamento público para financiamento da política de assistência social, garantindo um repasse fixo aos municípios de acordo com as demandas específicas.	31	0	31 votos
03	Garantir o cofinanciamento para aquisição de imóvel próprio e materiais permanentes visando a implantação e expansão dos equipamentos da PSB e PSE nos municípios de forma a aprimorar os serviços aprofundados pelo SUAS contemplando as populações rurais, do semiárido, de comunidades tradicionais, dentre outros, no acesso ao SUAS conforme o princípio da equidade e considerar no cofinanciamento às diversidades e especificidades de público e território de forma que venha garantir os Direitos Socioassistenciais.	10	5	15 votos

04	Garantir financiamento para o cumprimento da meta de implantação dos CREAS Regionais, conforme Plano Estadual de Regionalização da PSE, ou implantação de CREAS municipais nas cidades de pequeno porte I com demandas de violações de direitos.	61	5	66 votos
05	Garantir a expansão do financiamento destinado à manutenção e estruturação dos Conselhos, bem como à capacitação continuada e permanente dos conselheiros, especialmente os representantes de usuários, bem como fomentar ações que garantam assessoramento da sociedade civil no exercício do controle social.	8	0	8 votos
06	Assegurar cofinanciamento estadual para estruturação de equipes de vigilância socioassistencial no âmbito municipal.	15	0	15 votos
07	Criar cofinanciamento específico para o Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências, além da oferta de capacitações para os profissionais do SUAS atuarem nessas situações específicas.	6	0	6 votos
08	Garantir que o governo do Estado cumpra suas responsabilidades, previstas nas normativas do SUAS, (ampliação do financiamento, assessoramento, apoio técnico, ações de educação permanente para os atores do SUAS, dentre outras).	5	2	7 votos
09	Instituir Programa de Transferência de Renda permanente para famílias em situação de extrema pobreza no âmbito do Estado de Minas Gerais	12	0	12 votos
10	Ampliar o financiamento do Piso Mineiro Variável para ampliação das equipes de referência dos CRAS e CREAS das cidades com extensão rural, povos e comunidades tradicionais, situações de emergência e de calamidade pública considerando as especificidades independente do porte populacional.	17	0	17 votos

A coordenadora da início as alterações das propostas de deliberação para a União:

- ✓ É feita a junção das propostas 1 e 20, se tornando o seguinte texto: Garantir que a União repasse efetivamente os recursos fundo-a-fundo para a política de assistência social com a criação de percentual em seu orçamento, articulando junto ao congresso a aprovação da PEC 383/2017.
- ✓ As propostas 2, 3, 5, e 17 sofrem aglutinação, se tornando a proposta abaixo: Garantir que os repasses do Fundo Nacional de Assistência Social, destinados aos serviços, Incentivo à Gestão e Programas, sejam repassados de forma regular e integral e promover a ampliação e flexibilização do seu uso

- ✓ Parte da proposta 3 é incorporada a proposta 6, se tornando a seguinte: Revogar normativas que contribuem para o desmonte da Política de Assistência Social: Emenda Constitucional nº95, Portaria do Ministério nº 2.362/2019 e a Medida Provisória do Governo Federal (MP) 1.061/2021, que substitui o Programa Social Bolsa Família pelo Auxílio Brasil e institui o Programa Alimenta Brasil.
- ✓ Une-se as propostas 4 e 8, gerando a seguinte nova redação: Cumprir com o financiamento de acordo com o pacto federativo e a NOBSUAS tendo em vista as corresponsabilidades do Estado e da União para que o SUAS mantenha e amplie os serviços projetos e programas, garantindo a equidade, seguindo os fundamentos ético-políticos necessários ao aprimoramento da universalização de direitos e assegure as ações da Assistência Social.
- ✓ Houve alteração de texto na proposta 7, sendo a nova redação: Expedir diretrizes para a atuação da política de assistência social em contextos de calamidade pública e de emergência socioassistencial incluindo o pós calamidade pública e emergência socioassistencial além de dar suporte financeiro e normativo para a estruturação dos dois níveis de proteção do SUAS e de acordo com o que foi pactuado com o II Plano Decenal da Assistência Social -2016/2026.
- ✓ Não foram feitas mudanças nos textos das propostas 9;
- ✓ Aglutinou-se as propostas 10,11,12 e 19, gerando uma nova redação: Manter de forma regular o cofinanciamento dos serviços e programas sociais, para a manutenção das ações e instituição de equipes de referência nos municípios, inclusive cofinanciamento para Proteção Social Especial, de média e alta complexidade para os de pequeno porte que apresentam registros de atendimento;
- ✓ As propostas 13, 14, 15, 16, 18 não sofreram mudanças de texto.

VOTAÇÃO DAS PROPOSTAS ORIUNDAS DOS MUNICÍPIOS PARA A UNIÃO

Nº	Proposta	Votos sistema	Votos chat	Total
----	----------	---------------	------------	-------

01	Garantir que a União repasse efetivamente os recursos fundo-a-fundo para a política de assistência social com a criação de percentual em seu orçamento, articulando junto ao congresso a aprovação da PEC 383/2017.	39	3	42 votos
02	Garantir que os repasses do Fundo Nacional de Assistência Social, destinados aos Serviços, Incentivo à Gestão e Programas, sejam repassados de forma regular e integral promovendo a ampliação dos recursos conforme demandas e especificidades populacionais e territoriais independente do porte, bem como flexibilização do seu uso.	16	4	20 votos
03	Revogar normativas que contribuem para o desmonte da Política de Assistência Social: Emenda Constitucional nº95, Portaria do Ministério nº 2.362/2019 e a Medida Provisória do Governo Federal (MP) 1.061/2021, que substitui o Programa Social Bolsa Família pelo Auxílio Brasil e institui o Programa Alimenta Brasil.	60	3	63 votos
04	Cumprir com o financiamento de acordo com o pacto federativo e a NOBSUAS tendo em vista as corresponsabilidades do Estado e da União para que o SUAS mantenha e amplie os serviços projetos e programas, garantindo a equidade, seguindo os fundamentos ético-políticos necessários ao aprimoramento da universalização de direitos e assegure as ações da Assistência Social.	17	0	17 votos
05	Expedir diretrizes para a atuação da política de assistência social em contextos de calamidade pública e de emergência e assegurar de forma integral e regular o repasse do cofinanciamento dos serviços e programas da Política de Assistência Social, em especial o Serviço de Proteção Social em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências, de acordo com o que foi pactuado com o II Plano Decenal da Assistência Social -2016/2026.	3	0	03 votos
06	Manter de forma regular o cofinanciamento dos serviços e programas sociais, para a manutenção das ações e Instituição de equipes de referência nos municípios, inclusive cofinanciamento para Proteção Social Especial, de média e alta complexidade para os de pequeno porte que apresentam registros de atendimento.	7	0	7 votos
07	Definir que para análise de renda para a concessão do BPC seja estabelecido como critério a renda per capita de 1/2 salário mínimo, e também considerar as despesas de saúde, alimentação e aluguel. Ampliar os recursos financeiros para o benefício de prestação continuada, prevendo inclusive na legislação uma 13ª parcela e também equiparar a idade mínima ao estatuto do idoso e alterar normativa para que o valor do BPC não seja computado como renda na liberação do benefício do programa Bolsa Família para que mais famílias tenham direito ao benefício	15	1	16 votos
08	Disponibilizar recursos financeiros de incentivo para estruturar e equipar com mobiliário, aparelhos tecnológicos e de telecomunicação (celulares, tablets, roteadores sem fio, notebooks) e veículos os: conselhos, serviços de PSE e PSB	5	0	5 votos

09	Assegurar que as receitas da política de Assistência social e suas despesas com pessoal não sejam computadas para fins dos limites estabelecidos na lei de responsabilidade Fiscal. (revogar a portaria n 377, de 08 de julho de 2020, do STN).	2	0	2 votos
10	Implementar recurso financeiro para criação, manutenção e aprimoramento do serviço e das equipes de vigilância socioassistencial, propiciando elaboração de diagnósticos sobre as realidades territoriais e sobre as vulnerabilidades que incidem sobre povos e comunidades tradicionais e outros públicos.	13	0	13 votos

EIXO 3

Controle Social: o lugar da sociedade civil no SUAS e a importância da participação dos usuários

Data: 26 de outubro de 2021 120 participantes no início da reunião.

Coordenadora: Luanda do Carmo Queiroga

Apoio de Mesa: Isaura dos Santos Lopes

Palestrante: Rodrigo Silveira e Souza - Assistente social, trabalhador do SUAS. Foi presidente do Conselho Municipal de Assistência Social de Nova Lima e do Conselho Estadual de Assistência Social de Minas Gerais por 2 mandatos.

Equipe de Relatoria:

Consolação Cifani da Conceição
Débora Andrade Silva
Álvaro Henrique Marcolino Ferreira
Lavínia Targinio De Souza

Luanda, coordenadora do eixo, cumprimenta a todos e explica sobre o trabalho do dia. Informa quem são os membros da equipe de apoio: Ela, conselheiras Isaura e Gabriela; relatoria Consolação e Debora; apoio técnico da Sara; apoio da Secretaria Executiva do CEAS com a Paula; e o facilitador Rodrigo Silveira e Souza, que ministrou a palestra.

Fala do Rodrigo: Faz os seus cumprimentos, a sua autodescrição e agradecimentos.

Apresentação: “Minha alegria de falar de um eixo tão importante, em que pese estarmos dizendo da sociedade civil, do espaço da sociedade civil no SUAS, é importante entender e dizer de algumas inquietações. Onde estava essa sociedade civil e qual o seu papel antes do SUAS, o que diferenciava. Primeiro é importante destacar que essa sociedade civil no controle social é formada por três segmentos: trabalhador, usuário e entidades que compõem o SUAS, que chamamos de entidades socioassistenciais, que algumas pessoas conhecem como ONGs e que vem prestando o trabalho. Os trabalhadores do SUAS são aqueles que estão na ponta, nos CRAS, nos CREAS, na secretaria executiva dos conselhos, na vigilância socioassistencial, nos serviços, programas, projetos

e operando os benefícios socioassistenciais. Os usuários são aqueles que compõem, existe até um caderno de orientação, um prospecto que foi feito, que compõem, que utilizam e participam das ações desses serviços, programas, projetos e benefícios. E as entidades que são inscritas nos conselhos municipais, estadual e nacional de assistência social.

Antes do SUAS, o que se tinha era a caridade, as ações de boa vontade, na assistência aos desvalidos, ajuda aos pobres, na marginalização da pobreza, onde quem não estava trabalhando era um desajustado, não tinha acesso a uma política, as ações de uma assistência social eram reservadas, aí então primeira tentativa de organizar a assistência, foi por meio da Legião Brasileira de Assistência – LBA, que era a primeira instituição de Assistência Social do País e data sua criação de 1942.

A caridade sempre existiu na história humana, a solidariedade, a empatia, no entanto o governo em 1942 tentou organizar isso como uma ação, não pública, mas institucional.

E a partir da Constituição de 1988, nós temos uma reviravolta nisso. A Constituição de 1988 é considerada uma constituição cidadã, porque foi construída como muita luta, muita resistência e muita participação da sociedade civil, foi muita pressão para romper com a ditadura, para romper com a violência institucional que tínhamos, trazida pela ditadura e garantir os direitos. Se o estado é o regulador do trabalho, das condições de trabalho, das relações de trabalhos, então, ele também tem que ser responsável pelas pessoas que estão fora dele, então não dá para associar o direito a simplesmente a quem trabalha. O direito à política é de quem dela necessitar. A partir da Constituição de 1988, escreve-se uma série de novos direitos, de novos conceitos e a assistência social entra nessa lógica, junto com a saúde e a previdência, garantindo então as condições de proteção social. A saúde se universaliza, ganha-se o SUS. Na assistência social se ganha a política, ainda não SUAS, não tinha esse nome, mas se ganha a assistência social como uma política pública de direito e de responsabilidade do estado, que passa a ser responsável por garantir a proteção social, seja na cobertura, seja no acesso.

O que se quer dizer com a cobertura e com acesso? Vejam bem, temos mais de 5.000 municípios no País. Em Minas Gerais, temos 853 municípios. Então, é preciso que a política pública seja alcançável, seja um direito das pessoas em seu território, a partir de seu território, e que esse direito seja um direito reclamável. Que eu saiba onde estou, que eu saiba para onde vou, que eu saiba quais são os meus direitos, que eu saiba como acessar esses direitos. Então, isso é o que a gente chama de acesso. Não é só abrir o equipamento, pois abri-lo não significa acesso a ele. Você precisa conhecer o que esse equipamento oferta, saber como acessar, saber qual a proteção que ele lhe traz. E isso é um conjunto articulado de ações, de pessoas, de divulgação e de parcerias, que vão fazer com que as pessoas se reconheçam como cidadãos de direito, como parte daquele processo e que possam reivindicar o acesso.

Estou falando que em 1942 tínhamos caridade, estou falando que a sociedade civil ganha um espaço de reivindicação de direito a partir da constituição de 1988,

mas não é só isso. A constituição de 1988 abriu a prerrogativa, ela garantiu essa prerrogativa em lei, nossa lei maior, dizendo que é condição, não existe política pública sem a participação da sociedade. A partir daí, foram sendo editadas, foram sendo constituído um conjunto de normas, um conjunto estratégico de normas que vieram para garantir e dizer como que esse direito tem que ser acessado. A partir de 1988, começa-se um debate na sociedade, começa-se um debate social, mobilização social. E, então, em 1993, tivemos a edição da LOAS. As pessoas do interior de Minas, eu também sou do interior, as pessoas mais antigas conhecem a LOAS: “a aposentadoria da LOAS”, esse BPC, o Benefício de Prestação Continuada, a “aposentadoria” da LOAS é um benefício da assistência social, quem opera é o INSS. A assistência, saúde e previdência formam juntas o triple de proteção, vamos colocar assim. Então, a LOAS, dizendo mais da participação da sociedade, a LOAS incorpora como diretriz a participação popular e o controle social. O que é essa diretriz? É um caminho, é um objetivo, é um norte. Então, a lei federal que cria a assistência social diz que é um o caminho, a orientação, uma determinação de percurso, que haja a participação popular e o controle social. E trago outro elemento muito importante, sobretudo nesse espaço e nesse momento tão difícil que estamos vivendo, nesse momento de pandemia que nos obrigou a ficar longe das pessoas que a gente gosta, que nos obrigou a não nos abraçar, a não poder trocar experiências, nos obrigou essa conferência ser de modo virtual. Até mesmo para a gente desmistificar uma questão que é muito propagada no território, sobretudo no município, que: “eu não vou participar”, “não participo desse lugar”, “eu passo o dia inteiro nessas reuniões e nada acontece”, “o prefeito, o governador, cada um faz o que quer”, “a gente não é ouvido” ... Não! Olha só, em 2003, a IV Conferência Nacional de Assistência Social deliberou a criação de um sistema, o SUAS, Sistema Único de Assistência Social, e esse Sistema passou a organizar, em todo território nacional, a oferta da assistência social, a oferta de uma política pública de assistência social. Essa oferta é onde temos equipamentos, nós temos serviços, programas, projetos e benefícios, nós temos equipe técnica de referência nesses equipamentos – assistentes sociais, psicólogos – para fazer os atendimentos, como que a rede se organiza, como são os nossos usuários, o que é e o que não é da assistência. Esse sistema organizou em todo o Brasil, se você sair lá de Santa Cruz do Escalvado (terra de meu pai), de Rio Casca e for lá no Acre, no Amazonas, ou aqui em Belo Horizonte, você vai encontrar um CRAS, vai encontrar um CREAS, vai encontrar entidades, vai encontrar o CADÚNICO, vai encontrar os benefícios eventuais, o PAIF e o PAEFI. Então, olha só, uma deliberação de conferência, a população dizendo o que quer para esse sistema, criou então, organizou em todo território nacional, então, sim, esse espaço onde estamos hoje é importante, e sim, o que a gente delibera tem força. Agora, não é dado, é com muita luta, com muita persistência que a gente vai chegar lá.

Então, Constituição em 88, LOAS em 93, Conferência de 2003, a partir daí foram editadas diversas outras normas que corroboram com o que estou falando, que dizem que a sociedade civil tem papel fundamental na deliberação e na construção desse Sistema Único de Assistência Social, dessa política pública.

Então, a Política Nacional em 2004, um ano depois da conferência nacional, criada, cria-se a Política Nacional de Assistência Social, ela traz como princípios... olha só, nós temos orientações, temos princípios, diretrizes... Primeiro que a política tem que ser alcançada como direito pelo usuário, não é caridade mais, é direito, então, não é boa vontade minha, da Luana, nem dos técnicos que estão aqui atender e garantir o acesso de vocês a política pública dos usuários que estão aqui. É um direito social. A descentralização político-administrativa. Por que isso é importante? Porque todos os projetos, ações, eram todos pensados nos gabinetes, lá em Brasília, e levados para os municípios. A partir da descentralização, trouxe não só o orçamento para dentro do município, mas também a responsabilidade da sociedade e desses gestores municipais em pensar a política pública, em pensar o SUAS dentro de sua realidade municipal. Outro princípio é o fortalecimento da relação entre o Estado, e quando falo de Estado não estou falando só do governo do estado de Minas Geras, mas do governo dos municípios, dos estados e do governo federal. Quando a gente fala do fortalecimento entre o Estado e a Sociedade Civil, então é um princípio, o Estado, a política pública feito pelos gabinetes do governo tem que articular, tem que casar-se com a ideia e a participação das pessoas da sociedade civil daquele território. Ainda, fala da valorização do controle social e da participação popular e / cidadão usuário. O controle social é feito da política de assistência social basicamente pelo conselho.

Então, o SUAS é um Sistema público não contributivo, ou seja, gratuito, descentralizado, ou seja, ele trabalha não mais pensado de cima para baixo, mas ele é construído com as pessoas e participativo, ou seja, as pessoas que usam esse sistema é que dizem, que orientam, que reclamam e que impulsionam as mudanças feitas nesse sistema. Então, é um Sistema público não contributivo, descentralizado e participativo e em construção, porque a gente lida com relações sociais, com pessoas. Nós somos uma política que se arvora, vamos colocar assim, que se propõe lidar com as relações humanas. Isso é muito difícil, porque nós mudamos, a sociedade se transforma, o que valia lá trás não vale mais hoje, principalmente quando a gente fala do processo da juventude, da adolescência, em constante transformação, o que se explicava ontem, não se explica mais hoje. Esse sistema se propõe a entender e relacionar com essa dinâmica social e então propor suas políticas, suas ofertas com base nessa perspectiva, com base nesse movimento social. Então, ele busca romper com todo assistencialismo, com todo clientelismo, com toda caridade e passa ser um sistema público, democrático e republicano e que nada tem a ver com a caridade e que é um direito. É nosso direito! Então, a pessoa não pode ficar constrangida ao buscar o equipamento público, CRAS, por exemplo, para acessar o benefício eventual, para acessar o serviço de convivência. A política pública é um direito dela. Nós precisamos caminhar cada dia mais nesse reconhecimento do direito.

Então tá. Você falou que a gente tem direito, que a gente participa, mas aonde? Onde está a sociedade civil? Onde a sociedade civil geralmente participa? A participação social no âmbito do SUAS se dá de forma organizada basicamente em dois espaços: nas conferências, como estamos aqui e na rotina, no dia a dia dos conselhos. Mas mais do que isso, ela também se dá em audiências públicas, em reuniões da Câmara, lá no serviço de convivência, que ouvem sobre o que

querem como atividade, lá no CRAS, quando se faz uma roda de conversa para poder ouvir os usuários. Então, essas são participações, são formas de participar e de influenciar essa política de assistência. E aí trago um lema que eu gosto muito, que as pessoas com deficiência utilizam: “Nada sobre nós sem nós”. Ou seja, como eu posso construir uma política pública para você, para o usuário, sem ouvir esse usuário. É inadmissível. Mas para isso eu tenho que criar espaços cada vez mais ampliados, cada vez mais dispostos a ouvir.

O que de fato então é ser conselheiro? Ser conselheiro nada mais é que uma função de relevância pública, ou seja, de importância pública. É um espaço organizado, um espaço em que a minha fala, as minhas determinações, as minhas orientações, as minhas inquietações têm voz. Ah, Rodrigo, então você está dizendo que eu é que determino? Sim, democraticamente, ou seja, vence a maioria. Não é porque você é usuário, você é o trabalhador, você é entidade que você vai conseguir, a todo momento, impor a sua decisão, não. Muitas vezes os usuários, os trabalhadores ficam muito chateados... a gente propõe e não é ouvido. Não, é ouvido, isso é debatido no conselho, as pessoas refletem e deliberam. A democracia no conselho, é paritário, metade sociedade civil e metade governo, que vão discutir e olha que bacana que isso, é o governo, as secretarias de assistência, saúde, educação e outras secretarias que o município coloca para compor o conselho se sentam em uma mesa junto com a sociedade civil para pensar e cada um dizer, olha esse problema lá daquele território está chegando na saúde desse jeito, ah chegou na escola também, na assistência tá assim, então o que é isso? É trocar conhecimento, é trocar saber, é o usuário dizendo o que precisa e a partir daí discutir e caminhar.

Ser conselheiro é um esforço diário de dialogar muito e definir sobre o SUAS no cotidiano, ou seja, sobre a assistência, sobre o Sistema Único de Assistência Social lá na sua prática. Pensar, avaliar, ver como ele está acontecendo, se está chegando, como está chegando, se não está chegando, saber por que não está chegando, como as pessoas estão acessando, então é dialogar muito nesse espaço. São dois dias inteiros no CEAS de trabalho para a gente conseguir então tentar minimamente direcionar os trabalhos de 853 municípios.

E deliberar. O que é isso? Decide sim sobre a assistência social do futuro para os que dela necessitarem. Tudo o que eu estou falando está no caderno de vocês, no texto de orientação. Então, deliberar sobre a assistência que a gente quer, aonde a gente quer chegar, com qual o objetivo a gente quer chegar. Ou seja, onde serão investidos os recursos, isso é importante, porque, por exemplo, o gestor pode achar que vai investir em tal ação, mas o conselho chega no consenso que é melhor abrir um novo CRAS, por exemplo, do que abrir um CREAS nesse momento. Ou o CREAS seja mais necessário que o novo CRAS. Isso que é feito, a destinação dos recursos, e qual programa, projeto e serviço ou benefício eventual serão implantados, se serão implantados, como serão implantados e quando serão implantados.

Do caderno de textos do CEAS, página 9, “Isso tem a ver com não deixar passar fome, com não deixar sofrer abandono, com liberdade para ser feliz junto aos seus, com estar protegido, com ser apoiado para assumir o protagonismo na construção da sua história de desenvolvimento e inclusão social plena, etc.” Isso

que é você estar, buscar o conselho de forma muito particular. É um depoimento que está no caderno, de forma muito particular a pessoa expressa esse sentimento.

O eixo 3 chama atenção para o debate da participação. De que forma de participação estamos falando? Qual a qualificação necessária para exercer o protagonismo e o controle social? Como deve ser a relação dos trabalhadores, entidades e usuários para garantir direitos? E aí a fala da Aldenora González, que já foi Presidente do Conselho Nacional, uma usuária: “É desumano colocar os usuários numa arena sem informação e formação!”

Então, o eixo 3 chama atenção para qual a qualificação necessária. Está dizendo aqui que para participar do conselho tem que ser assistente social, ou psicólogo? Não. Não tem, muito antes pelo contrário, senão a gente ouviria só a gente mesmo. Minha opinião eu já sei, eu preciso debater. A opinião dos meus colegas eu acho que já sei, o que a profissão fala eu já sei, o que a gente precisa? A gente precisa de ter pessoas que realmente estejam implicadas com o controle social, de pessoas que participem ativamente da comunidade. E o que a Aldenora chama atenção aqui é que é preciso qualificar essas pessoas, é preciso que a linguagem que se fala dentro do conselho seja uma linguagem acessível, que a gente consiga parar de falar tecnicamente, “que as múltiplas retrações da questão social”, “que a vulnerabilidade social”, não, a gente precisa dizer de forma mais clara o que a gente quer e dar condições para que os usuários, os trabalhadores e as entidades conversem com o governo. Então, conselho, quem for participar do processo de eleição e for eleito terá que participar de processo de qualificação. Não é aula não, é um processo de escuta, é um processo de debate, igual estamos fazendo nesta conferência. E a partir daí, quando você tiver dúvida, perguntar.

A gente chama atenção, então, de que espaço a gente vai estar. Primeira requisição, a gente tem que estar presente. Não adianta você querer ser conselheiro estadual, querer ser conselheiro, se você não está presente na vida da sociedade, se você não participa dos programas e projetos e se você não tem tempo para dedicar as reuniões. Essa é uma questão, pois sair de casa para ir para as reuniões não é uma tarefa muito fácil, a gente larga muita coisa, a gente larga a família, a gente larga filho, a gente larga problema, a gente larga um monte de coisa para estar nesse lugar e discutir as políticas públicas.

Manifestar opinião, por isso coloquei em negrito. Não existe pergunta boba, não existe pergunta que seja desqualificada, existe pergunta e a gente que acha que sabe um pouco mais, muitas vezes a gente não sabe é nada, porque a gente não vive na pele de quem está no território. Então, só quem vive é que sabe. É preciso ter coragem, mas saber que o espaço de falar é ali. Porque senão você vai deixar uma política errada sair para 853 municípios.

Ser consultado, o conselho, o conselheiro é sempre consultado pela gestão para poder, pelo diálogo, conduzir os trabalhos.

Estar informado, saber o que está acontecendo, quais são as pautas, como chegou no conselho, se não sabe o que está falando, perguntar, colar com alguém, “olha me explica isso aqui”, a secretaria executiva está aí para dar uma

força, “olha não estou entendendo isso, me explica por favor,” “eu só vou votar na hora que eu souber o que eu estou falando”.

Estar mobilizado, ou seja, organizado enquanto classe, organizado enquanto município, organizado enquanto segmento que você representa, porque você não representa você mesmo, você representa 853 municípios.

Influenciar nas decisões, influenciar na política.

Como isso vai funcionar no CEAS então: primeiro o compromisso de Estado, pensar na forma em que está falando, cuidado para que nossa mensagem seja sempre ouvida e acolhida. E entender que o outro não está dentro da nossa cabeça e muitas vezes não vai entender o que a gente está falando. A gente precisa ter esse cuidado. A outra questão é saber que quando você vira um conselheiro estadual você deixa de representar só o seu segmento, você passa a representar todos os segmentos eu trago essas informações aqui embaixo. Você para de falar de você mesmo, você começa a assumir compromissos de Estado, você começa a fazer política pública para 853 municípios. Ou seja, se delibera ações do SUAS, quando você está no conselho estadual, quando você vira conselheiro estadual, você organiza, você discute política pública que vai impactar, que vai direcionar, que vai mudar a vida das pessoas em 853 municípios. Nós estamos falando de mais de 7 milhões de usuários cadastrados no CadÚnico, mais de 1204 CRAS abertos, mais de 256 CREAS e mais de 6015 entidades cadastradas no CNEAS, no Cadastro Nacional de Entidades. No CEAS vocês estão fazendo política pública para esse número de pessoas, para esse número de articulação, não é mais para o meu município, não é mais para o meu segmento, é um universo que abre. No CEAS, você tem como prerrogativa articular e apoiar os municípios e articular e acompanhar o Conselho Nacional – CNAS. O CEAS é a ponte entre o CNAS e os municípios, e das ações do estado para os municípios. Por último, trago a mensagem de um amigo meu, cartunista, que acho maravilhosa, para chamar atenção: “O mundo já tem mais de 7 bilhões de pessoas... e apenas 1 de mim?! Quanta responsabilidade.” Ninguém me substitui, ninguém substitui o usuário no território, então vamos para luta. Só agradeço.” (Fala transcrita)

Luana retoma a coordenação e abre o debate que foi feito por bloco de cinco perguntas.

Ao fim do debate, ia se iniciar a leitura das propostas, no entanto com a notícia do falecimento da conselheira estadual, representante dos usuários, D. Anédia, todo o grupo ficou impactado emocionalmente. Foi até lido o bloco de propostas para o estado, no entanto foi dado um intervalo para que todos pudessem se recompor.

Ao retorno dos trabalhos, novas orientações foram passadas sobre como seria o trabalho, depois lidas as propostas e registrados os destaques. Sendo o produto dos destaques, defesas e novas propostas:

- ✓ Foram aglutinadas as propostas 1, 19, 20 que passou a ter a seguinte redação: Ofertar capacitação e educação permanente para os Conselheiros Estaduais e Municipais, sejam presenciais ou, por EAD, de

forma a qualificar a sua participação e para mobilizar lideranças e representantes da sociedade civil na defesa dos direitos socioassistenciais e no fortalecimento do controle social, favorecendo, por consequência, a instituição e funcionamento de fóruns e URCMAS, fortalecendo a participação popular social dentro dos conselhos e incentivando o usuário a participar das ações da assistência social como forma de exercer a cidadania.

- ✓ Na proposta de número 2 apenas sugestão de melhorar a redação. Nova redação proposta: Fomentar e qualificar a participação dos usuários do SUAS por meio de participação em reuniões das URCMAS, Fóruns e, em Comissões de Gestão dos equipamentos sociais, disponibilizando meio de transporte, para que contribuam sobre a oferta dos serviços, programas, projetos e benefícios, expressem sem se sentirem ameaçados, criticados ou julgados sobre as suas necessidades, dando maior visibilidade aos grupos historicamente invisíveis e excluídos, além da sua presença nas Conferências Estaduais de Assistência Social.
- ✓ Destaque para a junção das propostas 3, 17 e 18, com a seguinte redação: Ampliar a divulgação das ações realizadas pelo CEAS, em mídia eletrônica e transmissões online das Plenárias possibilitando a participação das (os) usuárias (os) para a defesa de seus direitos, além de criar campanhas ampliando os meios de difusão de informações em todas mídias audiovisuais e impressas existentes, com uma mídia alternativa para pessoas com deficiência, e no portal da transparência buscando parcerias entre estado e municípios, para: divulgação da política de assistência social, esclarecer o propósito das funções e objetivo dos CMAS e a importância participação democrática no processo de elaboração e acompanhamentos das políticas públicas pela população. Ainda, fortalecer a participação social junto à elaboração de propostas de lei.
- ✓ As propostas 4 e 5 permaneceram inalteradas.
- ✓ Foi sugerido a supressão da proposta 6.
- ✓ Mudança de redação, foi o destaque para a proposta 7, que ficou com a seguinte redação: Disponibilizar recursos financeiros pelo Estado firmando um percentual fixo dentro daquilo que é destinado a Política de Assistência Social, com a revisão de seus valores, para financiamento das ações dos Conselhos, com destaque para a participação em atividades de capacitação, e outros espaços de formação e debate como congressos, conferências, fóruns, além de garantir junto ao Governo Federal o repasse de recursos do IGD-SUAS destinados à manutenção e fortalecimento dos conselhos.
- ✓ Não houve destaque para as propostas 8 e 9.
- ✓ Foram aglutinadas as propostas 10,14 e 15, nova redação: Reativar e fortalecer as URCMAS: União Regional dos Conselhos Municipais de Assistência Social com o objetivo de fomentar e revitalizar os CMAS.
- ✓ Permaneceram inalteradas as propostas 11 e 12.
- ✓ Sugestão de melhoria na redação da proposta 13: Mapear os municípios de menor porte com ausência de serviços de Proteção Especial de Média e Alta Complexidade para aplicar a competência estadual de prestação

de serviços regionalizados no âmbito do Estado, conforme art.13, inciso V da LOAS.

- ✓ Sugestão de nova redação para a proposta 16, com acréscimo de texto: Intercâmbio entre as redes e os representantes dos conselhos em todas as esferas junto aos órgãos, gestores do SUAS, bem como com outros conselhos de outras políticas públicas e conselhos de direitos e demais atores da rede intersetorial.

Foram registradas as seguintes sugestões de novas propostas:

SUGESTÃO DE NOVAS PROPOSTAS:

Proposta: Fortalecer e articular a participação efetiva dos conselhos junto a entidades legalizadas e seus representantes, com a finalidade de assistência social.

Proposta - Marta: Fomentar, qualificar e estimular a participação das (os) usuárias (os) enquanto sociedade, aprofundando a Intersectorialidade com os demais equipamentos, fortalecendo o protagonismo e representação das(os) usuárias(os), com a promoção de eventos temáticos de forma que traga a todas (os) para as discussões políticas, legitimando suas deliberações garantidoras de direitos.

Proposta de Eduardo Tardiole: Criação do Fundo Estadual de Incentivo aos CMAS. Através desse recurso, objetiva-se destinar, através de edital publicado e avaliado pelos CMAS, recursos para entidades civis, com projetos que atendam as demandas locais.

Proposta de Maria Tereza: Não alternância para presidente dos Conselhos de Assistência Social, visando maior transparência; ou seja, a presidência somente ocupada por membros da sociedade civil.

Proposta de Daniel: Reativar e fortalecer os fóruns de usuários para conhecermos as necessidades dos diversos locais e lutarmos em prol dessas questões.

Proposta de Dirciana Amaral: Criação de uma secretaria para divulgação da rede assistencial, tal qual tenha comunicação entre todas as equipes da REDE, sendo elas saúde, educação e assistência. Assim ampliar a divulgação dos serviços da rede e dos direitos dos usuários, sendo essa secretaria, uma equipe capacitada.

Proposta de Philipe: Instituir reserva de vagas para representantes de organizações de trabalhadoras(es) rurais, de negras(os), de sujeitos LGBTQIA+, pessoas privadas de liberdade, com objetivo que estes(as) representantes disseminem informações sobre as ações dos conselhos.

Propostas Viviane Diniz: total 4 propostas:

- Elaboração e implementação pelo Conselho Municipal em parceria com o Executivo Municipal de Plano de Divulgação/Comunicação sobre a importância e benefícios do controle social para a gestão dos recursos e provisão de ofertas socioassistenciais, destacando as atribuições do CMAS e seu valor para os Usuários.

- Implementação de Ouvidoria do Controle Social do SUAS com disponibilização de contato por telefone, whatsapp ou e-mail, garantido o sigilo das pessoas que assim o solicitarem, dando oportunidade aos Usuários de apresentarem reclamações e sugestões sobre os serviços socioassistenciais disponibilizados da Rede Municipal (Equipamentos e Entidades) e objetivando a consolidação de padrão democrático da gestão.

- Elaboração e implementação de Plano de Informação e Qualificação de Usuários para exercício do protagonismo no controle social no Conselho, com entrega de material didático gratuito sobre a temática em linguagem apropriada à realidade dos Usuários a nível municipal, estadual e federal.

- Mobilização dos conselhos em parceria com o Executivo Municipal dos Usuários para participação em Encontros e/ou Oficinas, regionais e semestrais, com a temática de aprimoramento do SUAS no Município e participação também dos Gestores, Trabalhadores e Conselheiros e destaque reflexivo no exercício do controle social.

Proposta do William: Mais participação e apoio aos usuários e entidades e pessoas com deficiência.

Após término de discussão das propostas novas do âmbito do Estado, passou-se para votação. Houve orientação específica de como acessar a plataforma. No processo de votação foi detectado erro de inserção de dados dos delegados e houve demora para que todos conseguissem votar. Algumas pessoas registraram seu voto no chat.

Segue o resultado dessa votação.

VOTAÇÃO DAS PROPOSTAS ORIUNDAS DOS MUNICÍPIOS PARA O ESTADO

Foram definidas 10 propostas finais resultantes de aglutinações e novas redações

Nº	Proposta	Votos sistema	Votos chat	Total
01	Ofertar capacitação e educação permanente para os Conselheiros Estaduais e Municipais, sejam presenciais ou, por EAD, de forma a qualificar a sua participação e para mobilizar lideranças e representantes da sociedade civil na defesa dos direitos socioassistenciais e no fortalecimento do	43	1	44 votos

	controle social, favorecendo, por consequência, a instituição e funcionamento de fóruns e URCMAS, fortalecendo a participação popular social dentro dos conselhos e incentivando o usuário a participar das ações da assistência social como forma de exercer a cidadania.			
02	Fomentar e qualificar a participação dos usuários do SUAS por meio de participação em reuniões das URCMAS, Fóruns e, em Comissões de Gestão dos equipamentos sociais, disponibilizando meio de transporte, para que contribuam sobre a oferta dos serviços, programas, projetos e benefícios, expressem sem se sentirem ameaçados, criticados ou julgados sobre as suas necessidades, dando maior visibilidade aos grupos historicamente invisíveis e excluídos, além da sua presença nas Conferências Estaduais de Assistência Social.	14	2	16 votos
03	Ampliar a divulgação das ações realizadas pelo CEAS, em mídia eletrônica e transmissões online das Plenárias possibilitando a participação das (os) usuárias (os) para a defesa de seus direitos, além de criar campanhas ampliando os meios de difusão de informações <i>em todas mídias audiovisuais e impressas existentes, com uma mídia alternativa para pessoas com deficiência, e no portal da transparência</i> buscando parcerias entre estado e municípios, para: divulgação da política de assistência social, esclarecer o propósito das funções e objetivo dos CMAS e a importância participação democrática no processo de elaboração e acompanhamentos das políticas públicas pela população. Ainda, fortalecer a participação social junto à elaboração de propostas de lei.	37	3	40 votos
04	Ampliar a oferta de capacitação e educação permanente para os conselheiros estaduais e municipais, presencial ou por plataforma EAD, de forma a favorecer a sua participação qualificada e a organização de fóruns e lideranças da sociedade civil.	10	1	11 votos
05	Disponibilizar recursos financeiros, com a revisão de seus valores, para financiamento das ações dos Conselhos, com destaque para a participação em atividades de capacitação, e outros espaços de formação e debate como congressos, conferências, fóruns, além de fazer gestão junto ao Governo Federal para assegurar o repasse de recursos do IGD-SUAS destinados à manutenção e fortalecimento dos conselhos.	31	0	31 votos
06	Implantar ouvidorias da Assistência Social através de canal de denúncia eficiente que faça interface com o Conselho Estadual de Assistência Social.	9	0	9 votos
07	Mapear os municípios de menor porte com ausência de serviços de Proteção Especial de Média e Alta Complexidade para aplicar a competência estadual de prestação de serviços regionalizados no âmbito do Estado, conforme art.13, inciso V da LOAS.	12	0	12 votos

08	Fazer parcerias com CREAS regional para atender as demandas de Proteção Especial dos municípios que ainda não possuem tal equipamento.	7	1	8 votos
09	Fomentar, qualificar e estimular a participação das (os) usuárias (os) enquanto sociedade, aprofundando a Intersetorialidade com os demais equipamentos, fortalecendo o protagonismo e representação das(os) usuárias(os), com a promoção de eventos temáticos de forma que traga a todas (os) para as discussões políticas, legitimando suas deliberações garantidoras de direitos.	11	0	11 votos
10	Não alternância para presidente dos Conselhos de Assistência Social, visando maior transparência; ou seja, a presidência somente é ocupada por membros da sociedade civil.	5	0	5 votos

Dando continuidade, passou-se para a leitura, destaque e discussão das propostas de âmbito federal, sendo o resumo:

- ✓ Aglutinação das propostas 1, 17 e 20, com a seguinte redação: Desenvolver novas estratégias para garantir, ampliar e qualificar a participação da sociedade civil, principalmente dos usuários, nos conselhos, como a criação de fóruns para a escuta dos usuários de forma democrática antes da tomada de decisões. Fomentar o papel dos Conselhos de Assistência Social nas iniciativas de gestão do Programa Bolsa Família (PBF) e do Cadastro Único, potencializando o exercício do controle social. Estimular a participação dos usuários por meio das normativas e do fornecimento de condições adequadas para sua atuação.
- ✓ Melhoria da redação da proposta 2: Promover capacitação, qualificação e educação permanente, pela União, de conselheiro usuários e trabalhadores, em seus municípios e regionalmente, com recurso garantido orçamentariamente para assegurar a participação social, controle social e a garantia de direitos socioassistenciais produzir materiais educativos, em linguagem simples e acessível aos usuários, e divulgação nas mídias sociais para que a população conheça o SUAS.
- ✓ As propostas de número 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9 permaneceram com a redação original.
- ✓ Na proposta de número 10 ocorreram divergências sobre as redações, optando-se pela seguinte redação final: Efetivar a deliberação da conferência nacional relativa à composição dos conselhos, sendo 25% da composição para cada segmento, garantindo a participação do usuário e caso haja ausência de outro segmento da sociedade civil, esse lugar deve ser preenchido pelo usuário.
- ✓ A manifestação de destaque na proposta de número 11 deu-se para alteração do texto e inclusão de nova redação: Que o ato de conferir as deliberações das conferências nacionais seja realizado anualmente e que as conferências sejam realizadas de 2 em 2 anos ordinariamente.
- ✓ Não houve destaque na proposta 12.
- ✓ A proposta de número 13 foi suprimida.

- ✓ Não foram registrados destaques nas propostas 14 e 15.
- ✓ A proposta de número 16 foi suprimida.
- ✓ A proposta de número 19 foi suprimida.

Segue o resultado dessa votação.

VOTAÇÃO DAS PROPOSTAS ORIUNDAS DOS MUNICÍPIOS PARA A UNIÃO

Nº	Proposta	Votos sistema	Votos chat	Total
01	Desenvolver novas estratégias para garantir, ampliar e qualificar a participação da sociedade civil, principalmente dos usuários, nos conselhos, como a criação de fóruns para a escuta dos usuários de forma democrática antes da tomada de decisões. Fomentar o papel dos Conselhos de Assistência Social nas iniciativas de gestão do Programa Bolsa Família (PBF) e do Cadastro Único, potencializando o exercício do controle social. Estimular a participação dos usuários por meio das normativas e do fornecimento de condições adequadas para sua atuação.	4	0	4 Votos
02	Promover capacitação, qualificação e educação permanente, pela União, de conselheiro usuários e trabalhadores, em seus municípios e regionalmente, com recurso garantido orçamentariamente para assegurar a participação social, controle social e a garantia de direitos socioassistenciais, e produzir materiais educativos, em linguagem simples e acessível aos usuários, e divulgação nas mídias sociais para que a população conheça o SUAS	12	0	12 Votos
03	Estabelecer estratégias de divulgação e publicidade da assistência social e seus programas, projetos e benefícios, como política pública de estado direito do cidadão, fortalecendo as instâncias e os espaços de controle social. Publicizar/conscientizar a população, acerca da importância da participação popular, nos espaços destinados à discussão e controle da política de assistência social, por meio da mídia nacional, campanhas, entre outras formas, com financiamento federal. Destacar a importância do conselho e de ser conselheiro.	5	0	05 Votos
04	Ampliar o cofinanciamento do repasse a ser executado com o CMAS, ampliando sua aplicação aos outros conselhos vinculados à Política de Assistência Social, transferindo esses recursos de forma regular. Instituir um Piso específico para o cofinanciamento do controle social	10	0	10 Votos
05	Fortalecer as instâncias de participação do SUAS, garantindo o compartilhamento das responsabilidades dos compromissos dos entes Federados. Respeito à resolução do CNAS e conseqüentemente a constituição de 1988 que garante a participação popular e o controle social nas políticas públicas.	2	0	02 Votos

06	Garantir a execução das deliberações do Conselho Nacional de Assistência Social, independente da mudança da gestão federal para dar continuidade e melhorias nas ações. Garantir a participação sociedade civil nas conferências da Assistência Social em todos os níveis, com financiamento público, com norma simplificada para a prestação de contas dos serviços prestados. Usar linguagem mais acessível nas conferências e aumentar a participação dos usuários.	5	0	5 Votos
07	Garantir a continuidade dos Conselhos de Assistência Social, assim como a paridade entre sociedade civil e governo, através de eleição de representantes da sociedade civil e o cumprimento de suas deliberações. Aprimorar e fortalecer os conselhos e espaços de diálogo que possam dar voz à população no que se refere aos direitos socioassistenciais a fim de criar canais de aperfeiçoamento de análise social e, a partir disso, dar suporte aos entes federativos na feitura dos orçamentos e garantia dos financiamentos.	5	0	5 Votos
08	Implementar a ouvidoria do SUAS nos três âmbitos do governo	2	0	2 Votos
09	Lutar por mudar o paradigma vigente de paridade do CNAS, pois, atualmente, o órgão gestor acaba sendo o próprio fiscalizador, conforme consta do artigo 17 "caput", da lei 8.742/93, tendo em vista que os membros são nomeados pelo presidente da república. o que viola o princípio da transparência e outros princípios constitucionais	2	0	2 Votos
10	Revogar o Decreto Federal Nº 9.759, de 11 de abril de 2019, que extingue e estabelece diretrizes, regras e limitações para colegiados da administração pública federal, bem como restabelecer e fortalecer as instâncias de pactuação (Comissão Intergestores Tripartite, Mesa Nacional de Gestão do Trabalho, Núcleo Nacional de Educação Permanente), além de restituir o efetivo caráter deliberativo do Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS.	127	3	130

EIXO 4

Gestão e acesso às seguranças socioassistenciais e a articulação entre serviços, benefícios e transferência de renda como garantias de direitos socioassistenciais e proteção social

Data: 26 de outubro de 2021 -

78 participantes no início da reunião.

Coordenadora: Ivone Pereira Castro Silva

Apoio de Mesa:

Daniel Campos

Soraia Vanessa Silva Cruz

Palestrante: Simone Aparecida Albuquerque - Assistente Social - ex presidente do Conselho Nacional e Estadual de Assistência Social de MG, ex Diretora de Gestão do SUAS ex Subsecretária de Assistência Social de MG e Diretora de Gestão do SUAS da PBH e Conselheira Municipal de Assistência Social de BH.

Equipe de Relatoria:

Fernanda Souza Cambraia Araújo
Maria Rosângela Pinheiros Damaso
Caroline Aparecida Domingos
Jean Meireles Ronconi

A coordenadora Ivone inicia a plenária apresentando a equipe de trabalho, sendo apoio de mesa, relatoria e palestrante Simone Albuquerque, seguindo uma breve apresentação do conteúdo do eixo e do funcionamento dos trabalhos do grupo.

Fala de Simone Albuquerque: Cumprimenta o CEAS em nome da Presidenta Patrícia Gomes, conselheiro Welerson, apoio de mesa e relatoria. Trata o tema Gestão e acesso às seguranças socioassistenciais e a articulação entre serviços, benefícios e transferência de renda como garantias de direitos socioassistenciais e proteção social, enfatizando a importância da discussão da gestão, sendo ela não somente administrativa, é a direção, a base, a diretriz, os princípios. A direção do SUAS foi dada em 2004, pela Política Nacional de Assistência Social. Simone diz que direito é o oposto do favor e que os delegados presentes na 14ª conferência vêm confirmar esse preceito. Ressalta que o SUAS é compreendido como uma política essencial, necessária para cuidar da vida relacional, nenhum ser humano sem dignidade', sendo assim o seu financiamento deve corresponder à essa compreensão, deve entendido como legal, obrigatório, regular e automático, de cobertura universal. Seguindo sua fala, a palestrante coloca sobre a tipificação dos serviços/2009. Reafirma o caráter estatal do PAIF e do PAEFI, cujo papel matricial fortalece o caráter protetivo das famílias. Nessa linha de raciocínio, faz a reflexão sobre a rede socioassistencial, o seu papel de complementariedade e seu lugar no SUAS definido no marco regulatório. Reafirma a função importante dos benefícios de transferência direta de renda no SUAS, que cumprem um patamar de segurança para as famílias em vulnerabilidade social, diminuindo a desigualdade e a pobreza no Brasil. O BPC para os idosos e Pessoa Com Deficiência e o Bolsa Família, para além da equidade da renda, garante equidade de gênero, empoderando as mulheres chefes de famílias ou vítimas de violência doméstica.

Demarca os avanços no SUAS na valorização dos trabalhadores, com a NOB/RH/2006. Discorre sobre a mesa nacional de educação permanente, o Programa Nacional Capacita SUAS e o núcleo nacional de capacitação, que deve ser efetivado nos governos estaduais, municipais e federal.

Sobre a gestão democrática participativa, ela diz que fomentou a organização dos usuários, dos fóruns de trabalhadores estaduais e municipais, além de fortalecer conselhos, colegiados gestores (CONSEAS e CONGEMAS). Há também, nesse âmbito, incentivo para que os serviços CRAS e CREAS tenham comissões locais de usuários, para que eles mesmos possam decidir sobre os serviços executados.

Afirma que, em contra ponto a esses avanços e conquistas, o SUAS sofre ataques com desmonte agressivo. Houve diminuição do orçamento com a PEC 95, dados da confederação demonstram que entre 2016 e 2017 houve corte de 19%, ou seja, cerca de 417 milhões de reais, 15% menos na Proteção Básica e 23% menos na Proteção Especial. Os recursos do PAIF migram para o Programa Criança Feliz, os serviços do SUAS sobrevivem com recursos emergenciais.

A palestrante enfatiza a denúncia feita pelos governos do nordeste de que houve travas no acesso ao BPC e Bolsa Família. Ressalta o fim do Cadastro Único na Assistência Social, que será feito por intermédio do Ministério da Cidadania, via aplicativo. Denuncia a robotização da relação com o usuário. Avalia que, com isso, o CAD. ÚNICO deixa de ser um instrumento de vigilância socioassistencial, causando o fim da integralidade da proteção.

Simone Albuquerque fala da ameaça à gestão democrática participativa, a fragilidade em que se encontra o Conselho Nacional da Assistência Social e completa “a democracia é primordial para o SUAS”.

Continua dizendo que, segundo relatório da Fundação João Pinheiro, seria possível erradicar a pobreza no Estado com 4,5 milhões de reais, ou seja, 0,7% do PIB, dando a entender que não é uma meta inatingível. Nessa esteira, conclama os conferencistas do eixo 04 a reafirmar o direito socioassistencial e o dever do estado em provê-lo. A pobreza não é individual, a pobreza é consequência da forma de produção e concentração de renda da sociedade.

A palestrante faz uma reflexão sobre a cultura meritocrática, contida por exemplo no Programa Auxílio Brasil, que reforça a apobrerofobia, conceito esse que significa repúdio, aversão ou desprezo pelos pobres ou desfavorecidos; hostilidade para com pessoas em situação de pobreza ou miséria. “ Ela exemplifica com a atitude do governador Romeu Zema em sua fala durante coletiva de imprensa em Belo Horizonte, em ele anunciou parcela única de R\$ 600 do auxílio emergencial, porém afirmou “que muitas pessoas acabariam gastando o dinheiro de uma só vez no bar”, dizendo que tal declaração significa preconceito aos pobres. Concluindo, ela demarca o discurso da ajuda, da caridade versus o da proteção, do direito e convida os conferencistas: “Posicionem-se! Combatam a pobrerofobia! Ergamos os nossos punhos, aumentemos o volume dos nossos megafones! **Lutemos pelo SUAS**”

Apoio a mesa Daniel Campos retoma a palavra e agradece a participação da palestrante Simone e passa a palavra para Soraia Cruz para coordenar o debate.

10:01 Abertura do Debate

10:54 Ao fim do debate, coordenadora retorna a palavra para a Simone:

Ela agradece e enaltece o nível e clareza dos delegados da conferência pelas intervenções observadas. O rol de preocupações dos delegados deve ser fortalecer a sociedade civil, porque é ela que tem condições de trazer as necessidades e angústias dos usuários, trabalhadores e entidades. É fundamental a organização dos usuários, reuni-los para discussão e escutá-los, isso é um ato de resistência. Os delegados relatam que os usuários estão enfraquecidos, com fome, com medo. Orienta a fazer roda de conversa, passar a informação correta, discutir o que está acontecendo no Brasil, estabelecer os fóruns. Retoma sobre o preconceito contra os pobres (aporofobia). Diz que prestou atenção na fala dos delegados que denunciam o retorno ‘pré-SUAS’, a troca de favores e o assistencialismo. Isso traz consequência sérias. Simone faz provocações, tipo “ por que a área da Assistência Social não foi considerada prioridade no plano de vacinação nacional? “ Conclui dizendo que é “preconceito com a população e os trabalhadores dessa área”.

Após o debate, passou-se à leitura das propostas do ente Estado/União, para discussão e escolha das dez propostas para plenária final.

A coordenadora explicou à plenária sobre a possibilidade de novas propostas, sendo que somente duas poderiam entrar nas dez finais em cada ente Estado e/ou União.

Votação das propostas do ente Estado. Foram votadas entre 22 propostas, sendo 15 oriundas dos municípios e 7 novas. Cada delegado poderia votar em apenas uma. A discussão definiu 10 propostas oriundas dos municípios e não houve novas, então foram aprovadas por aclamação.

Sinalizamos que houve vários problemas na plataforma de votação, delegados relatando dificuldades de acesso e compreensão do sistema. O processo foi lento. Houve utilização dos votos também por chat da plataforma Teams.

VOTAÇÃO DAS PROPOSTAS ORIUNDAS DOS MUNICÍPIOS PARA O ESTADO

Nº	Proposta	Votos sistema	Votos chat	Total
01	Implementar política de capacitação permanente para: gestores, conselheiros, trabalhadores e rede, garantindo retorno do Capacita SUAS, com financiamento do piso mineiro.	9	0	9 votos
02	Ampliar as campanhas de divulgação dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais, para fortalecer o acesso da população à Política Pública de Assistência Social através de meios de comunicação, mídias alternativas, de cartilhas, material didático acessível, que venham trazer conhecimento aos usuários sobre seus direitos e deveres, favorecendo a articulação entre os serviços ofertados.	6	0	6 votos
03	Atualizar valores do cofinanciamento dos serviços do sistema único de assistência social - suas, bem como garantir o cofinanciamento de todos os serviços socioassistenciais tipificados para todos os municípios, de forma regular e automática a fim de garantir a efetividade dos direitos socioassistenciais.	11	0	11 votos

04	Garantir e apoiar os municípios para construção de equipamentos físicos e/ou instituições de acolhimento, garantindo recursos humanos e de infraestrutura (aquisição de veículos, computadores, internet, dentre outros)	7	0	7 votos
05	Efetivar e expandir, de forma gradual e progressiva, o Plano Estadual de Regionalização dos Serviços de Proteção Social Especial de Média e Alta complexidade, com vista a contemplar os municípios de porte I e II	21	0	21 votos
06	Ampliar o cofinanciamento garantindo o repasse financeiro pelo governo federal e estadual para desenvolvimento do SUAS; garantia do efetivo cofinanciamento pelas três esferas do governo, considerando as necessidades de manutenção, ampliação, diversificação e implantações de oferta do SUAS	8	1	9 votos
07	Implantar, de forma obrigatória, a Vigilância socioassistencial como uma estratégia fundamental de gestão, monitoramento e avaliação, garantindo recursos financeiros e equipes de trabalho	39	2	41 votos
08	Criar e ampliar instituições de acolhimento regionalizada para os públicos com vínculos familiares rompidos: idosos, pessoas com deficiência, crianças e adolescentes, com equipe especializada, bem como disponibilizar investimentos para infraestrutura.	32	2	34 votos
09	Implantar Residências Inclusivas Regionalizadas, afiançadas pelo SUAS, a fim de estruturar serviços de acolhimento institucionais para jovens e adultos com deficiência em situação de dependência que não disponham de sustentabilidade e vínculo familiar.	17	0	17 votos
10	Fortalecer e ampliar a proteção social básica, qualificando a atenção aos serviços, benefícios e projetos, visando garantir a proteção social e o atendimento mais eficaz em situações de vulnerabilidade e risco social, inclusive aos povos das comunidades tradicionais	15	0	15 votos

VOTAÇÃO DAS PROPOSTAS ORIUNDAS DOS MUNICÍPIOS PARA A UNIÃO

Nº	Proposta	Votos sistema	Votos chat	Total
----	----------	---------------	------------	-------

01	Implementar política de capacitação permanente para: gestores, conselheiros, trabalhadores e rede SUAS.	11	1	12 votos
02	Garantir a vinculação ao salário mínimo para o BPC, bem como a redução da idade de 65 para 60 anos, alterando a Lei 8742/1993 e o Decreto nº 6214/2007, alterando a renda per capita para acesso ao Benefício de Prestação Continuada (BPC) para pessoa com deficiência ou idosa de ¼ do salário mínimo para ½ salário mínimo, assim como revogar a Lei 14.176/2021, visando desburocratizar o acesso.	56	4	60 votos
03	Manter o acesso ao Cadastro Único através dos equipamentos físicos e profissionais da Assistência Social, em contraponto ao desmonte desse instrumento pela via da automatização e/ou utilização de aplicativos online, tendo como requisito atualização dos dados das famílias como ação continuada.	27	0	27 votos
04	Ampliar as campanhas de divulgação dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais, para fortalecer o acesso da população à Política Pública de Assistência Social através de meios de comunicação, mídias alternativas, de cartilhas, material didático acessível, que venham trazer conhecimento aos usuários sobre seus direitos e deveres, favorecendo a articulação entre os serviços ofertados.	5	0	5 votos
05	Garantir e apoiar os municípios para construção de equipamentos físicos e/ou instituições de acolhimento, garantindo recursos humanos e de infraestrutura (aquisição de computadores, internet, dentre outros)	8	0	8 votos
06	Aperfeiçoar os sistemas de informações federais, unificando as bases de dados do Governo, buscando democratização efetiva para acesso amplo dos usuários.	5	0	5 votos
07	Garantir a segurança de renda como estratégia de enfrentamento à pobreza e acesso às necessidades sociais básicas, mantendo o Programa Bolsa Família e ampliando o valor do benefício, aprimorando os critérios, aumentando metas de acesso, para garantir equidade.	28	1	29 votos

08	Ampliar os recursos financeiros para o desenvolvimento do Trabalho Social com famílias e para qualificação da equipe volante, bem como revisar os critérios de elegibilidade para que os municípios de pequeno porte possam ter direito à implantação	15	0	15 votos
09	Criar estratégias de comunicação, divulgação e de fortalecimento do Controle Social, através de campanhas informativas, educativas, além de criação de fóruns democráticos de participação	1	0	01 votos
10	Revisar o número de população média por município para dez mil habitantes para acesso ao CREAS, principalmente em pequeno porte, para efeito de cofinanciamento.	14	0	14 votos

EIXO 5

Atuação do SUAS em Situações de Calamidade Pública e Emergências.

Data: 26 de outubro de 2021

65 participantes no início da reunião.

Coordenadora: Marcio Caldeira

Apoio de Mesa: Rosalice Tassar

Palestrante: Cristiano de Andrade - Graduação (licenciatura e bacharelado) em História e Pós-Graduação (Especialização) em Políticas Públicas pela UFMG. Professor efetivo do Estado e desde 2011 na SEDESE. Em outubro de 2018 assumiu a Superintendência de Proteção Social Especial na Subsecretaria de Assistência Social / (SEDESE).

Equipe de Relatoria:

Carmen Silvia Landim Ferreira,
 Kênia Bruna Gomes,
 Heloisa Mara Pedreira
 Sabrina Silva Teixeira

O Coordenador inicia apresentação do eixo 5, informa sobre a palestra do Cristiano Andrade que a mesma terá previsão de acontecer das 09 às 09:30, informa que as pessoas que quiserem se manifestar podem fazê-lo pelo chat, com tempo de fala de 2 minutos, continua orientando logo após serão feitas as leituras das 20 propostas de maior incidência para o Estado e para a União, será instituído processo de votação das propostas, e segundo regimento interno, poderá ser feita 2 propostas novas, podendo ser realizada via chat, onde a equipe de relatoria irá fazer a compilação, informa ainda que o número máximo de propostas serão 10 incluindo 2 novas propostas.

Marcio finaliza a apresentação e passa a fala para Cristiano dar início a palestra.

Fala de Cristiano de Andrade: Cristiano faz os cumprimentos iniciais e realiza sua auto descrição, informa sobre a propositura do Eixo 5- Atuação do SUAS em situações de calamidade pública e emergências, relata que Minas Gerais tem histórico sobre as situação de calamidade o CEAS tem papel importantíssimo nessa atuação. Dedicar o primeiro slide em memória a todas as pessoas que foram vítimas ou perderam pessoas em situação de calamidade pública, cita Brumadinho e Mariana e estende aos profissionais que realizam o atendimento. Agradecimento e respeito!

Primeiro estabelece as distinções entre situação de emergência e calamidade pública, informando que ambos são eventos adversos e temporários podendo persistir por longo tempo ou não, a diferença se refere-se ao tempo:

Situação de emergência: pequena ou média intensidade;

Estado de calamidade pública: mais intenso, de grande intensidade;

Informa ainda, que é o município quem decreta a situação de calamidade de acordo com a intensidade, Minas Gerais teve várias situações de calamidade pública e o CEAS há algum tempo acompanha os planos de análise para situação em calamidade pública.

Relata sobre as barragens de Mariana, que o desastre foi tão intenso que chegou ao mar, e que até hoje tem consequências, “em março de 2020 tivemos uma grande emergência de saúde, referente a pandemia, considerando a pauta importante nesse aspecto”. Importante ressaltar que o Estado possui um grupo estratégico, onde tem-se monitoramento e respostas das ações referentes às chuvas. SEDESE possui plantão no período das chuvas. Cristiano traz à luz a tipificação dos serviços socioassistenciais, um trata-se de um serviço específico na alta complexidade, informa sobre o cofinanciamento para esse serviço, ligado a instalação de abrigo provisório, sendo esse um ponto importante para discussão, esse benefício também pode ser utilizado para a concessão de aluguel social, entretanto é necessário que os municípios tenham a regulamentação do benefício eventuais. Para atuação junto aos eventos adversos das situações de emergência e calamidade pública, o município precisa estar estruturado e preparado, pois esses acarretam prejuízo econômico e impactos sociais significativos, precisa estar pactuado com a defesa civil, educação e assistência social.

O papel da assistência social é decisivo, pois é nelas que as famílias encontram o apoio e a acolhida necessária. A responsabilidade dessa ação é compartilhada pelos 3 entes federativos, a assistência social não dá conta de resolver sozinha, precisa de ser articulado com a saúde, educação e defesa civil. A atuação da vigilância socioassistencial, faz se fundamental, é essencial estabelecer fluxos e protocolos entre os envolvidos para garantir as provisões de atendimento. Já as questões de cofinanciamento precisa ter celeridade nas respostas para a garantia dos direitos junto às famílias que acessam o serviço, criação de um fundo especial voltado para ações de emergências para ser transferidos aos municípios. Outro aspecto importante é a pandemia, que traz efeitos de

agravamento de situações de vulnerabilidade. Faz-se necessário reafirmar o papel da assistência social no seu caráter essencial, junto às frentes de atuação nesse contexto, sendo ponto de partida dessas ações. Cristiano, finaliza sua apresentação informando sobre a existência de cadernos de orientação e protocolos de atendimento sobre calamidade pública. No mês de setembro foi realizado um webinar sobre a atuação da política de assistência social.

Marcio, agradece a apresentação e abre para discussão, informa que poderá as inscrições serem realizadas pelo chat e serão por ordem de chegada.

Elder manifesta via chat, e informa que vivenciou essa situação de emergência e vendo a apresentação de Cristiano, fala sobre as questões e aspecto de formação, treinamento e preparação para esses momentos, pois o técnico não tem esse preparo, verbaliza que o desafio é a formação continuada;

Jaqueline, formada em Serviço Social, gostaria de manifestar sua indignação, pois percebe que quando há situação de calamidade pública e esses eventos adversos acaba sobrecarregando a defesa civil e o corpo de bombeiros e que nós profissionais da área podemos informar os usuários que se encontram em situação de risco que podem contar com o apoio dos profissionais técnicos.

Denise Alencar, traz a reflexão sobre a exclusão das pessoas em situação de rua nos estados de calamidade pública, pois são excluídos de todos os protocolos, o governo Estadual e Federal não os considera e para o município fica difícil a inclusão, pois esse público possui sua peculiaridade.

Daniele Carmona, aponta que todos estão sujeitos a vivenciar uma situação de calamidade pública, entretanto é preciso ter estratégia para intervir com equidade, nossa tipificação já prevê a situação de calamidade de ampliar o serviço neste contexto e a construção de plano de cotangentes para saber lidar com as situações de calamidade pública.

Aldo Lúcio, com dificuldade com áudio.

Maria de Lourdes: Inicia dando Bom dia coordenador do CREAS fica preocupado com a cobrança em situação emergencial de calamidade pública e soluções para subsidiar na situação do Covid.

Valter Amaral, desde o início debatendo sobre a calamidade pública e sobre os desastres que as cidades tiveram. Ex: criadas dentro das empresas que dão suporte de segurança nas situações de calamidade pública, criando um suporte para a diminuição desse desastre.

Marcio, aponta sobre a educação permanente, sobre o núcleo NAPS, sobre a necessidade de preparação com planos de contingência nos municípios, nesses planos tem-se a parte da Assistência Social e devemos conhecer esses planos para que não extrapolem a nossa atuação profissional. A vigilância socioassistencial é importante na atuação junto à defesa civil e determinado público tem mais dificuldade e deve ser considerada a situação da equidade.

A palavra é transferida para Cristiano, que fala sobre a relevância das discussões e que a equipe permanente, deve ser considerada em todos os municípios e ser

avaliado pelo gestor, pois tem municípios que são de pequeno porte, além disso é preciso atentar para o perfil do profissional.

Encerrada as discussões e considerações, inicia-se a projeção das propostas vindas das Conferências Municipais, agradece a equipe de relatoria pelo trabalho exaustivo em fazer a compilação.

Logo após a leitura da primeira proposta foi anunciado o falecimento da Conselheira do CEAS, representante dos usuários, Dona Anédia. Em decorrência da notícia o grupo decidiu antecipar o horário de almoço.

Ao retorno dos trabalhos, iniciaram-se a leitura das propostas Estadual, posteriormente registrados os destaques. Sendo o produto dos destaques, defesas e novas propostas:

- ✓ Alterada a redação da proposta 1, para o seguinte texto: Assegurar cofinanciamento regular, contínuo e flexível para os municípios em situação de risco, emergência e calamidade pública, incluindo-se os municípios previamente mapeados, prioritariamente para os municípios de pequeno porte.
- ✓ Alterada a proposta 2, para a redação: Criar uma câmara técnica intersetorial para elaborar o planejamento estratégico da atuação do SUAS em situação de emergência e calamidade pública, articulado com os demais órgãos públicos e a possibilidade de outros atores, com especificação de mecanismos de monitoramento e avaliação.
- ✓ A proposta 3 teve seu texto modificado para: Garantir educação permanente para a equipe do SUAS para atendimento das situações de calamidade pública e emergenciais
- ✓ As propostas 4, 5 e 6 foram aglutinadas, ficando o texto final: Atualizar e revisar o caderno de orientações técnicas e protocolo de atendimento socioassistencial, já produzidos pela SEDESE, incluindo subsídios para construção do Planos de Contingências, com definição orçamentária, capacitações, apoio técnico, intervenções e definição de metodologia para execução dos serviços quanto em situações de emergências e calamidades públicas;
- ✓ Efetuada a inclusão de uma palavra na proposta 7, sendo o texto vigente: Garantir e ampliar a destinação de Recursos para atendimento a Benefícios eventuais em Situações de Calamidade Pública;
- ✓ Houve alteração no texto da proposta 8, ficando a redação da seguinte forma: Garantir aos profissionais do SUAS que trabalham em situações de calamidade e emergências o uso de EPIS e imunização;
- ✓ Proposta 9 sem alteração;
- ✓ Proposta 10 com alteração no texto para: Garantir em ambas as esferas de governo, ações de manutenção e aprimoramento dos auxílios emergenciais de calamidade pública, assim como as questões sanitárias em função da pandemia de COVID-19;
- ✓ Alterado o texto da proposta 11, regendo o seguinte: Criar um Fundo Especial Estadual com recurso extraordinário, para enfrentamento durante e após situações de vulnerabilidade social agravadas na calamidade e emergências;

- ✓ Proposta 12 houve a supressão da palavra “maiores” e foi aglutinada a redação com a proposta 13, sendo a redação final: Mapeamento e acompanhamento dos municípios com ocorrências de desastres naturais para maior efetividade de ações de prevenção, para identificação das necessidades reais do território para o aporte de recursos;
- ✓ Proposta 14 houve a melhoria da redação. Nova redação proposta: Divulgar, sensibilizar nos municípios os serviços ofertados pelo SUAS de proteção em situação de calamidade;
- ✓ As propostas 15,16, 17 ,18 e 20 não registraram destaque para alteração de texto;
- ✓ Proposta 19 foi aglutinada com a proposta 11;
- ✓ Proposta 20 não registrou destaque;

Foram registradas as seguintes sugestões de novas propostas:

SUGESTÃO DE NOVAS PROPOSTAS:

Proposta 1- Daniele Carmona: Regular e implantar, de forma continuada, Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências, com participação da sociedade civil, garantindo a criação de um plano de ação intersetorial entre estado e municípios para atuação nas situações de calamidades públicas e emergências.

Proposta 2- Fernanda: Planejamento e previsão de financiamento e cofinanciamento para o SUAS, em casos de pré e pós calamidade.

Proposta 3: Garantir aos usuários da Rede SUAS do município o bilhete único e gratuito para acesso a serviços, projetos, programas e benefícios da assistência social, inclusive com a dotação orçamentária específica. Além de um trabalho mais intensivo para todos os segmentos.

Sendo deliberada pela Plenária as propostas 1 e 3 como novas propostas.

VOTAÇÃO DAS PROPOSTAS ORIUNDAS DOS MUNICÍPIOS PARA O ESTADO

Nº	Proposta	Votos sistema	Votos chat	Total
01	Assegurar cofinanciamento regular, contínuo e flexível para os municípios em situação de risco, emergência e calamidade pública, incluindo-se os municípios previamente mapeados, prioritariamente para os municípios de pequeno porte.	18	0	18 votos
02	Garantir aos profissionais do SUAS que trabalham em situações de calamidade e emergências o uso de EPIS e imunização.	12	0	12 votos
03	Garantir educação permanente para a equipe do SUAS para atendimento das situações de calamidade pública e emergenciais.	11	0	11 votos

04	Garantir e ampliar a destinação de Recursos para atendimento a Benefícios eventuais em Situações de Calamidade Pública.	10	0	10 votos
05	Criar um Fundo Especial Estadual com recurso extraordinário, para enfrentamento durante e após situações de vulnerabilidade social agravadas na calamidade e emergências.	5	0	5 votos
06	Dar maior apoio e suporte aos municípios na oferta de serviços em situação de calamidade pública.	9	0	9 votos
07	Criar uma câmara técnica intersetorial para elaborar o planejamento estratégico da atuação do SUAS em situação de emergência e calamidade pública, articulado com os demais órgãos públicos e a possibilidade de outros atores, com especificação de mecanismos de monitoramento e avaliação.	8	0	8 votos
08	Criar programa específico para famílias atingidas por calamidade e emergência como a pandemia de COVID 19	4	0	4 votos
09	Regular e implantar, de forma continuada, Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências, com participação da sociedade civil, garantindo a criação de um plano de ação intersetorial entre estado e municípios para atuação nas situações de calamidades públicas e emergências.	85	5	90 votos
10	Garantir aos usuários da Rede SUAS do município o bilhete único e gratuito para acesso a serviços, projetos, programas e benefícios da assistência social, inclusive com a dotação orçamentária específica, além de um trabalho mais intensivo para todos os segmentos.	11	0	11 votos

Iniciaram-se a leitura das propostas União posteriormente registrados os destaques. Sendo o produto dos destaques, defesas e novas propostas:

- ✓ A proposta 1 e 2 foram aglutinadas, ficando com a seguinte redação: proposta 1, para o seguinte texto: Criar Política Nacional de atuação socioassistencial em contexto de emergência e calamidade pública, garantindo um fundo especial para situações de emergência com aumento de repasses e celeridade na destinação dos recursos para a assistência social;
- ✓ Proposta 3 não houve alteração;
- ✓ Proposta 4, houve a complementação da redação, ficando o texto: Garantir aos profissionais do SUAS que trabalham em situações de calamidade e emergências o uso de EPIS e inclusão definitiva dos

profissionais da Política de Assistência Social no Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação

- ✓ Alteração da redação da proposta 5, sendo o seguinte texto: Garantir orçamento e recursos públicos para Estados e Municípios, desenvolver planejamento estratégicos de atuação em situação de calamidade pública e emergência no âmbito do SUAS;
- ✓ Proposta 6 foi suprimida pela plenária com 12 votos;
- ✓ Sem alteração na proposta 07;
- ✓ Não houve alteração na proposta 8;
- ✓ Alterado o texto da proposta 9, sendo: Garantir educação permanente para a equipe do SUAS para atendimento das situações de calamidade pública e emergenciais
- ✓ A proposta 10 foi suprimidas pela plenária, pois houve duplicidade;
- ✓ Proposta 11 não houve alteração;
- ✓ Houve alteração no texto da proposta 12, finalizando com a seguinte redação: Criar mecanismos de apoios aos municípios em situações de calamidades públicas e de emergências efetivando a antecipação de pagamentos do BPC, assim como outros benefícios de transferência e renda;
- ✓ Alterada a redação da proposta 13, sendo o texto original Criar campanhas informativas nos veículos e meios de comunicação, sobre atuação do suas em situações de calamidades e emergência e divulgação das informações para acesso aos serviços, programas e projetos em situação emergenciais.
- ✓ Proposta 14 suprimida pela plenária, pois houve duplicidade com a proposta 13;
- ✓ Não houve alteração nas propostas 15 e 16;
- ✓ A redação da proposta 17 foi alterada: Garantir a participação da Política de Assistência Social no planejamento das ações de referência do SUAS no enfrentamento de situações emergenciais e de calamidade;
- ✓ Não houve alteração nas propostas 18 e 19;
- ✓ Alterada a redação da proposta 20 com o seguinte texto: Inserir o Conselho Nacional de Assistência Social nas deliberações de calamidade pública da união e que as deliberações não sejam restritas a mecanismos informatizados.

SUGESTÃO DE NOVA PROPOSTA:

- ✓ Garantir o cofinanciamento do Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências, com repasse de recursos de forma regular e automática, fundo a fundo, para os estados e municípios;

Plenária é favorável a essa proposta.

Ao final foram definidas apenas 9 propostas, já considerando a sugestão de inclusão da proposta formulada pela plenária presente no eixo temático.

VOTAÇÃO DAS PROPOSTAS ORIUNDAS DOS MUNICÍPIOS PARA A UNIÃO

Nº	Proposta	Votos sistema	Votos chat	Total
01	Criar Política Nacional de atuação socioassistencial em contexto de emergência e calamidade pública, garantindo um fundo especial para situações de emergência com aumento de repasses e celeridade na destinação dos recursos para a assistência social.	16	0	16 votos
02	Garantir orçamento e recursos públicos para Estados e Municípios, desenvolver planejamento estratégicos de atuação em situação de calamidade pública e emergência no âmbito do SUAS	6	0	6 votos
03	Fortalecer o cadastro único como ferramenta na garantia de direitos e dar continuidade a Renda Familiar por meio dos Programas e Benefícios de transferência de renda que ampare as famílias em situações de desastres e emergências.	3	0	3 votos
04	Garantir o repasse de recursos e a essencialidade do Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergência bem como ofertar apoio técnico e suporte aos municípios para a oferta do serviço.	4	0	4 votos
05	Criar mecanismos de apoio aos municípios em situações de calamidades públicas e de emergências efetivando a antecipação de pagamentos do BPC, assim como outros benefícios de transferência e renda.	1	0	1 voto
06	Garantir o auxílio financeiro às famílias em situações de vulnerabilidade social em situação de calamidade pública e emergência.	6	0	6 votos
07	Garantir aos profissionais do SUAS que trabalham em situações de calamidade e emergências o uso de EPIS e inclusão definitiva dos profissionais da Política de Assistência Social no Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação.	19	0	19 votos
08	Criar um Fundo Especial Nacional para situações de calamidade e emergência com recurso extraordinário.	2	0	2 votos
09	Garantir o cofinanciamento do Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências, com repasse de recursos de forma regular e automática, fundo a fundo, para os estados e municípios.	108	4	112 votos
10	Não tivemos proposta	-	-	-

4.1.5.1 Plenária Temática Simultânea Leitura e Aprovações das Moções

Os delegados durante os trabalhos desenvolvidos nas plenárias simultâneas, além de analisar, refletir e debater sobre as propostas oriundas dos municípios, também fizeram as leituras e deliberações das Moções apresentadas previamente.

Cabe salientar que foi utilizado como metodologia um formulário eletrônico, elaborado exclusivamente para que os delegados pudessem registrar as propostas de Moções. O Link do formulário foi disponibilizado desde o primeiro dia da 14ª Conferência Estadual, via chat e grupos de whatsapp criado para proporcionar um canal de comunicação entre delegados e Comissão Organizadora. O link foi novamente divulgado no dia 26 de outubro. Ficou estipulado via Regimento que as moções poderiam ser registradas no formulário eletrônico até as 12h. Como forma de dar ampla condições de participação, os delegados que por quaisquer motivos não conseguissem acesso ao formulário poderiam fazê-lo via chat da sala.

Posteriormente a equipe da relatoria fez a divisão das moções encaminhando os registros para os eixos onde o delegado que fez o registro estava participando.

Enquanto era aguardado a inclusão das propostas finalizadas no sistema para votação foram lidas e colocadas em votação as Moções. Importante destacar, que não foi realizada nenhuma alteração de texto na Moção, quando a equipe da relatoria encaminhou aos grupos de trabalho.

Os participantes do **Eixo 1** registraram as seguintes MOÇÕES:

MOÇÕES DE REIVINDICAÇÃO Nº 1	
NOME DO DELEGADO	Isaías Cléber
SEGMENTO	Governo
MUNICÍPIO	Jequeri
DESTINATÁRIO	GOVERNO ESTADUAL
TEXTO	Nós delegados presentes na XIV Conferência Estadual de Assistência Social de MG reivindicamos a regularização da dívida do Estado para com os municípios no âmbito da Assistência Social referente ao Piso Mineiro Fixo e Variável.
MOÇÕES DE REIVINDICAÇÃO Nº 2	
NOME DO DELEGADO	Maria Aparecida Ferreira
SEGMENTO	Sociedade Civil - Representantes de Entidades Socioassistenciais

MUNICÍPIO	Campestre
DESTINATÁRIO	CEAS
TEXTO	Nós delegados presentes na XIV Conferência Estadual de Assistência Social de MG reivindicamos que seja implantado em todo MG o plantão social, ou seja equipamento da assistência social aberto à população ininterrupto principalmente em cidade pequena fecha tudo e o usuário fica sem a proteção que lhe é direito.
MOÇÕES DE REPÚDIO Nº 1	
NOME DO DELEGADO	Sheyla Soares de Almeida
SEGMENTO	Sociedade Civil - Representantes de Entidades Socioassistenciais
MUNICÍPIO	São Sebastião do Maranhão
DESTINATÁRIO	CONGRESSO NACIONAL E ASSEMBLEIAS DO BRASIL QUE TEM O AUXILIO PALITÓ
TEXTO	Nós delegados presentes na XIV Conferência Estadual de Assistência Social de MG repudiamos o auxílio palitó recebido pelos políticos do congresso Nacional e das 16 assembleias legislativas do Brasil, que custa por ano 63,1 milhão que poderia sustentar 17 mil famílias que vivem na extrema pobreza, ou ainda que poderia ser destinado para a política de assistência social dos 100 municípios com menor IDH do país.
MOÇÕES DE REPÚDIO Nº 2	
NOME DO DELEGADO	Isaías Cléber
SEGMENTO	Governo
MUNICÍPIO	Jequeri
DESTINATÁRIO	GOVERNO ESTADUAL
TEXTO	Nós delegados presentes na XIV Conferência Estadual de Assistência Social de MG repudiamos a ameaça de fechamento de serviços por falta de financiamento, alguns municípios estão sem repasses para as áreas sociais e não possuem meios de arcar com despesas.

Após debate entre a Plenária a Moção de Repúdio nº 2 foi copilada com a Moção de Reivindicação nº 1, ficando aprovado as demais moções.

Os participantes do **Eixo 2** registraram as seguintes MOÇÕES:

MOÇÕES DE RECOMENDAÇÃO Nº 1	
NOME DO DELEGADO	Sirlei Alves Batista
SEGMENTO	Governo
MUNICÍPIO	Cachoeira do Pajeú
DESTINATÁRIO	GOVERNO FEDERAL
TEXTO	Nós delegados presentes na XIV Conferência Estadual de Assistência Social de MG recomendamos a criação de uma lei dentro da Constituição Federal onde conste a valorização do Suas dentro suas atribuições, financiamento e valorização dos Assistentes Sociais referente seu salário que varia muito entre um município e outro, dentro dos concursos públicos que aumente as vagas para Assistentes sociais é um absurdo terem entre uma a três vagas, sendo que a demandas desse trabalho dentro dos municípios. Sem contar que estão criando mais vagas de emprego. Obrigada.
MOÇÕES DE REIVINDICAÇÃO Nº 1	
NOME DO DELEGADO	Ana Maria Mezonato
SEGMENTO	Sociedade Civil - Representantes de Usuários
MUNICÍPIO	Juiz de Fora
DESTINATÁRIO	CONGRESSO NACIONAL - CÂMARA E SENADO
TEXTO	<p>Moção de Reivindicação- Nós Conselheiras(os) Delegadas(os) da 14º Conferência Estadual de Assistência Social de Minas Gerais de 2021, por Plataforma Virtual, manifestamos essa Moção de Reivindicação ao Congresso Nacional "Câmara e Senado" a aprovação da Proposta de Emenda Constitucional 383/2017 (PEC) tendo sua Última Ação Legislativa no dia 21/10/21 na Comissão Especial da Câmara dos Deputados. Além de termos todos os instrumentos normativos para que o Governo Federal repasse recursos aos Estados e Municípios para o financiamento do SUAS onde envolve um conjunto de programas de Governo Federal realizado em parceria com Estados e Municípios voltado para a proteção do indivíduo.</p> <p>A PEC 383/2017 define limites financeiros e insere o SUAS no Texto Constitucional.</p>

	<p>Para que seja garantido um financiamento dos programas de assistência social no País, o SUAS precisa de uma fonte constante de recursos e é isso que garante a PEC 383/17, o corte radical sobre receitas previstas que compõem o SUAS, mostra a fragilidade do Sistema.</p> <p>Neste sentido, faz-se necessário prever a existência do SUAS no Texto Constitucional e assim estabelecer na Carta Magna o montante de receitas disponível para o efetivo funcionamento do SUAS.</p>
--	--

MOÇÕES DE REPÚDIO Nº 1

NOME DO DELEGADO	Maria José de Souza Pena
SEGMENTO	Governo
MUNICÍPIO	Viçosa
DESTINATÁRIO	INSS
TEXTO	Nós delegados presentes na XIV Conferência Estadual de Assistência Social de MG repudiamos o Instituto Nacional de Previdência Social –INSS que não propicia o suporte adequado e os esclarecimentos necessários aos usuários do BPC – Benefício de Prestação Continuada e à população em geral para acessarem a plataforma “Meu INSS”, delegando sua competência aos equipamentos da Municipalidade.

MOÇÕES DE REPÚDIO Nº 2

NOME DO DELEGADO	Gabriela Pereira Martins
SEGMENTO	Sociedade Civil - Representantes de Usuários
MUNICÍPIO	Brasópolis
DESTINATÁRIO	GOVERNO FEDERAL
TEXTO	Nós delegados presentes na XIV Conferência Estadual de Assistência Social de MG repudiamos os cortes orçamentários que têm impactado o funcionamento dos serviços de assistência Social e inviabilizando inclusive a sua ampliação. Mais enfaticamente, registro a necessidade de ampliação das Casas de Atendimento das Mulheres (criação de casas regionais), dado que esse setor da população tem sofrido fortemente os impactos da pandemia (vítimas de feminicídio e violência doméstica).

MOÇÕES DE REPÚDIO Nº 3

NOME DO DELEGADO	Silvia Gomes Tenório
SEGMENTO	Governo
MUNICÍPIO	Turvolândia
DESTINATÁRIO	GOVERNO ESTADUAL E FEDERAL
TEXTO	Nós delegados presentes na XIV Conferência Estadual de Assistência Social de MG repudiamos o descaso com os usuários do SUAS, desvalorização da classe de profissionais do SUAS

Foram apresentadas as Moções a plenária, que aprovou por aclamação.

Apenas uma Moção de Recomendação não foi aprovada pela Plenária.

Os participantes do **Eixo 3** registraram as seguintes MOÇÕES:

MOÇÕES DE APLAUSOS Nº 1	
NOME DO DELEGADO	Dirciana de Oliveira Amaral
SEGMENTO	Sociedade Civil - Representantes de Trabalhadores do SUAS
MUNICÍPIO	Nova Serrana
DESTINATÁRIO	RODRIGO SILVEIRA E SOUZA
TEXTO	Nós delegados presentes na XIV Conferência Estadual de Assistência Social de MG aplaudimos a forma muito bem falado de todas as suas propostas, disse totalmente a verdade e as falas deram para formular diversas propostas!! Parabéns!
MOÇÕES DE APOIO Nº 1	
NOME DO DELEGADO	Jucelia Moraes Prates
SEGMENTO	Sociedade Civil - Representantes de Usuários
MUNICÍPIO	Divisópolis
DESTINATÁRIO	SUAS
TEXTO	Nós delegados presentes na XIV Conferência Estadual de Assistência Social de MG apoiamos à Política Nacional de Participação Social e ao Sistema Nacional de Participação Social.

	A Política Nacional é o Sistema Nacional amplia as formas de participação social e confere protagonismo aos novos movimentos sociais, além de conhecer e valorizar as formas tradicionais de participação e os movimentos sociais históricos. As estratégias centrais para a consolidação da Democracia Participativa mesmo em tempos tão difíceis que estamos vivendo.
MOÇÕES DE RECOMENDAÇÃO Nº 1	
NOME DO DELEGADO	Valéria Aparecida Barbosa da Silva
SEGMENTO	Sociedade Civil - Representantes de Entidades Socioassistenciais
MUNICÍPIO	Itabira
DESTINATÁRIO	GOVERNO DO ESTADO
TEXTO	Nós delegados presentes na XIV Conferência Estadual de Assistência Social de MG recomendamos maior atenção à ressocialização dos reclusos e aos filhos dos reclusos.
MOÇÕES DE RECOMENDAÇÃO Nº 2	
NOME DO DELEGADO	Alessandra de Sousa Figueiredo Costa
SEGMENTO	Governo
MUNICÍPIO	Belo Horizonte
DESTINATÁRIO	GOVERNO FEDERAL
TEXTO	Nós delegados presentes na XIV Conferência Estadual de Assistência Social de MG recomendamos a revogação do Decreto Federal Nº 9.759, de 11 de abril de 2019, que extingue e estabelece diretrizes, regras e limitações para colegiados da administração pública federal, bem como restabelecer e fortalecer as instâncias de pactuação (Comissão Intergestores Tripartite, Mesa Nacional de Gestão do Trabalho, Núcleo Nacional de Educação Permanente), além de restituir o efetivo caráter deliberativo do Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS.
MOÇÕES DE ENCAMINHAMENTO Nº 1	
NOME DO DELEGADO	William Ribeiro Correa
SEGMENTO	Sociedade Civil - Representantes de Entidades Socioassistenciais

MUNICÍPIO	Conceição dos Ouros
DESTINATÁRIO	CONFERÊNCIA ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
TEXTO	Nós delegados presentes na XIV Conferência Estadual de Assistência Social de MG encaminhamos repúdio Ao Instituto Nacional de Previdência Social –INSS que não propicia o suporte adequado e os esclarecimentos necessários aos usuários do BPC – Benefício de Prestação Continuada para acessarem a plataforma “Meu INSS”, delegando sua competência aos equipamentos da Municipalidade.

Todas as Moções foram aprovadas pela Plenária.

Os participantes do **Eixo 4** registraram as seguintes MOÇÕES:

MOÇÕES DE APLAUSOS Nº 1	
NOME DO DELEGADO	Ana Maria Cardoso Moraes
SEGMENTO	Sociedade Civil - Representantes de Entidades Socioassistenciais
MUNICÍPIO	Guaxupé
DESTINATÁRIO	ENTIDADES SOCIAIS
TEXTO	Nós delegados presentes na XIV Conferência Estadual de Assistência Social de MG aplaudimos as Entidades sociais que sobrevivem às demandas que aumentam na contramão do repasse de recursos públicos.
MOÇÕES DE RECOMENDAÇÃO Nº 1	
NOME DO DELEGADO	Edna Luciano Sflasini de Araújo
SEGMENTO	Sociedade Civil - Representantes de Entidades Socioassistenciais
MUNICÍPIO	Governador Valadares
DESTINATÁRIO	União
TEXTO	Nós delegados presentes na XIV Conferência Estadual de Assistência Social de MG recomendamos a manutenção do BPC à Pessoa com Deficiência, de forma a garantir o direito ao repasse quando desligado do mercado de trabalho.
MOÇÕES DE RECOMENDAÇÃO Nº 2	
NOME DO DELEGADO	Maridelma Gusmão

SEGMENTO	Sociedade Civil - Representantes de Trabalhadores do SUAS
MUNICÍPIO	Itinga
DESTINATÁRIO	SEDESE
TEXTO	Nós delegados presentes na XIV Conferência Estadual de Assistência Social de MG recomendamos a ampliação de programas de apoio para adolescentes e jovens envolvidos com álcool e drogas, que atendam municípios de porte I e também capacitem e apoiem psicologicamente as profissionais e os profissionais que atuam diretamente na área.

MOÇÕES DE RECOMENDAÇÃO Nº 3

NOME DO DELEGADO	Ana Maria Cardoso Moraes
SEGMENTO	Sociedade Civil - Representantes de Entidades Socioassistenciais
MUNICÍPIO	Guaxupé
DESTINATÁRIO	UNIÃO E ESTADO
TEXTO	Nós delegados presentes na XIV Conferência Estadual de Assistência Social de MG recomendamos ao aumento de repasses públicos para financiamento de política pública de assistência social para enfrentamento das desigualdades agravadas pela Pandemia do Covid.

MOÇÕES DE REPÚDIO Nº 1

NOME DO DELEGADO	Lidiane Pereira Cavaca Pavão
SEGMENTO	Sociedade Civil - Representantes de Entidades Socioassistenciais
MUNICÍPIO	Juiz de Fora
DESTINATÁRIO	GOVERNO FEDERAL
TEXTO	Nós delegados presentes na XIV Conferência Estadual de Assistência Social de MG repudiamos a Medida Provisória nº 1061 de 09/08/2021 Considerando a perspectiva do direito social assegurado na Constituição Federal de 1988 e na LOAS 1993, Manifestamos o REPUDIO a Medida Provisória 1061, frente ao seu caráter excludente das maiorias que deixam de ser contempladas com o novo Programa Auxílio Brasil através da supressão do Benefício Básico e a não menção aos Grupos

	<p>Populacionais Tradicionais e Específicos como os indígenas, quilombolas, ciganos, catadores de materiais reciclados, pessoas libertas de situação análoga a um trabalho escravo, famílias com crianças em situação de trabalho infantil – público este até então prioritário para a habilitação, seleção e concessão do Programa Bolsa Família pelas suas vulnerabilidades; Manifestamos REPUDIO a retórica do “Auxílio” apresentado no texto da Medida Provisória 1061 em substituição ao Programa Bolsa Família; ante o princípio da garantia de direito e a equidade ceder lugar ao critério da meritocracia mediante esforços individuais, nesta sociedade tão duramente desigual avassalada pela pandemia, que deixa sua marca da fome, da miséria e do luto; Manifestamos o REPUDIO a não clareza de seu financiamento e imprecisão de sua sustentabilidade; Manifestamos o REPUDIO a forma não participativa e democrática que tal Programa se impõe, sem considerar e respeitar as instâncias de controle social como o Conselho Nacional de Assistência Social; Manifestamos o REPUDIO ante a todas as ações que levam a desvinculação da Assistência Social como Política Pública de Estado e de direito para quem dela necessitar num cenário de profunda resistência do governo federal para nossa diversidade social.</p>
--	---

MOÇÕES DE REPÚDIO Nº 2

NOME DO DELEGADO	Nilce Fernandes Almeida
SEGMENTO	Sociedade Civil - Representantes de Entidades Socioassistenciais
MUNICÍPIO	Nova Lima
DESTINATÁRIO	GOVERNO ESTADUAL
TEXTO	<p>Nós delegados presentes na XIV Conferência Estadual de Assistência Social de MG repudiamos a fala do Governador sobre a discriminação a população que se destina o auxílio estadual. É uma fala preconceituosa sobre a população em vulnerabilidade social.</p> <p>É necessário sua retratação e maior conhecimento da realidade que vive a população</p>

MOÇÕES DE REPÚDIO Nº 3

NOME DO DELEGADO	Márcia de Paula da Silva Pereira
-------------------------	----------------------------------

SEGMENTO	Sociedade Civil - Representantes de Trabalhadores do SUAS
MUNICÍPIO	Bom Repouso
DESTINATÁRIO	MINISTÉRIO DA CIDADANIA/INSS
TEXTO	Nós delegados presentes na XIV Conferência Estadual de Assistência Social de MG repudiamos os processos impostos aos beneficiários do Benefício de Prestação Continuada, quanto ao bloqueio e a cessação do benefício, colocando-os em situações vexatórias quanto a burocracia de comprovação da necessidade de manutenção do benefício, assim como para a aquisição do mesmo. Repudio ainda a exigência de devolução de valores exorbitantes que comprometerão o sustento familiar.
MOÇÕES DE REPÚDIO Nº 4	
NOME DO DELEGADO	Anestina Procópio da Costa
SEGMENTO	Sociedade Civil - Representantes de Usuários
MUNICÍPIO	Ouro Fino
DESTINATÁRIO	GOVERNO FEDERAL
TEXTO	Nós delegados presentes na XIV Conferência Estadual de Assistência Social de MG repudiamos a não garantia ao direito ao décimo terceiro salário para pessoas com todo tipo de deficiência, que já foi aprovado nas conferências que o ano passado ia ser votado pelo congresso mas não foi, para que toda pessoa com necessidade especial, tenha uma cesta básica tão sonhada no final do ano.
MOÇÕES DE REPÚDIO Nº 5	
NOME DO DELEGADO	Simone Aparecida Albuquerque
SEGMENTO	Governo
MUNICÍPIO	Belo Horizonte
DESTINATÁRIO	GOVERNADOR DO ESTADO DE MINAS GERAIS
TEXTO	Nós delegados presentes na XIV Conferência Estadual de Assistência Social de MG repudiamos a atitude preconceituosa do Governador Zema com os usuários do SUAS. Ao anunciar que iria cumprir a lei do Auxílio emergencial de pagamento de 600,00 para famílias pobres e extremamente pobres inscritas no CADUNICO,

	<p>Zema declarou então que o valor recebido em parcela única iria ser utilizado em grande parte ou na totalidade "em bares ou botecos." A fala do governador demonstrou o preconceito contra as pessoas pobres. O repúdio, desprezo ou aversão contra os pobres chama-se aporofobia. Tramita no Congresso o PL 3271/2020 que criminaliza os atos violentos contra os pobres em razão de ódio pela condição de pobreza, ou seja a aporofobia. Não podemos aceitar essa fala que vai contra a todos as pesquisas científicas feitas até agora. Vários estudos internacionais e nacionais sobre Bolsa Família demonstram que a transferência de renda é gasta pelas famílias com 53% em alimentação; 25 % para pagar contas; 16% com contas de casas e 5% com outras contas. Exigimos respeito aos usuários!!! A segurança de renda é um direito. Belo Horizonte, 26 de Outubro de 2021</p>
--	--

MOÇÕES DE REPÚDIO Nº 5

NOME DO DELEGADO	Samantha Faria Campos
SEGMENTO	Usuário
MUNICÍPIO	São João Batista do Glória
DESTINATÁRIO	União
TEXTO	Nós delegados presentes na XIV Conferência Estadual de Assistência Social de MG repudiamos a situação de considerar o BPC enquanto renda, uma vez que isto prejudica as famílias que possuem dificuldade de ingressar no mercado de trabalho, tanto na zona rural quanto nos espaços urbanos, sendo necessário a criação de cotas e de 13º salário para o BPC, além de desburocratizar o acesso aos benefícios.

Os participantes do **Eixo 5** registraram as seguintes MOÇÕES:

MOÇÕES DE APLAUSOS Nº 1

NOME DO DELEGADO	Raquel Dayane de Faria
SEGMENTO	Sociedade Civil - Representantes de Entidades Socioassistenciais
MUNICÍPIO	Santo Antônio do Monte

DESTINATÁRIO	AOS MUNICÍPIOS
TEXTO	Nós delegados presentes na XIV Conferência Estadual de Assistência Social de MG aplaudimos os municípios que mesmo diante toda a situação da pandemia e do desmonte da política, realizaram as conferências municipais.
MOÇÕES DE REPÚDIO Nº 1	
NOME DO DELEGADO	Janice Ramos Santos
SEGMENTO	Sociedade Civil - Representantes de Usuários
MUNICÍPIO	Rio Paranaíba
DESTINATÁRIO	GOVERNO FEDERAL
TEXTO	Nós delegados presentes na XIV Conferência Estadual de Assistência Social de MG repudiamos o financiamento e o calote do governo federal está dando aos Municípios.

4.1.6. Processo Eleitoral para Composição do CEAS/MG

O processo de escolha para compor o CEAS, mandato 2021/2023, foi mais uma vez realizado durante o processo Conferencial, entretanto, como nos outros momentos aconteceu de forma virtual. Para não haver dúvida quanto as formas de participação, os trabalhos iniciaram com orientações gerais para todos os delegados e candidatos em uma sala do Zoom e foi acompanhado pelo Ministério Público.

O conselheiro Márcio Caldeira, representante da comissão eleitoral, passou as orientações relativas ao processo eleitoral, baseadas na RESOLUÇÃO Nº 740/2021 – CEAS/MG Dispõe sobre o processo eleitoral do Conselho Estadual de Assistência Social - CEAS, para compor a Gestão 2021-2023.

Registro da Fala do conselheiro Márcio Caldeira: “Participar do controle social é extremamente importante para todos os segmentos que compõem a política de assistência social: governo, trabalhadores, usuários, entidades, conselheiros municipais. É muito importante que nosso conselho estadual seja fortalecido. Que o conselho forte produza uma gestão forte, porque ele sabe aonde ele pode estar contribuindo para uma política pública de assistência social. Então é muito importante este processo, eu gostaria de parabenizar todos aqueles e aquelas

candidatos que vão estar conosco daqui a pouco, que se dispõem em participar desse processo extremamente importante para nossa democracia. A participação social é uma conquista nossa, é uma conquista da nossa constituição. Nós temos que fazer com que ela seja cumprida, que ela seja respeitada, que ela seja realmente nossa, de quem realmente produz a política, de quem atua, de quem está na ponta dos processos. A participação no controle social é uma conquista da nossa sociedade e este é um momento sublime dessa conquista, que é uma conferência estadual de assistência social, então é muito importante este processo. Que a gente tenha no dia de hoje, um excelente dia de trabalho, que a gente possa sair daqui com nossos representantes eleitos, com nossos representantes para conferência nacional eleitos, que nos consigamos chegar ao final da nossa conferência com todas as nossas atividades cumpridas. Bom dia de trabalho a todos. Eu vou estar fazendo uma pequena apresentação para que a gente inicie o processo de escolha de nossos representantes.

Como estamos em trabalho remoto, é a primeira conferência nesse modelo, assim como outros órgãos e políticas. Estamos aprendendo no processo. Importante ficarmos atentos, temos dificuldades sim. O conselho está se empenhando, nossa Presidenta Patrícia, ela tem se desdobrado nos esforços para equacionar todas as questões que têm sido apresentadas nesta conferência e anterior a ela. Temos aí a nossa Subsecretária Mariana que também tem se empenhado enormemente para que todas as questões pudessem ser equacionadas e chegar neste momento aqui realmente da melhor forma possível. Peço desculpas a todos por alguma intercorrência que possa ter ocorrido, vivenciada ao longo desses dois dias de conferência, mas queria deixar essa mensagem, que o conselho, com toda a sua equipe, a secretaria executiva, de todos os apoiadores da SUBAS estão extremamente empenhados em estar colaborando e superando as dificuldades juntos. A equipe da Luminar também tem nos dado um apoio excepcional para que realmente pudessemos alcançar os resultados que a gente tem tido.” (Fala transcrita)

Projetou a apresentação com as instruções e fez a leitura e explicação. As escolhas das salas (cinco – usuários, trabalhadores, entidades, CMAS Governo e CMAS civil) de acordo com a opção feita pelo delegado no credenciamento. O sistema de votação foi organizado por sala.

Registro das orientações: As candidatas e candidatos **HABILITADOS** foram encaminhados à empresa que os vinculou no sistema de votação, por sala. As candidatas e candidatos podem se inscrever para o tempo de fala, conforme Resolução nº 740 do CEAS-MG:

Art. 15. Os representantes das entidades habilitadas deverão se apresentar **em no máximo 2 (dois) minutos** em âmbito da Conferência Estadual, **apresentando a justificativa de sua candidatura, a entidade que representa e os trabalhos que a entidade realiza em âmbito estadual.**

IMPORTANTE: Em função do respeito ao processo eleitoral, bem como à Resolução nº 740 do CEAS-MG, o apoio da sala estará apta a **MUTAR** os candidatos e as candidatas que passarem do tempo limite.

As candidatas e candidatos também poderão se apresentar por vídeo, texto ou áudio, desde que eles mesmos projetem os arquivos e que se tenha encaminhado ao e-mail: ceasmg@yahoo.com.br no tempo estabelecido em Resolução.

IMPORTANTE:

Art.22. Após encerrada a eleição, será realizada a apuração dos votos e a divulgação dos resultados, proclamando-se os eleitos. §1º Serão considerados eleitos: I – como titulares, os mais votados em cada categoria de representação; II – como suplentes, os mais votados após os titulares da categoria de representação subsequente.

Por fim, segundo Resolução nº 740, que Dispõe sobre o processo eleitoral do Conselho Estadual de Assistência Social - CEAS, para compor a Gestão 2021-2023, tem-se o Art. 26:Art.26. Os casos omissos neste Regulamento serão decididos pela Comissão Eleitoral ou na impossibilidade da mesma, por meio da Mesa Diretora.

O Conselho disponibilizou grupos de whatsapp para os candidatos. Segue abaixo lista constando nome de todas/todos os candidatos habilitados:

Ao término das orientações a plenária se dividiu nos segmentos para votação, mudando as pessoas por meio de links específicos. Houve verificação para quem estava com dúvida em relação a que sala teria que participar.

REPRESENTAÇÃO	NOME CANDIDATO	SEGMENTO	MUNICIPIO
Conselho Central De Curvelo _ São Vicente	Lucas Estevão Ribeiro da	ENTIDADE	Curvelo

De Paula	Silva		
Federação Das APAES Do Estado De Minas Gerais	Maria Juanita Godinho Pimenta	ENTIDADE	Belo Horizonte
ADRA - Agência Adventista De Desenvolvimento E Recursos Assistenciais Sudeste Brasileira	Cinara Lucena Rocha dos Santos Pio	ENTIDADE	Belo Horizonte
Congregacao De São Joao Batista	Iara da Costa Nogueira Reis	ENTIDADE	Belo Horizonte
ASSPROM - Associação Profissionalizante Do Menor De Belo Horizonte	Rodrigo dos Santos França	ENTIDADE	Belo Horizonte
Associacao Sementes Do Vale	Thiago Otero de Sousa	ENTIDADE	Ninheira
O Movimento Do Graal No Brasil	Arlete Alves de Almeida	ENTIDADE	Buritizeiro
FASEMIG Federação Das Associações Sem Fins	Carla Valéria Soares Vita	ENTIDADE	Pirapora
UNAPIR União Das Associações De Pirapora	Magna Edilene Guedes	ENTIDADE	Pirapora
Bem Estar do Menor	Kariny de Amorim Silva	ENTIDADE	Sabinopolis
FENEIS - Federação Nacional De Educação E Integração	Lais Cristiane Monteiro Drumond	ENTIDADE	Betim
Cmas Barbacena Governamental	Daniel Martins de Mello Neto	CMAS GOVER	Barbacena
Cmas Campanha Governamental	Roberto Malaquias Elias	CMAS GOVER	Campanha
Cmas Coronel Fabriciano Governamental	Érica Pereira Alves Beltrame	CMAS GOVER	Santana do Paraiso
CMAS Caeté Governamental	Joao Vitor Da Silva Jorge	CMAS GOVER	Caeté
CMAS Uberaba Governamental	Claudia Cristina Da Silva	CMAS GOVER	Uberaba
CMAS Perdões Governamental	Jeverson Mendes Rocha	CMAS GOVER	Perdões
CMAS Juiz de Fora Sociedade Civil	Ana Maria Mezonato	CMAS SOC CIVIL	Juiz de Fora
CMAS Codisburgo Sociedade Civil	Jacqueline Caldeira de Menezes Bossi	CMAS SOC CIVIL	Codisburgo
CMAS Belo Horizonte Sociedade Civil	Simone Maria da Penha de Oliveira	CMAS SOC CIVIL	Belo Horizonte
CMAS Pouso Alegre Sociedade Civil	Rita Angelica Martins	CMAS SOC CIVIL	Pouso Alegre

CMAS Salinas Sociedade Civil	Gabriela de Almeida Loiola	CMAS SOC CIVIL	Salinas
CMAS Ribeirão das Neves Sociedade Civil	Priscilla Aparecida Marinho de Oliveira	CMAS SOC CIVIL	Ribeirão das Neves
CMAS Conselheiro Lafaiete Sociedade Civil	Crislaine Cristina Nascimento Flauzino	CMAS SOC CIVIL	Conselheiro Lafaiete
CRP	Graziele Vieira Cachapuz Machado	TRABALHADOR	Itabira
CRESS	Ludson Rocha Martins	TRABALHADOR	Contagem
FETSUAS	Philipe Nunes Vieira E Silva	TRABALHADOR	Taiobeiras
SINTIBREF	Sandra Regina Ferreira Barbosa	TRABALHADOR	Belo Horizonte
ASQUIS - Associação Comunitária Quilombola Suassui E Pintangueiras	Isac Dos Santos Lopes	USUÁRIO	Coluna
FETAEMG Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais	Marilene Faustino Pereira	USUÁRIA	Capitão Eneas
FMLDUSUAS – Fórum Municipal de Lutas pelos Direitos dos Usuários do Sistema Única de Assistência Social - UBERABA	Wellington Donizete Marques de Lima	USUÁRIO	Uberaba
Forum Municipal Dos Usuarios Dos SUAS BH	Anedia Miranda Farias	USUARIO	Belo Horizonte
Instituto De Desenvolvimento Sociopolítico Brasileiro	Leandro Luis Da Cruz Sena.	USUARIO	Muzambinho

O processo de eleição do Segmento CMAS Sociedade Civil foi coordenado pelo conselheiro Márcio com o apoio da técnica da Secretaria Executiva Rosalice. Primeiramente foi feita a identificação de quem estava na sala redirecionando pessoas conforme relação do credenciamento com a opção de eleição. Os delegados se manifestavam no Chat, ou por “mão levantada”, dispositivo do sistema de reunião.

Dando prosseguimento, houve a chamada dos candidatos para verificar se todos estavam presentes. Depois, passou-se para a apresentação de cada candidato, que teve até dois minutos para suas considerações, seguindo a seguinte ordem:

- a) CMAS Belo Horizonte, Simone Maria da Penha de Oliveira (Usuária);
- b) CMAS Cordisburgo, Jacqueline Caldeira de Menezes Bossi (Usuária);
- c) CMAS Juiz de Fora, Ana Maria Mezonato (Usuária);

- d) CMAS Pouso Alegre, Rita Angélica Martins (Usuária);
- e) CMAS Conselheiro Lafaiete, Crislaine Cristina Nascimento Flauzino (Trabalhadora);
- f) CMAS Ribeirão das Neves, Priscilla Aparecida Marinho de Oliveira (Trabalhadora);
- g) CMAS salinas, Gabriela de Almeida Loiola (Trabalhadora)

Após as apresentações, explicou-se como se daria a votação na plataforma e deu início a mesma. Muitos dos votantes (delegados) não estavam conseguindo votar. Detectou-se problema no cadastramento, então foi feita a correção neste momento. Reiniciou-se a votação, que durou até que todos tivessem votado. O resultado da votação foi apresentado em planilha gerada pela plataforma.

No processo de eleição do Segmento CMAS Entidades, cada participante que inicia uma fala, tem o cuidado de fazer sua autodescrição. Os Candidatos foram parabenizados por fazer parte nesse processo importante para a democracia. Mais uma vez foi ressaltado as orientações da Resolução nº740/2021 sobre o formato da eleição. O processo se inicia com a chamada de todos os candidatos habilitados. Suzanne Horta representante da SEDESE, assume a Coordenação e chama os 11 (onze) candidatos para o CEAS por ordem alfabética para que os mesmos procedam sua apresentação/campanha em dois minutos cronometrados; orienta que cada delegado tem direito a um voto e que as regras de desempate dizem da data de constituição da entidade e data de nascimento do candidato.

Na composição do CEAS, as entidades têm 4 vagas para titulares e 4 vagas para suplentes = 8 vagas.

A apresentação será feita por ordem alfabética, com tela orientativa dos nomes das entidades onde os candidatos devem se apresentar. Conforme elencado abaixo:

- a) AGÊNCIA ADV. DE DESENV. E RECURSOS ASSIST. SUDESTE BRASILEIRA-ADRA - **Cinara Lucena Rocha dos Santos**
- b) ASSOC. PROFISSIONALIZANTE DO MENOR – ASSPROM - **Rodrigo dos Santos Franco**
- c) ASSOCIAÇÃO SEMENTES DO VALE - **Thiago Otero de Souza**
- d) BEM ESTAR - **Kariny de Amorim Silva**
- e) CONGREGAÇÃO SÃO JOÃO BATISTA - **Iara da Costa Nogueira**
- f) CONSELHO CENTRAL DE CURVELO DA SSVP - **Lucas Estêvão Ribeiro da Silva**
- g) FEDERAÇÃO ESTADUAL DAS APAES - **Maria Juanita Pimenta**
- h) FED. DAS ASSOC. SEM FINS ECONÔMICOS DE MINAS GERAIS - FASEMIG - **Carla Valéria Soares**

- i) FEDERAÇÃO NACIONAL EDUCAÇÃO E INTEGRAÇÃO DOS SURDOS
- **Laís Drumond**
- j) GRAAL NO BRASIL - **Arlete Alves**
- k) UNIÃO DAS ASSOCIAÇÕES DE PIRAPORA - **Magna Guedes.**

O Candidato Thiago – representante da Associação Sementes do Vale, não se apresentou, no momento a Comissão Eleitoral, informou que a entidade encaminhou e-mail renunciando a candidatura. Encerradas as apresentações, Heloísa da relatoria informa que no link de votação os candidatos não aparecem nesta mesma ordem; Suzanne a Coordenadora, orientou que fosse solicitado à LUMINAR (empresa responsável) a troca da ordem e a retirada do nome do candidato que renunciou. Agora são 10 candidatos para 4 vagas de titulares e 4 vagas de suplentes, definidos pelo número de votos ou pelos critérios de desempate.

No link para votação não havia o nome de um dos candidatos (havia só 9 nomes); este candidato pediu para constar em ata; a empresa já está fazendo a correção. Volta a esclarecer que, só vai acessar a votação quem é representante de entidade credenciados; Conselheiros do CEAS que não fizeram credenciamento, mas querem votar, Suzanne pede que façam contato com o CEAS; Suzanne atende solicitações e permanece orientando e apoiando sobre o processo de votação no link; informa também o telefone do suporte para os casos mais complicados; orienta as pessoas que não estiverem conseguindo acessar, mesmo após as orientações, deve colocar o nome completo no chat para que o suporte consiga identificar o erro. Depois do voto, aparece a mensagem “voto gravado com sucesso”. Finalizado e sanado todas as situações iniciou-se a votação e o resultado final será apresentado na Plenária Final, considerando que houve empates.

Registro do processo de eleição do Segmento Governo. Deu-se início com esclarecimentos de dúvidas sobre a representatividade: deveriam estar nessa sala apenas representantes governamentais das prefeituras e do Estado. Entretanto, foram registrados um número significativo de pessoas de outros segmentos. Em seguida foram apresentadas as regras do processo de escolha, conforme a Resolução nº 740/2021.

Para cada candidato foi concedido o tempo de 2 minutos, como determinado na Resolução, ficou amplamente esclarecido que serão fechados os microfones para garantir tempo igual a todas e todos.

Os candidatos se apresentaram na seguinte ordem:

Cláudia Cristina da Silva - Uberaba
Daniel Martins de Melo Neto - Barbacena
Érica Pereira Alves Beltrame – Coronel Fabriciano
Jeverson Mendes Rocha – Perdões
João Vitor da Silva Jorge - Caeté
Roberto Malaquias Elias – Campanha

Em seguida foi aberto via plataforma o processo de votação. O link ficou disponível via chat. Critério de aprovação para eleição: maioria simples do total de votos efetivos para a votação.

Processo de eleição do Segmento Sociedade Civil – Usuários: Através da plataforma virtual - TEAMS, foi aberto a todos os inscritos nessa sala a participação na votação, realizado a leitura dos nomes dos participantes cadastrados nessa sala para participarem do processo de votação, tendo como objetivo direcionar os participantes que não pertencem a este segmento para as respectivas salas de origem. Foi orientado aos participantes sobre o processo eleitoral e informado o número da resolução que regulamenta o processo. O processo estava sendo fiscalizado pelo Ministério Público. Após a confirmação dos participantes que estão inscritos nessa sala foi explanado novamente por Luanda sobre o processo eleitoral confirmando que nessa sala haverá a eleição para conselheiro do CEAS – sociedade civil - segmento usuários. Luanda explicou sobre as normas para quem é candidato, a equipe de apoio irá cronometrar dois minutos de fala para cada candidato, e após os dois minutos o microfone será fechado. Foi aberto a palavra aos candidatos para se apresentarem, sendo:

- a) Associação Comunitária Quilombola Suaçuí E Pitangueiras. ASQUIS - **Isac Dos Santos Lopes;**
- b) FETAEMG Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais - **Marilene Faustino Pereira;**
- c) FMLDUSUAS – Fórum Municipal de Lutas pelos Direitos dos Usuários do Sistema Única de Assistência Social – UBERABA - **Wellington Donizete Marques de Lima;**
- d) Fórum Municipal Dos Usuários Dos SUAS BH - **Anedia Miranda Farias;**

e) Instituto De Desenvolvimento Sociopolítico Brasileiro - Leandro Luís Da Cruz Sena

Foi realizado a leitura dos nomes dos candidatos, sendo que o candidato Sr. Leandro não estava participando no momento na sala, sendo verificado que ele estava participando anteriormente, mas possivelmente ele teve algum problema de conexão. Leandro voltou a participar da sala, mas relatou que está sem vídeo e chat, portanto foi orientado que o mesmo teve a oportunidade de encaminhar antes, foi sugerido que o mesmo tente resolver o problema, essas orientações foram realizadas pelo Sr. Márcio Evangelista membro da Comissão Eleitoral. A coordenação da sala orientou aos participantes que aguardaria o Sr. Leandro conectar novamente por meio do link.

Alguns delegados tiveram dificuldades com acesso a Plataforma de votação, sendo necessário acionar o suporte, mesmo com a assistência prestada pela equipe da Luminar, foi necessário criar outras estratégias para computar os votos, para isso foi disponibilizado um link no google forms e por fim aceito e computado os votos em formato oral daqueles que manifestaram o desejo de fazê-lo.

O Resultado será apresentado na Plenária Final.

Processo de eleição do Segmento Sociedade Civil – Trabalhadores: Para início dos trabalhos foram primeiramente conferidos se todos os presentes estavam na sala correta. A Presidente do CEAS, Patrícia, explicou que as normativas para o processo eleitoral consta na Resolução nº 740/2021 do CEAS. É importante salientar que cada candidato terá um prazo máximo de 2 minutos e que estes não serão passíveis de alteração, e que serão desligados os microfones após este período. Concluídas as apresentações serão encaminhados no chat o link para votação.

Feito todos os esclarecimentos deu-se início as apresentações que ocorreram por ordem alfabética:

- a) CRESS - Ludson Rocha Martins
- b) CRP - Grazielle Vieira Cachapuz Machado
- c) FETSUAS Philipe Nunes Vieira E Silva
- d) SINTIBREF Sandra Regina Ferreira Barbosa

Foram disponibilizados na chat o link para votação. Alguns delegados e delegadas registraram dificuldades para votar, sanadas todas as dúvidas e dificuldades foram apresentados o arquivo gerado pelo Sistema de Votação.

O resultado final das votações e apurações dos votos após aplicar os critérios de desempates foi lido na Plenária Final pela Presidente, ficando assim definidos:

SEGMENTO: Conselheiros Representantes Governamental			
	REPRESENTATIVIDADE	NOME	TOTAL DE VOTOS
1º Titular	Cmas Coronel Fabriciano Governamental	Érica Pereira Alves Beltrame	62 votos
2º Titular	CMAS Caeté Governamental	Joao Vitor Da Silva Jorge	42 votos
1º suplente	Cmas Barbacena Governamental	Daniel Martins de Mello Neto	36 votos
2º suplente	CMAS Uberaba Governamental	Claudia Cristina Da Silva	28 votos
Reserva	CMAS Perdões Governamental	Jeverson Mendes Rocha	17 votos
Reserva	Cmas Campanha Governamental	Roberto Malaquias Elias	13 votos
SEGMENTO: Sociedade Civil – Representante de Entidades de Assistência Social			
1º Titular	Conselho Central De Curvelo _ São Vicente De Paula	Lucas Estevão Ribeiro da Silva	15 votos
2º Titular	Federação Das APAES Do Estado De Minas Gerais	Maria Juanita Godinho Pimenta	8 votos
3º Titular	O Movimento Do Graal No Brasil	Arlete Alves de Almeida	7 votos
4º Titular	Bem Estar do Menor	Kariny de Amorim Silva	6 votos
1º suplente	ADRA - Agência Adventista De Desenvolvimento E Recursos Assistenciais Sudeste Brasileira	Cinara Lucena Rocha dos Santos Pio	6 votos
2º suplente	Congregação De São Joao Batista	Iara da Costa Nogueira Reis	4 votos
3º suplente	FASEMIG Federação Das Associações Sem Fins	Carla Valéria Soares Vita	4 votos
4º suplente	ASSPROM - Associação Profissionalizante Do Menor De Belo Horizonte	Rodrigo dos Santos França	3 votos
Reserva	FENEIS - Federação Nacional De Educação E Integração	Lais Cristiane Monteiro Drumond	3 votos

Reserva	UNAPIR União Das Associações De Pirapora	Magna Edilene Guedes	3 votos
	Associação Sementes Do Vale	Thiago Otero de Sousa	Não foi votada
SEGMENTO: Representante de Usuários e/ou Organizações de Usuários			
1º Titular	ASQUIS - Associação Comunitária Quilombola Suassui E Pintangueiras	Isac Dos Santos Lopes	20 votos
2º Titular	FETAEMG Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais	Marilene Faustino Pereira	8 votos
1º suplente	Instituto De Desenvolvimento Sociopolítico Brasileiro	Leandro Luis Da Cruz Sena	8 votos
2º suplente	FMLDUSUAS – Fórum Municipal de Lutas pelos Direitos dos Usuários do Sistema Única de Assistência Social - UBERABA	Wellington Donizete Marques de Lima	6 votos
Reserva	Forum Municipal Dos Usuarios Dos SUAS BH	Anédia Miranda Farias	2 votos
SEGMENTO: Representantes Trabalhadores e/ou entidades representantes de trabalhadores da área de assistência social:			
1º Titular	CRESS	Ludson Rocha Martins	23 votos
2º Titular	CRP	Grazielle Vieira Cachapuz Machado	14 votos
1º suplente	SINTIBREF	Sandra Regina Ferreira Barbosa	09 votos
2º suplente	FETSUAS	Philippe Nunes Vieira E Silva	08 votos
SEGMENTO: CMAS Sociedade Civil - Usuários			
1º Titular	CMAS Belo Horizonte Sociedade Civil	Simone Maria da Penha de Oliveira	8 votos
1º suplente	CMAS Codisburgo Sociedade Civil	Jacqueline Caldeira de Menezes Bossi	5 votos
Reserva	CMAS Juiz de Fora Sociedade Civil	Ana Maria Mezonato	3 votos
Reserva	CMAS Pouso Alegre Sociedade Civil	Rita Angelica Martins	2 votos
SEGMENTO: CMAS Sociedade Civil - Trabalhadores			
1º Titular	CMAS Salinas Sociedade Civil	Gabriela de Almeida Loiola	8 votos
1º suplente	CMAS Conselheiro Lafaiete Sociedade Civil	Crislaine Cristina Nascimento Flauzino	2 votos
Reserva	CMAS Ribeirão das Neves Sociedade Civil	Priscilla Aparecida Marinho de Oliveira	2 votos

4.1.7. Registro do Processo de Eleição dos Delegados para a 12ª Conferência Nacional de Assistência Social

Ainda nas salas onde foram realizadas as votações para escolha dos membros do Conselho Estadual, deu início as votações e ao processo de eleição dos delegados eleitos na Conferência Regional e que seriam representantes do Estado de Minas na 12ª Conferência Nacional de Assistência Social, que será realizada em formato virtual no mês de dezembro.

Em todas as salas foram apresentadas as regras conforme a Resolução nº 739/2021:

Art. 9º. *A 14ª Conferência Estadual de Assistência Social deverá eleger dentre seus participantes os (as) delegados (as) para a 12ª Conferência Nacional de Assistência Social, conforme determinação do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS contida no Informe CNAS nº 3/2021, que trata da Distribuição dos Delegados da esfera municipal, estadual e do Distrito Federal, e organizada conforme Regimento Interno.*

A Resolução nº 744/2021 acrescentou a Resolução 739/2021 orientações e definições quanto as vagas remanescentes:

Art.4º. *Alterar o art. 13 da Resolução CEAS nº 727/2021, que trata das vagas de delegados (as) não preenchidas nas Conferências Regionais, que passam a ser disponibilizadas da seguinte forma entre os segmentos:*

I- Sociedade civil:

a) Representantes dos usuários: 10 vagas de titulares remanescentes para os delegados suplentes eleitos nas Conferências Regionais representantes de usuários do SUAS, com maior idade, passando estes para a categoria de delegados titulares;

b) Representantes dos trabalhadores: 14 vagas de titulares remanescentes para o Fórum Estadual dos Trabalhadores do SUAS de Minas Gerais (FET SUAS/MG);

c) Representantes de entidades: 20 vagas de titulares remanescentes para os delegados suplentes eleitos nas Conferências Regionais representantes das entidades, passando estes para a categoria de delegados titulares;

II- Governo: 38 vagas remanescentes

a) 50% para o COGEMAS;

b) 50% para a SEDESE, prioritariamente para as suas Diretorias Regionais

Adotou-se a mesma metodologia utilizada para registro das Moções, em que os delegados interessados em se candidatar puderam registrar previamente sua

candidatura no google forms e manifestar-se via chat durante o período estipulado pelo regimento.

As vagas foram distribuídas por seguimentoso conforme demonstrado abaixo:

SEGMENTO	TITULAR	SUPLENTE
Sociedade Civil Usuários	30	30
Sociedade Civil Trabalhadores	30	30
Sociedade Civil Entidades de Assistência Social	30	30
Governamental	90	90

No segmento Sociedade Civil Usuários foi necessário utilizar a plataforma de votação e também o link no formulário eletrônico e como último recurso para aqueles que não conseguiram votar em nenhuma das opções foram computados votos pelo chat e oral. Luanda, responsável por coordenar o eixo orientou quanto às regras contidas no regimento interno e falou sobre o número de vagas. A Técnica do CEAS Maria Paula registrou que em torno de 105 delegados estão na sala aguardando início da eleição.

Foram incluídos novos registros via chat totalizando 64 delegados que se candidataram.

No Segmento Sociedade Civil trabalhadores, a condução da Sala ficou sobre a Coordenação da Presidente do CEAS, Patrícia, com suporte da Sra. Aldenora.

Patrícia sugeriu que houvesse a conferências dos nomes das pessoas que estavam na sala, com a finalidade de direciona-los para os segmentos das quais fizeram inscrição. Além disso explica que quem ocupa cargo ou função de gestão não pode ocupar a cadeira de trabalhador/a. Esclarece o número de vagas, faz todas as considerações é abre a palavra aos candidatos para se apresentar.

As votações ocorreram na plataforma, no chat no formulário eletrônico.

Já plenária para eleição dos Delegados no Segmento Sociedade Civil Entidades de Assistência Social, Coordenada pela Representante da SEDESE Suzanne, que lançou as orientações sobre o processo, em seguida fez a leitura dos nomes dos candidatos que já haviam preenchido sua candidatura pelo link, completando com os demais que se manifestaram pelo chat ou de forma oral. Logo após foram feitas as apresentações dos candidatos que tiveram 2 minutos de fala. Suzanne, elucidou aos candidatos que são 30 vagas para titulares e 30 para suplentes e que só podem candidatar aqueles que foram eleitos como delegados na

Conferência Regional para a Conferência Estadual. A conferência acontecerá em formato virtual, nos dias 07 a 10 de dezembro de 2021. A planilha apresentada a plenária já possui 47 candidatos, com inscrição prévia.

Houve necessidade de esclarecer que a Laís estava participando da plenária como convidada e por esse motivo não poderia ser candidata a delegado para a Conferência Nacional.

Considerando algumas ausências necessitou-se da consulta ao regimento interno para definir como dar prosseguimento. Aberto o processo de votação foi preciso utilizar os critérios de desempate previstos no Regimento, considerando que 26 pessoas receberam a mesma quantidade de votos.

Para completar os seguimentos, a sala de delegados representantes governamental foi conduzida pelo Secretário Executivo do CEAS Daniel, que fez os esclarecimentos e as devidas orientações sobre as regras regimentais. Assim como nos outros seguimentos foram registrados as candidaturas no link disponibilizado antecipadamente e aberto a oportunidade para novas candidaturas. Daniel registra que são 90 vagas disponíveis para os representantes governamentais. Registrou-se todas as candidaturas, entretanto ao final alguns delegados retiraram suas candidaturas como titulares e acordaram em plenária que seriam os titulares e os suplentes, possibilitando a eleição por aclamação.

O resultado final de todos os delegados eleitos foi lido e aclamado na plenária final. Abaixo segue quadro com síntese de todos os seguimentos.

Relação de Delegados eleitos para a 12ª Conferência Nacional de Assistência Social

DELEGADOS ELEITOS REPRESENTANTES DE USUÁRIOS DO SUAS		
Nº	NOME COMPLETO	
1	Jimmy Hendrik Rodrigues Veloso	TITULAR
2	Cleone Aparecida Pereira	TITULAR
3	Maria Aparecida Lima	TITULAR
4	Helvanio Carvalho Junior	TITULAR

5	Aline Fernandes Viana da Silva	TITULAR
6	Allida de Almeida Santos Botelho	TITULAR
7	Gabriela Pereira Martins	TITULAR
8	Helberth Renan Gomes de Sousa	TITULAR
9	Reinaldo Marcos	TITULAR
10	Sara Jane Gonçalves	TITULAR
11	Imaculada Conceição da Silva	TITULAR
12	Ana Maria Diéle	TITULAR
13	Andreia Coelho	TITULAR
14	Anestia Procopio da Costa	TITULAR
15	Dejanira do Rosario Silva	TITULAR
16	Guilherme dos Santos Sousa	TITULAR
17	Jacqueline Caldeira Menezes	TITULAR
18	Janice Ramos Santos	TITULAR
19	Marcos Antônio	TITULAR
20	Maria Aparecida Bayão	TITULAR
21	Marta Oliveira Souza	TITULAR
22	Noemia Chagas Maia	TITULAR
23	Vitalina Francisca	TITULAR
24	Adriana de Araújo Silva	TITULAR
25	Maria Vieira Souza de Moura	TITULAR
26	Maria Margarida	TITULAR
27	Ruth Dias	TITULAR
28	Adriana Luisa	TITULAR
29	Rogéria Luciano	TITULAR
30	Maria Helena Brainer	TITULAR

1	Daniel Marcos	SUPLENTE
2	Idalva Lima	SUPLENTE
3	Janais Soares dos Santos	SUPLENTE
4	Marco Aurelio	SUPLENTE
5	Wadson Martins Pereira	SUPLENTE
6	Wellington Donizete	SUPLENTE
7	Samantha Faria	SUPLENTE
8	Elidiane Meira de Araújo	SUPLENTE
9	Luciana Luzia	SUPLENTE
10	Eliane Soares de Souza	SUPLENTE
11	Samantha Faria	SUPLENTE
12	Evanice Gonçalves	SUPLENTE
13	Maria Luiza Garcia	SUPLENTE
14	Fernanda Almeida Delgado	SUPLENTE
15	Maria Aparecida da Cruz	SUPLENTE
16	Maria Débora das Montanhas Silva	SUPLENTE
17	Marilene Faustino Pereira	SUPLENTE
18	Marília Do Carmo Meireles	SUPLENTE
19	Mário Lúcio Nerio	SUPLENTE
20	Marúcia Kely de Melo Silva	SUPLENTE
21	Rita Angélica Martins	SUPLENTE
22	Rosangela aparecida de faria	SUPLENTE
23	Eva Rosa Silva e Silva	SUPLENTE
24	Maria da Glória Goncalves	SUPLENTE
25	Divina Dolores Soares Rocha	SUPLENTE
26	Lucas Daniel Oliveira de Azevedo	SUPLENTE

27	Liderjane Gomes da Mata	SUPLENTE
28	Ana Maria Mezonato	SUPLENTE
29	Angela Maria Marques De Oliveira Menezes	SUPLENTE
30	Jucilene Oliveira dos Santos	SUPLENTE
DELEGADOS ELEITOS REPRESENTANTES DE TRABALHADORES DO SUAS		
Nº	NOME COMPLETO	
1	Paula Luisa Rodrigues Dutra	TITULAR
2	Agatha Rotelli Lemos	TITULAR
3	Claudia Aparecida Souza De Castro	TITULAR
4	Jacqueline Alves Alamino	TITULAR
5	Glauciane Campos Rodrigues	TITULAR
6	Amanda Luiza Santos	TITULAR
7	João Paulo Santos Ferreira	TITULAR
8	Sheila Cristina Da Silva Campos	TITULAR
9	Adelson Magalhães	TITULAR
10	Marisa Helena Da Silva Nascimento	TITULAR
11	Maria Naide Santos Silva	TITULAR
12	Margarete Pinheiro Da Silva	TITULAR
13	Ana Cristina Mendes	TITULAR
14	Mirlane Deckers	TITULAR
15	Rita De Cássia Costa Dos Santos	TITULAR
16	Maridelma Gusmão Murta	TITULAR
17	Sonia Marcia Campos Paiva	TITULAR
18	José Luiz De Souza	TITULAR
19	Maria Francilene Da Silva Guedes	TITULAR
20	Líbia Gervásio Da Silva Costa	TITULAR
21	Cristiane De Fátima Lino	TITULAR

22	Viviane Lima Carvalho Rodrigues Diniz	TITULAR
23	Sara Martins Fernandes	TITULAR
24	Graziele Vieira Cachapuz Machado	TITULAR
25	Patrícia Moreira Ferreira	TITULAR
26	Thiago Dias Quintino	TITULAR
27	Lucimeire Ferreira Dos Santos	TITULAR
28	Adelice Aparecida Ferreira	TITULAR
29	Silvia Daniele Aparecida Moraes	TITULAR
30	Glêice Silva Santos	TITULAR

DELEGADOS ELEITOS REPRESENTANTES DE ENTIDADES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Nº	NOME COMPLETO	
1	Cinara Lucena Rocha Dos Santos Pio	TITULAR
2	Iara Da Costa Nogueira Reis	TITULAR
3	Eduardo Fernandes Tardiole	TITULAR
4	Marcelo Augusto Bastos	TITULAR
5	Ana Luisa De Araújo Quinta	TITULAR
6	Bruno Donizetti Máximo	TITULAR
7	Jefferson Da Silva Duarte	TITULAR
8	Maria Aparecida Ferreira	TITULAR
9	Nilce Fernandes Almeida	TITULAR
10	Samanta Bastos Dos Santos	TITULAR
11	Selma Maria Da Rocha Meireles Santos	TITULAR
12	Valdomiro Dionizio Da Silva	TITULAR
13	Shirley Alves Arcos	TITULAR
14	Elias Gonçalves	TITULAR
15	Cláudia Emília Da Silva Pereira	TITULAR

16	Maria Messias Da Costa	TITULAR
17	Sandro Augusto Ferreira	TITULAR
18	William Ribeiro Correa	TITULAR
19	Cláudia Onofre	TITULAR
20	Claudilena Da Silva	TITULAR
21	Edna Luciano Sfalsini De Araújo	TITULAR
22	Miraides Cordeiro Dos Santos	TITULAR
23	Alexandre De Faria Barbosa	TITULAR
24	Sócrates Dalla Marta Fernandes	TITULAR
25	Edilaine Silva De Souza	TITULAR
26	Gilber Reginaldo Da Mota	TITULAR
27	Luciana De Souza Moura	TITULAR
28	Caroline Ribas Andrade	TITULAR
29	Valéria Aparecida Barbosa Da Silva	TITULAR
30	Washington Moreira de Carvalho	TITULAR
1	Samantha Faria Campos	SUPLENTE
2	Lidiane Pereira Cavaca Pavão	SUPLENTE
3	Eder Daniel Venancio	SUPLENTE
4	Jefferson Pereira Cançado De Araújo	SUPLENTE
5	Marcos Antonio Franco Petraglia Filho	SUPLENTE
6	José Caetano Da Silva Neto	SUPLENTE
7	Dejanira Rosario Silva	SUPLENTE
8	Edilson De Rezende Costa	SUPLENTE
9	Edson De Oliveira Brito	SUPLENTE
10	Gilmar De Paula Silva	SUPLENTE
11	João Luiz De Souza	SUPLENTE

12	Lis Patris Faria França	SUPLENTE
13	Pâmela Nunes Ribeiro	SUPLENTE
14	Raquel Dayane De Faria	SUPLENTE
15	Rogério Ramos Do Prado	SUPLENTE
16	Scheyla Soares De Almeida	SUPLENTE
17	Valter Amaral	SUPLENTE
18	María da Consolação Lopes Pandeiro	SUPLENTE
19	Michelle Mendes das Chagas	SUPLENTE
DELEGADOS ELEITOS REPRESENTANTES GOVERNAMENTAL		
Nº	NOME COMPLETO	
1	Alcione Aparecida De Oliveira Silva	TITULAR
2	Aldo Lucio Dias Moura	TITULAR
3	Alessandra D'Amato Horta	TITULAR
4	Alessandra De Sousa Figueiredo Costa	TITULAR
5	Alessandro Ferreira Luz	TITULAR
6	Ana Giselle Luisi Amantéa	TITULAR
7	Ana Paula Colen	TITULAR
8	Ana Paula De Almeida	TITULAR
9	Anaelly Dos Santos Nunes	TITULAR
10	Andressa Rafaelle Santos Queiroz	TITULAR
11	Angela Maria De Souza Oliveira	TITULAR
12	Camila Alexsandra De Assis Almeida	TITULAR
13	Carlos Pereira Veloso	TITULAR
14	Cheila Fernandes Da Silva	TITULAR
15	Cláudia De Melo Machado De Melo	TITULAR
16	Clelia Georgina Dias Lopes	TITULAR
17	Dalila Aparecida Dos Santos Rocha	TITULAR

18	Daniel Martins De Mello Neto	TITULAR
19	Daniele Pereira Torres	TITULAR
20	Daniele Rodrigues Souza Carmona	TITULAR
21	Dannielle Alves Cantuario	TITULAR
22	Denise Alencar Donisete De Castro	TITULAR
23	Edirlene Aparecida Do Nascimento	TITULAR
24	Eliana Aparecida De Freitas	TITULAR
25	Eliana Aparecida Pereira	TITULAR
26	Elza Dutra	TITULAR
27	Erica Pereira Alves Beltrame	TITULAR
28	Erlon Halis Santos	TITULAR
29	Ewerton Herald Pinto Silva	TITULAR
30	Francielle De Moura Pinto	TITULAR
31	Gabriela Cristina De Oliveira Rangel Freitas	TITULAR
32	Gina Aparecida Braga De Mendonça	TITULAR
33	Gislane Da Conceição Almeida	TITULAR
34	Helder Augusto Diniz Silva	TITULAR
35	Hellen Cristina Ferreira Lima	TITULAR
36	Hevenise Dos Reis	TITULAR
37	Iolanda Meira	TITULAR
38	Irislone Dos Santos Mariano Pedrosa	TITULAR
39	Isabel Mendes Da Silva	TITULAR
40	Isaías Cléber Martins Gonçalves	TITULAR
41	Ivene Moura Pacheco Silva	TITULAR
42	Jeverson Mendes Rocha	TITULAR
43	João Leandro Faria Andrade	TITULAR
44	José Ferreira Da Crus	TITULAR

45	Juliana Henrique Gomes De Rezende	TITULAR
46	Juliana Rosa De Lima	TITULAR
47	Juliane De Almeida Freitas	TITULAR
48	Juliano Pedro Da Silva	TITULAR
49	Laudicéia Oliveira Silva Carvalho	TITULAR
50	Leda Luize Santos Ferreira	TITULAR
51	Leir Ferreira Da Silva	TITULAR
52	Luciana Maria De Araújo	TITULAR
53	Lucilene Ribeiro Chaves Abreu	TITULAR
54	Ludmila Gomes De Souza Marques	TITULAR
55	Luzia Ferreira Fernandes	TITULAR
56	Márcia Eunice De Barcelos Bontempo	TITULAR
57	Marcilene Bul-La De Jesus Girardi	TITULAR
58	Marcos De Souza	TITULAR
59	Maria Angélica Barros Menezes	TITULAR
60	Maria Aparecida Dos Santos Ribeiro	TITULAR
61	Maria das Dores Gomes de Jesus Costa	TITULAR
62	Maria Do Socorro Nobre De Souza Queiroz	TITULAR
63	Marina Magali Pereira Rocha	TITULAR
64	Marlene Ferreira Silva	TITULAR
65	Mateus Gonçalves De Queiros Pena	TITULAR
66	Mays De Oliveira	TITULAR
67	Michele De Souza Richard	TITULAR
68	Miriam Ferreira Guedes	TITULAR
69	Paloma Mendes Sousa	TITULAR
70	Paulo Vitor Moreira Da Silva	TITULAR
71	Rafael Santos Gonçalves	TITULAR

72	Regis Aparecido Andrade Spíndola	TITULAR
73	Ricardo Marcelo Fait Gorchacov	TITULAR
74	Rosanna Borges Moura	TITULAR
75	Rosely De Melo Grillo	TITULAR
76	Rosiele Freitas Severino	TITULAR
77	Samuel Freitas De Castro	TITULAR
78	Sandra Borges Lemes	TITULAR
79	Silvia Gomes Tenorio	TITULAR
80	Simone Aparecida Albuquerque	TITULAR
81	Simone De Souza Pegoreti	TITULAR
82	Tamara Carlos Dos Santos	TITULAR
83	Valdete Fernandes Maciel Silva	TITULAR
84	Erci Pimentel Couto	TITULAR
85	Valéria Maria De M. Gonelli	TITULAR
86	Valéria Martins	TITULAR
87	Vera Lúcia Ferreira Chagas	TITULAR
88	Vinicius Cirilo Dos Santos	TITULAR
89	Viviane Jordelina Souza Da Silva	TITULAR
90	Wilson Brandão Da Silva	TITULAR
1	Maria Aparecida Da Silva De Cássia	SUPLENTE
2	Sirlei Alves Batista	SUPLENTE
3	Adenor Martins da Silva	SUPLENTE
4	Cátia De Deus	SUPLENTE
5	Eliane Aparecida Dos Santos	SUPLENTE
6	Márcia Aparecida Fernandes Moreira	SUPLENTE
7	Oraildes Moura Dos Santos	SUPLENTE
8	Flaviana De Souza Parreira	SUPLENTE

9	Maria Fernanda Thiago Da Cunha	SUPLANTE
10	Pollyana Nunes Dias	SUPLANTE
11	Maria Jose De Souza Pena	SUPLANTE
12	Gisele Cristina Gentilini Vinha	SUPLANTE
13	Dirce Maria Taroni	SUPLANTE
14	Eliane Pereira Santos	SUPLANTE
15	Adilson Da Silva Vitória	SUPLANTE
16	Joisilene Alberto Machado	SUPLANTE

4.1.8. Plenária Final

Daniel, Secretário Executivo do CEAS dá início a plenária final da 14ª Conferência Estadual de Assistência Social, mencionando sobre os desafios enfrentados e agradece aos delegados e delegadas presentes” vocês são as estrelas”. Solicita que mantenham os microfones desligados.

Passa a palavra a Presidente Patrícia

Patrícia Gomes: Faz sua alto descrição e inicia agradecendo a todas/todos os participantes pela paciência e compreensão, principalmente quanto aos desafios que são normais em conferência presencial, virtual não seria diferente, são dificuldades tecnológicas, plataforma de votação e concepções.

Logo em seguida Patrícia muito emocionada, solicita ao Daniel que apresente uma singela homenagem a Dona Anédia. Alguns delegados se manifestam em solidariedade, prestando condolências pelo momento delicado vivido.

Daniel apresenta um vídeo da Conferência Regional Metropolitana, em que Dona Anédia esteve muito participativa, inclusive cantou uma música escrita para a Conferência Nacional, que retrata a realidade do SUAS no Brasil:

(..) Eu penerei o fubá, o fubá caiu, eu tornei penerar o fubá subiu... ai ai ai, a nossa vez chegou, ai ai ai ver tamanha perfeição.

O Conselho Nacional de Assistência Social Manifesta indignação contra o Governo Federal

Eu penerei o fubá o fubá caiu, eu tornei peneira o fubá subiu ai ai ai a nossa vez chegou...

O Governo Federal que tirar nossos direitos, não podemos aceitar e lutaremos por mais respeito”

Eu penerei o fubá o fubá caiu, eu tornei peneira o fubá subiu ai ai ai a nossa vez chegou...

Dona Anédia! Sempre Presente!

Os delegados presentes comentam a emoção do Vídeo e o Conselheiro Lucas como um gesto simbólico sugere que cantemos pelo menos o refrão da música.

Patrícia propõe uma salva de palmas para Dona Anédia!

Anédia Presente!

Mariana Franco propõe, devido o adiantar da hora, que não sejam feitas leituras apenas referendar, considerando que já foram lidas nas conferências regionais as moções, deliberações e delegados nos seus respectivos eixos.

Patrícia faz esclarecimentos sobre o regimento interno sobre a situação de referendar as deliberações, moções. Sugestão no chat de colocar em votação na plenária a proposta de Mariana.

Patrícia Solicita suporte dos Técnicos da secretaria executiva para avaliar o regimento. Daniel faz a consulta e informa que está explícito no regimento o rito da plenária final, com isso mantém-se a programação antes estabelecida.

Seguindo com a Plenária Patrícia faz a Leitura dos Conselheiros Eleitos para compor o novo mandato do CEAS, mencionou que a reunião de eleição da mesa diretora ocorrerá dia 16 de dezembro de 2021.

Patrícia Faz as orientações sobre as propostas e ressalta que a leitura será feita pelo coordenador de cada eixo. Poderão ser feitas 1 destaque de defesa, 1 destaque contrário, estes devem ser registrados no chat. Fica definido que apenas o primeiro registro terá direito a voz.

Isso ocorrera nos 5 eixos, lembrando que são deliberadas 3 propostas para o Estado e 2 para União. Caso ocorra empate, os critérios serão aqueles definidos no regimento interno: total de incidência das propostas oriundas dos municípios,

em caso de novas propostas, aquelas apresentadas pelos usuários, trabalhadores, entidades e governo, na ordem exata da descrição.

Segue abaixo quadro síntese das propostas resultantes dos trabalhos dos eixos temáticos.

	Redação da Proposta de Deliberação Origem: deliberação advinda dos municípios	Eixo	Votos via sistema de votação	Votos via chat	Votos Totais
1	Garantir, promover e efetivar o acesso à Assistência Social para o enfrentamento de desigualdades e promoção da equidade, considerando grupos em situação de maior vulnerabilidade e riscos sociais respeitando as identidades, a diversidade e a pluralidade dos indivíduos	1	9	3	12
2	Efetivar e ampliar a oferta de Serviços e Benefícios sob a lógica do direito socioassistencial. Ampliando o horário de atendimento dos serviços, conforme a realidade local, visando garantir equidade de acesso aos usuários e trabalhadores.		4	1	5
3	Incentivar, financiar e viabilizar a divulgação sobre o SUAS com linguagem simples e acessível através de vídeos informativos, de materiais impressos e de campanhas em rádio, TV, redes sociais, panfletos, palestras e bate papo nas escolas e outros espaços, garantindo o princípio da transparência e publicização, bem como acesso das populações rurais à informação		3	3	6
4	Valorizar os trabalhadores do SUAS através da realização de concursos públicos que garantam estabilidade, salários dignos, carreira, capacitações continuadas e dimensionamento das equipes conforme normativas federais e demandas locais.		4	3	7
5	Ofertar capacitação aos profissionais do SUAS objetivando o atendimento inclusivo e equânime às pessoas com		8	3	11

	deficiência auditiva, viabilizando o acesso a Proteção Social e a garantia de direitos.			
6	Investir na Vigilância socioassistencial para que seja detectada as situações de precarização e agravamento das vulnerabilidades que afetam os cidadãos.	9	2	11
7	Criar Ouvidoria Estadual da Social no CEAS para atender as demandas do SUAS, garantindo espaços para manifestação e informação dos usuários.	15	2	17
8	Criar programas e incentivos de aceleração do crescimento e desenvolvimento social e econômico e do SUAS, usando como norteador dessas iniciativas as propostas surgidas e deliberadas nas conferências, fortalecendo os programas de transferência de renda, ampliando sua capacidade de cobertura das famílias, aumentando o valor repassado aos beneficiários e garantindo por lei ESTADUAL o valor direto	6	21	27
	Redação da Proposta de Deliberação Origem: Nova proposta	Votos via sistema de votação	Votos via chat	Votos Totais
1	Implementar Programa Estadual de Renda Básica de Cidadania no valor de 1 Salário Mínimo atualizando o parâmetro de referência para o estabelecimento do critério de extrema pobreza, com prioridade para as famílias chefiadas por mulheres negras com vistas à redução das desigualdades de gênero, raça, cor e etnia, considerando o princípio da equidade	17	2	19
2	Criar e garantir a existência por legislação, de cadeira no CEAS para representações de coletivos de vulneráveis, em específicos povos tradicionais e comunidade LGBTQIA+, e ainda a criação de um conselho para	18	1	19

	atendimento, estudo e criação de políticas para assistência social de grupos vulneráveis em específico os dentro de comunidade tradicionais e de diversidade de gênero.				
--	---	--	--	--	--

Lucas responsável pela Coordenação do Eixo 1 iniciou a leitura das propostas para o Estado

Houve manifestação de defesa nas propostas 1,2 e 4.

Após a leitura foram disponibilizados no chat o link da Plataforma de votação houve votação pelo chat e em formato oral. Estavam presentes 329 pessoas, mas nem todas habilitadas para votar. A Presente Patrícia explica que cada delegado pode votar em apenas uma proposta.

Luanda auxilia apresentando as pessoas que estão com a mão levantadas na Plataforma. Além disso solicita que o delegado ao manifestar seu voto pelo chat coloque seu nome.

Lucas solicita que apenas os delegados que não estão conseguindo votar pelo link registre sua manifestação pelo chat.

Finalizado a votação passamos a Leitura da Proposta do EIXO 1 UNIÃO:

	Redação da Proposta de Deliberação Origem: deliberação advinda dos municípios	Eixo	Votos via sistema de votação	Votos via chat	Votos Totais
1	Garantir a vinculação do BPC ao salário mínimo, universalizando o acesso da pessoa idosa a partir de 60 anos e das pessoas com deficiência, com per capita de meio salário mínimo, garantindo ainda a equidade do direito à concessão de dois BPCs para duas pessoas com deficiência numa mesma família, para viabilizar a segurança de renda como estratégia de enfrentamento à pobreza e acesso às necessidades básicas.	1	12	3	15

2	Revogar PEC 95, considerando seus impactos negativos na política de assistência social.	10	0	10
3	Incentivar, criar, patrocinar e viabilizar a divulgação sobre o SUAS com linguagem simples e acessível através de programas permanentes de informação e conscientização, vídeos, impressos, campanhas, palestras, divulgação na mídia e redes sociais, materiais em libras, braile, bate papo nas escolas e outros meios, garantindo a equidade de acesso a informações e serviços, desconstruindo práticas assistencialistas, incentivando a participação social e evitando a propagação de informações falsas.	2	2	4
4	Implantar programa para pessoas com deficiência na assistência social com a finalidade de proporcionar qualidade de vida e garantia da segurança de renda	18	2	20
5	Reajustar os valores dos Programas de Transferência de Renda (Programa Bolsa Família, Auxílio Brasil ou outro) considerando a nova conjuntura, além de aprimorar os parâmetros que definem o quantitativo de vagas em cada município e ainda implementar melhorias na fiscalização e operacionalização	4	1	5
6	Garantir e ampliar programas de transferência de renda, com definição de per capita baseada na definição de 1/4 do salário mínimo, destinados aos públicos em situação de vulnerabilidade social e insegurança de rendas	6	1	7
7	Manter o Cadastro Único em funcionamento presencial e criar mecanismos para aprimorar os procedimentos de atualização, averiguação e auditoria e revisão cadastral	8	1	9

8	Propiciar condições efetivas para o desenvolvimento das funções do SUAS, garantindo a Proteção Social não contributiva e considerando as diretrizes de descentralização e participação social.		9	1	10
Redação da Proposta de Deliberação Origem: Nova proposta			Votos via sistema de votação	Votos via chat	Votos Totais
1	Melhorar integração de dados, sistemas e relatórios da rede Suas entre si e com demais plataformas do sistema de garantia de direitos, aumentando a capilaridade da concessão de benefícios para combater a desigualdade		19	2	21
2	Reativar, criar e garantir a existência permanente dos Conselhos de políticas da Mulher e CONSEA das populações dos campos e águas, da população itinerantes, de comunidades tradicionais e de políticas da Comunidade LGBTQIA+, para desenvolvimento de estudos e criação de políticas públicas assistenciais e de sobrevivência desses grupo e/ou comunidades.		21	3	24

Registramos as seguintes manifestações:

- ✓ Contrária a proposta número 1 realizada considerando que já foram deliberadas em outras conferências;
- ✓ Contrária a proposta número 4 considerando a existência de serviços tipificados;
- ✓ Em defesa da proposta número 4;
- ✓ Em Defesa em relação a proposta número 7;

Após todos os registros da votação via plataforma, chat e oral passaram-se a leitura das propostas EIXO 2, realizada pela Coordenadora Suzanne.

	Redação da Proposta de Deliberação Origem: deliberação advinda dos municípios	Eixo	Votos via sistema de votação	Votos via chat	Votos Totais
--	--	-------------	-------------------------------------	-----------------------	---------------------

1	Garantir recursos de cofinanciamento do Fundo Estadual aos municípios de forma regular, principalmente do Piso Mineiro, repassando aos Fundos Municipais os valores atrasados e aplicar aumentos e reajustes periódicos, anuais e sistemáticos que considerem a base de dados do Cadúnico dos municípios, a fim de que se efetive a gestão, qualidade, manutenção, execução e aprimoramento do SUAS, considerando a complexidade, porte, diagnóstico, indicadores e demandas dos municípios, objetivando o atendimento e a garantia dos direitos dos usuários.	2	Feita por aclamação
2	Estabelecer em lei estadual a garantia de no mínimo 5% do orçamento público para financiamento da política de assistência social, garantindo um repasse fixo aos municípios de acordo com as demandas específicas.		Feita por aclamação
3	Garantir o cofinanciamento para aquisição de imóvel próprio e materiais permanentes visando a implantação e expansão dos equipamentos da PSB e PSE nos municípios de forma a aprimorar os serviços afiançados pelo SUAS contemplando as populações rurais, do semiárido, de comunidades tradicionais, dentre outros, no acesso ao SUAS conforme o princípio da equidade e considerar no cofinanciamento as diversidades e especificidades de público e território de forma que venha garantir os Direitos Socioassistenciais.		Feita por aclamação
4	Garantir financiamento para o cumprimento da meta de implantação dos CREAS Regionais, conforme Plano Estadual de Regionalização da PSE, ou implantação de CREAS municipais nas cidades de pequeno porte I com demandas de violações de direitos.		Feita por aclamação
5	Garantir a expansão do financiamento destinado à manutenção e estruturação dos Conselhos, bem como à capacitação continuada e permanente dos conselheiros, especialmente os representantes de usuários, bem como fomentar ações que		Feita por aclamação

	garantam assessoramento da sociedade civil no exercício do controle social.		
6	Assegurar cofinanciamento estadual para estruturação de equipes de vigilância socioassistencial no âmbito municipal.		Feita por aclamação
7	Criar cofinanciamento específico para o Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências, além da oferta de capacitações para os profissionais do SUAS atuarem nessas situações específicas.		Feita por aclamação
8	Garantir que o governo do Estado cumpra suas responsabilidades, previstas nas normativas do SUAS, (ampliação do financiamento, assessoramento, apoio técnico, ações de educação permanente para os atores do SUAS, dentre outras).		Feita por aclamação
9	Instituir Programa de Transferência de Renda permanente para famílias em situação de extrema pobreza no âmbito do Estado de Minas Gerais.		Feita por aclamação
10	Ampliar o financiamento do Piso Mineiro Variável para ampliação das equipes de referência dos CRAS e CREAS das cidades com extensão rural, povos e comunidades tradicionais, situações de emergência e de calamidade pública considerando as especificidades independente do porte populacional.		Feita por aclamação

Registramos manifestações nas seguintes propostas:

- ✓ Defesa da proposta 4 em função da sua importância;
- ✓ Defesa da proposta 4 considerando sua essencialidade para suporte a sociedade civil;

Em seguida é aberto os processos de votações. Passa-se a leitura das propostas

EIXO 2 UNIÃO

	Redação da Proposta de Deliberação Origem: deliberação advinda dos municípios	Eixo	Votos via sistema de votação	Votos via chat	Votos Totais
1	Garantir que a União repasse efetivamente os recursos fundo-a-fundo para a política de assistência social com a criação de percentual em seu orçamento, articulando junto ao congresso a aprovação da PEC 383/2017.	2	Feita por aclamação		
2	Garantir que os repasses do Fundo Nacional de Assistência Social, destinados aos Serviços, Incentivo à Gestão e Programas, sejam repassados de forma regular e integral promovendo a ampliação dos recursos conforme demandas e especificidades populacionais e territoriais independente do porte, bem como flexibilização do seu uso.		Feita por aclamação		
3	Revogar normativas que contribuem para o desmonte da Política de Assistência Social: Emenda Constitucional nº95, Portaria do Ministério nº 2.362/2019 e a Medida Provisória do Governo Federal (MP) 1.061/2021, que substitui o Programa Social Bolsa Família pelo Auxílio Brasil e institui o Programa Alimenta Brasil.		Feita por aclamação		
4	Cumprir com o financiamento de acordo com o pacto federativo e a NOBSUAS tendo em vista as corresponsabilidades do Estado e da União para que o SUAS mantenha e amplie os serviços projetos e programas, garantindo a equidade, seguindo os fundamentos ético-políticos necessários ao aprimoramento da universalização de direitos e assegure as ações da Assistência Social.		Feita por aclamação		

5	<p>Expedir diretrizes para a atuação da política de assistência social em contextos de calamidade pública e de emergência e assegurar de forma integral e regular o repasse do cofinanciamento dos serviços e programas da Política de Assistência Social, em especial o Serviço de Proteção Social em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências, de acordo com o que foi pactuado com o II Plano Decenal da Assistência Social -2016/2026.</p>	<p>Feita por aclamação</p>
6	<p>Manter de forma regular o cofinanciamento dos serviços e programas sociais, para a manutenção das ações e instituição de equipes de referência nos municípios, inclusive cofinanciamento para Proteção Social Especial, de média e alta complexidade para os de pequeno porte que apresentam registros de atendimento.</p>	<p>Feita por aclamação</p>
7	<p>Definir que para análise de renda para a concessão do BPC seja estabelecido como critério a renda per capita de 1/2 salário mínimo, e também considerar as despesas de saúde, alimentação e aluguel. Ampliar os recursos financeiros para o benefício de prestação continuada, prevendo inclusive na legislação uma 13ª parcela e também equiparar a idade mínima ao estatuto do idoso e alterar normativa para que o valor do BPC não seja computado como renda na liberação do benefício do programa Bolsa Família para que mais famílias tenham direito ao benefício</p>	<p>Feita por aclamação</p>

8	Disponibilizar recursos financeiros de incentivo para estruturar e equipar com mobiliário, aparelhos tecnológicos e de telecomunicação (celulares, tablets, roteadores sem fio, notebooks) e veículos os: conselhos, serviços de PSE e PSB		Feita por aclamação
9	Assegurar que as receitas da política de Assistência social e suas despesas com pessoal não sejam computadas para fins dos limites estabelecidos na lei de responsabilidade Fiscal. (revogar a portaria n 377, de 08 de julho de 2020, do STN).		Feita por aclamação
10	Implementar recurso financeiro para criação, manutenção e aprimoramento do serviço e das equipes de vigilância socioassistencial, propiciando elaboração de diagnósticos sobre as realidades territoriais e sobre as vulnerabilidades que incidem sobre povos e comunidades tradicionais e outros públicos.		Feita por aclamação

Registramos manifestações nas seguintes propostas:

- ✓ Defesa a proposta de número 3, dada sua importância para a Política de Assistência Social;

Encerrado a leitura iniciou-se o processo de votação. Ao término dos registros passaram-se a leitura das propostas do EIXO 3.

	Redação da Proposta de Deliberação Origem: deliberação advinda dos municípios	Eixo	Votos via sistema de votação	Votos via chat	Votos Totais
1	Ofertar capacitação e educação permanente para os Conselheiros Estaduais e Municipais, sejam presenciais ou, por EAD, de forma a qualificar a sua participação e para mobilizar lideranças e representantes da sociedade civil na defesa dos direitos socioassistenciais e no fortalecimento do controle social,	3	77	0	77

	favorecendo, por consequência, a instituição e funcionamento de fóruns e URCMAS, fortalecendo a participação popular social dentro dos conselhos e incentivando o usuário a participar das ações da assistência social como forma de exercer a cidadania.			
2	Fomentar e qualificar a participação dos usuários do SUAS por meio de participação em reuniões das URCMAS, Fóruns e, em Comissões de Gestão dos equipamentos sociais, disponibilizando meio de transporte, para que contribuam sobre a oferta dos serviços, programas, projetos e benefícios, expressem sem se sentirem ameaçados, criticados ou julgados sobre as suas necessidades, dando maior visibilidade aos grupos historicamente invisíveis e excluídos, além da sua presença nas Conferências Estaduais de Assistência Social.	17	1	18
3	Ampliar a divulgação das ações realizadas pelo CEAS, em mídia eletrônica e transmissões online das Plenárias possibilitando a participação das (os) usuárias (os) para a defesa de seus direitos, além de criar campanhas ampliando os meios de difusão de informações <i>em todas mídias audiovisuais e impressas existentes, com uma mídia alternativa para pessoas com deficiência, e no portal da transparência</i> buscando parcerias entre estado e municípios, para: divulgação da política de assistência social, esclarecer o propósito das funções e objetivo dos CMAS e a importância participação democrática no processo de elaboração e acompanhamentos das políticas públicas pela população. Ainda, fortalecer a participação social junto à elaboração de propostas de lei.	5	1	6
4	Ampliar a oferta de capacitação e educação permanente para os conselheiros estaduais e municipais, presencial ou por plataforma EAD, de forma a favorecer a sua participação qualificada e a organização de fóruns e lideranças da sociedade civil.	2	0	2

5	Disponibilizar recursos financeiros, com a revisão de seus valores, para financiamento das ações dos Conselhos, com destaque para a participação em atividades de capacitação, e outros espaços de formação e debate como congressos, conferências, fóruns, além de fazer gestão junto ao Governo Federal para assegurar o repasse de recursos do IGD-SUAS destinados à manutenção e fortalecimento dos conselhos.		8	2	
6	Implantar ouvidorias da Assistência Social através de canal de denúncia eficiente que faça interface com o Conselho Estadual de Assistência Social.		2	0	2
7	Mapear os municípios de menor porte com ausência de serviços de Proteção Especial de Média e Alta Complexidade para aplicar a competência estadual de prestação de serviços regionalizados no âmbito do Estado, conforme art.13, inciso V da LOAS.		3	0	3
8	Fazer parcerias com CREAS regional para atender as demandas de Proteção Especial dos municípios que ainda não possuem tal equipamento.		1	1	2
	Redação da Proposta de Deliberação Origem: Nova proposta	Eixo	Votos via sistema de votação	Votos via chat	Votos Totais
1	Fomentar, qualificar e estimular a participação das (os) usuárias (os) enquanto sociedade, aprofundando a Intersectorialidade com os demais equipamentos, fortalecendo o protagonismo e representação das(os) usuárias(os), com a promoção de eventos temáticos de forma que traga a todas (os) para as discussões políticas/legitimando suas deliberações garantidoras de direitos.	3	3 (Houve empate entre as propostas 17 e 18, foi escolhido então segundo critério do regimento)	0	3
2	Não alternância para presidente dos Conselhos de Assistência Social, visando maior transparência; ou seja, A presidência somente ocupada por membros da sociedade civil.		4	0	4

Esclarecidos os fatos sobre a propostas passou-se a leitura das propostas da União.

	Redação da Proposta de Deliberação Origem: deliberação advinda dos municípios	Eixo	Votos via sistema de votação	Votos via chat	Votos Totais
1	Desenvolver novas estratégias para garantir, ampliar e qualificar a participação da sociedade civil, principalmente dos usuários, nos conselhos, como a criação de fóruns para a escuta dos usuários de forma democrática antes da tomada de decisões. Fomentar o papel dos Conselhos de Assistência Social nas iniciativas de gestão do Programa Bolsa Família (PBF) e do Cadastro Único, potencializando o exercício do controle social. Estimular a participação dos usuários por meio das normativas e do fornecimento de condições adequadas para sua atuação.	3	9	0	9
2	Promover capacitação, qualificação e educação permanente, pela União, de conselheiro usuários e trabalhadores, em seus municípios e regionalmente, com recurso garantido orçamentariamente para assegurar a participação social, controle social e a garantia de direitos socioassistenciais, e produzir materiais educativos, em linguagem simples e acessível aos usuários, e divulgação nas mídias sociais para que a população conheça o SUAS.		4	0	4

3	Estabelecer estratégias de divulgação e publicidade da assistência social e seus programas, projetos e benefícios, como política pública de estado direito do cidadão, fortalecendo as instâncias e os espaços de controle social. Publicitar/conscientizar a população, acerca da importância da participação popular, nos espaços destinados à discussão e controle da política de assistência social, por meio da mídia nacional, campanhas, entre outras formas, com financiamento federal. Destacar a importância do conselho e de ser conselheiro.	1	5	6
4	Ampliar o cofinanciamento do repasse a ser executado com o CMAS, ampliando sua aplicação aos outros conselhos vinculados a Política de Assistência Social, transferindo esses recursos de forma regular. Instituir um Piso específico para o cofinanciamento do controle social	1	0	1
5	Fortalecer as instâncias de participação do SUAS, garantindo o compartilhamento das responsabilidades dos compromissos dos entes federados. Respeito à resolução do CNAS e conseqüentemente a constituição de 1988 que garante a participação popular e o controle social nas políticas públicas.	2	0	2
6	Garantir a execução das deliberações do Conselho Nacional de Assistência Social, independente da mudança da gestão federal para dar continuidade e melhorias nas ações. Garantir a participação sociedade civil nas conferências da Assistência Social em todos os níveis, com financiamento público, com norma simplificada para a prestação de contas dos serviços prestados. Usar linguagem mais	1	1	2

	acessível nas conferências e aumentar a participação dos usuários.			
7	Garantir a continuidade dos Conselhos de Assistência Social, assim como a paridade entre sociedade civil e governo, através de eleição de representantes da sociedade civil e o cumprimento de suas deliberações. Aprimorar e fortalecer os conselhos e espaços de diálogo que possam dar voz à população no que se refere aos direitos socioassistenciais a fim de criar canais de aperfeiçoamento de análise social e, a partir disso, dar suporte aos entes federativos na feitura dos orçamentos e garantia dos financiamentos.	2	0	2
8	Implementar a ouvidoria do SUAS nos três âmbitos do governo	2	0	2
Redação da Proposta de Deliberação Origem: Nova proposta		Votos sistema votação	Votos via chat	Votos Totais
1	Lutar por mudar o paradigma vigente de paridade do CNAS, pois, atualmente, o órgão gestor acaba sendo o próprio fiscalizador, conforme consta do artigo 17 "caput", da lei 8.742/93, tendo em vista que os membros são nomeados pelo presidente da república. o que viola o princípio da transparência e outros princípios constitucionais	3	1	4
2	Revogar o Decreto Federal Nº 9.759, de 11 de abril de 2019, que extingue e estabelece diretrizes, regras e limitações para colegiados da administração pública federal, bem como restabelecer e fortalecer as instâncias de pactuação (Comissão Intergestores Tripartite, Mesa Nacional de Gestão do Trabalho, Núcleo Nacional	15	2	17

	de Educação Permanente), além de restituir o efetivo caráter deliberativo do Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS.				
--	--	--	--	--	--

Foram sanadas todas as demandas em relação às questões para votação sendo computados todos os votos.

Em seguida passou-se a leitura das propostas do para o Estado do EIXO 4

	Redação da Proposta de Deliberação Origem: deliberação advinda dos municípios	Eixo	Votos via sistema de votação	Votos via chat	Votos Totais
1	Implementar política de capacitação permanente para: gestores, conselheiros, trabalhadores e rede, garantindo retorno do Capacita SUAS, com financiamento do piso mineiro.	4	8	2	10
2	Ampliar as campanhas de divulgação dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais, para fortalecer o acesso da população à Política Pública de Assistência Social através de meios de comunicação, mídias alternativas, de cartilhas, material didático acessível, que venham trazer conhecimento aos usuários sobre seus direitos e deveres, favorecendo a articulação entre os serviços ofertados.		5	1	6
3	Atualizar valores do cofinanciamento dos serviços do sistema único de assistência social - suas, bem como garantir o cofinanciamento de todos os serviços socioassistenciais tipificados para todos os municípios, de forma regular e automática a fim de garantir a efetividade dos direitos socioassistenciais.		4	0	4
4	Garantir e apoiar os municípios para construção de equipamentos físicos e/ou instituições de acolhimento, garantindo recursos humanos e de infraestrutura (aquisição de veículos, computadores, internet, dentre outros)		3	0	3

5	Efetivar e expandir, de forma gradual e progressiva, o Plano Estadual de Regionalização dos Serviços de Proteção Social Especial de Média e Alta complexidade, com vista a contemplar os municípios de porte I e II		4	0	4
6	Ampliar o cofinanciamento garantindo o repasse financeiro pelo governo federal e estadual para desenvolvimento do SUAS; garantia do efetivo cofinanciamento pelas três esferas do governo, considerando as necessidades de manutenção, ampliação, diversificação e implantações de oferta do SUAS		5	0	5
7	Implantar, de forma obrigatória, a Vigilância socioassistencial como uma estratégia fundamental de gestão, monitoramento e avaliação, garantindo recursos financeiros e equipes de trabalho		5	0	5
8	Criar e ampliar instituições de acolhimento regionalizado para os públicos com vínculos familiares rompidos: idosos, pessoas com deficiência, crianças e adolescentes, com equipe especializada, bem como disponibilizar investimentos para infraestrutura.		3	0	3
	Redação da Proposta de Deliberação Origem: Nova proposta	Eixo	Votos via sistema de votação	Votos via chat	Votos Totais
1	Implantar Residências Inclusivas Regionalizadas, afiançadas pelo SUAS, a fim de estruturar serviços de acolhimento institucionais para jovens e adultos com deficiência em situação de dependência que não disponham de sustentabilidade		7	0	7
2	Fortalecer e ampliar a proteção social básica, qualificando a atenção aos serviços, benefícios e projetos, visando garantir a proteção social e o atendimento mais eficaz em situações de vulnerabilidade e risco	4	11	2	13

	social, inclusive aos povos das comunidades tradicionais				
--	--	--	--	--	--

Registro de manifestação:

✓ Em defesa da proposta nº 7.

Após todos os esclarecimentos e registros foram finalizados os processos de votação e iniciado a leitura das propostas da UNIÃO

	Redação da Proposta de Deliberação Origem: deliberação advinda dos municípios	Eixo	Votos via sistema de votação	Votos via chat	Votos Totais
1	Implementar política de capacitação permanente para: gestores, conselheiros, trabalhadores e rede SUAS.	4	Feita por aclamação		
2	Garantir a vinculação ao salário mínimo para o BPC, bem como a redução da idade de 65 para 60 anos, alterando a Lei 8742/1993 e o Decreto nº 6214/2007, alterando a renda per capita para acesso ao Benefício de Prestação Continuada (BPC) para pessoa com deficiência ou idosa de ¼ do salário mínimo para ½ salário mínimo, assim como revogar a Lei 14.176/2021, visando desburocratizar o acesso.		Feita por aclamação		
3	Manter o acesso ao Cadastro Único através dos equipamentos físicos e profissionais da Assistência Social, em contraponto ao desmonte desse instrumento pela via da automatização e/ou utilização de aplicativos online, tendo como requisito atualização dos dados das famílias como ação continuada.		Feita por aclamação		
4	Ampliar as campanhas de divulgação dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais, para fortalecer o acesso da população à		Feita por aclamação		

	Política Pública de Assistência Social através de meios de comunicação, mídias alternativas, de cartilhas, material didático acessível, que venham trazer conhecimento aos usuários sobre seus direitos e deveres, favorecendo a articulação entre os serviços ofertados.	
5	Garantir e apoiar os municípios para construção de equipamentos físicos e/ou instituições de acolhimento, garantindo recursos humanos e de infraestrutura (aquisição de computadores, internet, dentre outros)	Feita por aclamação
6	Aperfeiçoar os sistemas de informações federais, unificando as bases de dados do Governo, buscando democratização efetiva para acesso amplo dos usuários.	Feita por aclamação
7	Garantir a segurança de renda como estratégia de enfrentamento à pobreza e acesso às necessidades sociais básicas, mantendo o Programa Bolsa Família e ampliando o valor do benefício, aprimorando os critérios, aumentando metas de acesso, para garantir equidade.	Feita por aclamação
8	Ampliar os recursos financeiros para o desenvolvimento do Trabalho Social com famílias e para qualificação da equipe volante, bem como revisar os critérios de elegibilidade para que os municípios de pequeno porte possam ter direito à implantação	Feita por aclamação
9	Criar estratégias de comunicação, divulgação e de fortalecimento do Controle Social, através de campanhas informativas, educativas, além de criação de fóruns democráticos de participação	Feita por aclamação
10	Revisar o número de população média por município para dez mil habitantes	Feita por aclamação

	para acesso ao CREAS, principalmente em pequeno porte, para efeito de cofinanciamento.		
--	--	--	--

Não ocorreram destaques contra e nem a favor. Após término do processo de votação é iniciado a leitura das propostas do EIXO 5 direcionada ao Estado

	Redação da Proposta de Deliberação Origem: deliberação advinda dos municípios	Eixo	Votos via sistema de votação	Votos via chat	Votos Totais
1	Assegurar cofinanciamento regular, contínuo e flexível para os municípios em situação de risco, emergência e calamidade pública, incluindo-se os municípios previamente mapeados, prioritariamente para os municípios de pequeno porte.	5	9	3	12
2	Garantir aos profissionais do SUAS que trabalham em situações de calamidade e emergências o uso de EPIS e imunização.		5	0	5
3	Garantir educação permanente para a equipe do SUAS para atendimento das situações de calamidade pública e emergenciais.		4	1	5
4	Garantir e ampliar a destinação de Recursos para atendimento a Benefícios eventuais em Situações de Calamidade Pública.		3	0	3
5	Criar um Fundo Especial Estadual com recurso extraordinário, para enfrentamento durante e após situações de vulnerabilidade social agravadas na calamidade e emergências.		3	0	3
6	Dar maior apoio e suporte aos municípios na oferta de serviços em situação de calamidade pública.		3	0	3

7	Criar uma câmara técnica intersetorial para elaborar o planejamento estratégico da atuação do SUAS em situação de emergência e calamidade pública, articulado com os demais órgãos públicos e a possibilidade de outros atores, com especificação de mecanismos de monitoramento e avaliação.		2	0	2
8	Criar programa específico para famílias atingida por calamidade e emergência como a pandemia de COVID 19		2	0	2
	Redação da Proposta de Deliberação Origem: Nova proposta	Eixo	Votos via sistema de votação	Votos via chat	Votos Totais
1	Regular e implantar, de forma continuada, Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências, com participação da sociedade civil, garantindo a criação de um plano de ação intersetorial entre estado e municípios para atuação nas situações de calamidades públicas e emergências.	5	3	0	3
2	Garantir aos usuários da Rede SUAS do município o bilhete único e gratuito para acesso a serviços, projetos, programas e benefícios da assistência social, inclusive com a dotação orçamentária específica, além de um trabalho mais intensivo para todos os segmentos.		2	0	2

Foram registradas manifestações favoráveis e contrárias nas propostas 3, 4, 6,7 e 8.

O Coordenador Márcio fez a leitura das propostas, salientando que foram definidas apenas 9 propostas ao final das discussões do eixo 5 propostas da União.

	Redação da Proposta de Deliberação Origem: deliberação advinda dos municípios	Eixo	Votos via sistema de votação	Votos via chat	Votos Totais
1	Criar Política Nacional de atenção socioassistencial em contexto de emergência e calamidade pública , garantindo um fundo especial para situações de emergência com aumento de repasses e celeridade na destinação dos recursos para a assistência social.	5	4	1	5
2	Garantir orçamento e recursos públicos para Estados e Municípios, desenvolver planejamento estratégicos de atuação em situação de calamidade pública e emergência no âmbito do SUAS		4	1	5
3	Fortalecer o cadastro único como ferramenta na garantia de direitos e dar continuidade a Renda Familiar por meio dos Programas e Benefícios de transferência de renda que ampare as famílias em situações de desastres e emergências.		3	0	3
4	Garantir o repasse de recursos e a essencialidade do Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergência bem como ofertar apoio técnico e suporte aos municípios para a oferta do serviço.		3	0	3
5	Criar mecanismos de apoio aos municípios em situações de calamidades públicas e de emergências efetivando a antecipação de pagamentos do BPC, assim como outros benefícios de transferência e renda.		2	0	2
6	Garantir o auxílio financeiro às famílias em situações de vulnerabilidade social em situação de calamidade pública e emergência.		1	0	1

7	Garantir aos profissionais do SUAS que trabalham em situações de calamidade e emergências o uso de EPIS e inclusão definitiva dos profissionais da Política de Assistência Social no Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação.		1	0	1
8	Criar um Fundo Especial Nacional para situações de calamidade e emergência com recurso extraordinário.		1	0	1
	Redação da Proposta de Deliberação Origem: Nova proposta	Eixo	Votos sistema de votação	Votos via chat	Votos Totais
1	Garantir o cofinanciamento do Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências, com repasse de recursos de forma regular e automática, fundo a fundo, para os estados e municípios.	5	5	0	5

Após a leitura foi disponibilizado as formas de votação.

Encerramos o processo de votação das propostas das quais foram registradas os votos de todos os participantes.

Os delegados agradeceram pela oportunidade de participar da Conferência, mais uma vez foi mencionado sobre os desafios do formato virtual.

Em seguida apresentamos todas as propostas relacionadas com resultado final após votação.

RESULTADO DO PROCESSO DE VOTAÇÃO DA PLENÁRIA FINAL ESTADO					
	Proposta	Eixo	Votos sistema	Votos chat	Total
01	Garantir, promover e efetivar o acesso à Assistência Social para o enfrentamento de desigualdades e promoção da equidade, considerando grupos em situação de maior vulnerabilidade e riscos sociais respeitando as identidades, a diversidade e a pluralidade dos indivíduos	01	40	5	45 votos

02	Efetivar e ampliar a oferta de Serviços e Benefícios sob a lógica do direito socioassistencial. Estendendo o horário de atendimento dos serviços, conforme a realidade local, visando garantir equidade de acesso aos usuários e trabalhadores.	01	8	0	8 votos
03	Incentivar, financiar e viabilizar a divulgação sobre o SUAS com linguagem simples e acessível através de vídeos informativos, de materiais impressos e de campanhas em rádio, TV, redes sociais, panfletos, palestras e bate papo nas escolas e outros espaços, garantindo o princípio da transparência e publicização, bem como acesso das populações rurais à informação	01	17	0	17 votos
04	Valorizar os trabalhadores do SUAS através da realização de concursos públicos que garantam estabilidade, salários dignos, carreira, capacitações continuadas e dimensionamento das equipes conforme normativas federais e demandas locais	01	59	0	59 votos
05	Ofertar capacitação aos profissionais do SUAS objetivando o atendimento inclusivo e equânime às pessoas com deficiência auditiva, viabilizando o acesso a Proteção Social e a garantia de direitos.	01	15	0	15 votos
06	Investir na Vigilância Socioassistencial para que seja detectada as situações de precarização e agravamento das vulnerabilidades que afetam os cidadãos.	01	21	0	21 votos
07	Criar Ouvidoria Estadual da social no CEAS para atender as demandas do SUAS, garantindo espaços para manifestação e informação dos usuários, como forma também de estabelecer meios para impor e fiscalizar a realização de concursos públicos nos municípios, para garantir a estabilidade dos funcionários do SUAS, com objetivo de possuir funcionários com experiência na área, uma vez que a falta de preparo interfere negativamente no SUAS.	01	4	0	4 votos
08	Criar programas e incentivos de aceleração do crescimento e desenvolvimento social e econômico e do SUAS, usando como norteador dessas iniciativas as propostas surgidas e deliberadas nas conferências, fortalecendo os programas de transferência de renda, ampliando sua capacidade de cobertura das famílias, aumentando o valor repassado aos beneficiários e garantindo por Lei Estadual o valor direto	01	16	0	16 votos
09	Implementar Programa Estadual de Renda Básica de Cidadania no valor de 1 Salário Mínimo atualizando o parâmetro de referência para o estabelecimento do critério de extrema pobreza, com prioridade para as famílias chefiadas por mulheres negras com vistas à redução das desigualdades de gênero, raça, cor e etnia, considerando o princípio da equidade	01	51	0	51 votos
10	Criar e garantir a existência por legislação, de cadeira no CMAS para representações de coletivos de vulneráveis, em específicos povos tradicionais e comunidade LGBTQIA+, e ainda a criação de um conselho para atendimento, estudo e criação de políticas para assistência social de grupos vulneráveis em específico os dentro de comunidade tradicionais e de diversidade de gênero.	01	5	0	5 votos
01	Garantir recursos de cofinanciamento do Fundo Estadual aos municípios de forma regular, principalmente do Piso Mineiro, repassando aos Fundos Municipais os valores atrasados e aplicar aumentos e reajustes periódicos, anuais e sistemáticos que considerem a base de dados do Cadúnico dos municípios, a fim de que se efetive a gestão, qualidade, manutenção, execução e aprimoramento do SUAS, considerando a complexidade, porte, diagnóstico,	02	25	0	25 votos

	indicadores e demandas dos municípios, objetivando o atendimento e a garantia dos direitos dos usuários.				
02	Estabelecer em lei estadual a garantia de no mínimo 5% do orçamento público para financiamento da política de assistência social, garantindo um repasse fixo aos municípios de acordo com as demandas específicas.	02	31	0	31 votos
03	Garantir o cofinanciamento para aquisição de imóvel próprio e materiais permanentes visando a implantação e expansão dos equipamentos da PSB e PSE nos municípios de forma a aprimorar os serviços afiançados pelo SUAS contemplando as populações rurais, do semiárido, de comunidades tradicionais, dentre outros, no acesso ao SUAS conforme o princípio da equidade e considerar no cofinanciamento às diversidades e especificidades de público e território de forma que venha garantir os Direitos Socioassistenciais.	02	10	5	15 votos
04	Garantir financiamento para o cumprimento da meta de implantação dos CREAS Regionais, conforme Plano Estadual de Regionalização da PSE, ou implantação de CREAS municipais nas cidades de pequeno porte I com demandas de violações de direitos.	02	61	5	66 votos
05	Garantir a expansão do financiamento destinado à manutenção e estruturação dos Conselhos, bem como à capacitação continuada e permanente dos conselheiros, especialmente os representantes de usuários, bem como fomentar ações que garantam assessoramento da sociedade civil no exercício do controle social.	02	8	0	8 votos
06	Assegurar cofinanciamento estadual para estruturação de equipes de vigilância socioassistencial no âmbito municipal.	02	15	0	15 votos
07	Criar cofinanciamento específico para o Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências, além da oferta de capacitações para os profissionais do SUAS	02	6	0	07
08	Garantir que o governo do Estado cumpra suas responsabilidades, previstas nas normativas do SUAS, (ampliação do financiamento, assessoramento, apoio técnico, ações de educação permanente para os atores do SUAS, dentre outras).	02	5	2	7 votos
09	Instituir Programa de Transferência de Renda permanente para famílias em situação de extrema pobreza no âmbito do Estado de Minas Gerais	02	12	0	12 votos
10	Ampliar o financiamento do Piso Mineiro Variável para ampliação das equipes de referência dos CRAS e CREAS das cidades com extensão rural, povos e comunidades tradicionais, situações de emergência e de calamidade pública considerando as especificidades independente do porte populacional.	02	17	0	17 votos
01	Ofertar capacitação e educação permanente para os Conselheiros Estaduais e Municipais, sejam presenciais ou, por EAD, de forma a qualificar a sua participação e para mobilizar lideranças e representantes da sociedade civil na defesa dos direitos socioassistenciais e no fortalecimento do controle social, favorecendo, por consequência, a instituição e funcionamento de fóruns e URCMAS, fortalecendo a participação popular social dentro dos conselhos e incentivando o usuário a participar	03	43	1	44 votos

	das ações da assistência social como forma de exercer a cidadania				
02	Fomentar e qualificar a participação dos usuários do SUAS por meio de participação em reuniões das URCMAS, Fóruns e, em Comissões de Gestão dos equipamentos sociais, disponibilizando meio de transporte, para que contribuam sobre a oferta dos serviços, programas, projetos e benefícios, expressem sem se sentirem ameaçados, criticados ou julgados sobre as suas necessidades, dando maior visibilidade aos grupos historicamente invisíveis e excluídos, além da sua presença nas Conferências Estaduais de Assistência Social.	03	14	2	16 votos
03	Ampliar a divulgação das ações realizadas pelo CEAS, em mídia eletrônica e transmissões online das Plenárias possibilitando a participação das (os) usuárias (os) para a defesa de seus direitos, além de criar campanhas ampliando os meios de difusão de informações <i>em todas mídias audiovisuais e impressas existentes, com uma mídia alternativa para pessoas com deficiência, e no portal da transparência</i> buscando parcerias entre estado e municípios, para: divulgação da política de assistência social, esclarecer o propósito das funções e objetivo dos CMAS e a importância participação democrática no processo de elaboração e acompanhamentos das políticas públicas pela população. Ainda, fortalecer a participação social junto à elaboração de propostas de lei.	03	37	3	40 votos
04	Ampliar a oferta de capacitação e educação permanente para os conselheiros estaduais e municipais, presencial ou por plataforma EAD, de forma a favorecer a sua participação qualificada e a organização de fóruns e lideranças da sociedade civil.	03	10	1	11 votos
05	Disponibilizar recursos financeiros, com a revisão de seus valores, para financiamento das ações dos Conselhos, com destaque para a participação em atividades de capacitação, e outros espaços de formação e debate como congressos, conferências, fóruns, além de fazer gestão junto ao Governo Federal para assegurar o repasse de recursos do IGD-SUAS destinados à manutenção e fortalecimento dos conselhos.	03	31	0	31 votos
06	Implantar ouvidorias da Assistência Social através de canal de denúncia eficiente que faça interface com o Conselho Estadual de Assistência Social.	03	9	0	06
07	Mapear os municípios de menor porte com ausência de serviços de Proteção Especial de Média e Alta Complexidade para aplicar a competência estadual de prestação de serviços regionalizados no âmbito do Estado, conforme art.13, inciso V da LOAS.	03	12	0	12 votos
08	Fazer parcerias com CREAS regional para atender as demandas de Proteção Especial dos municípios que ainda não possuem tal equipamento.	03	7	1	8 votos
09	Fomentar, qualificar e estimular a participação das (os) usuárias (os) enquanto sociedade, aprofundando a Intersetorialidade com os demais equipamentos,	03	11	0	11 votos

	fortalecendo o protagonismo e representação das(os) usuárias(os), com a promoção de eventos temáticos de forma que traga a todas (os) para as discussões políticas, legitimando suas deliberações garantidoras de direitos.				
10	Não alternância para presidente dos Conselhos de Assistência Social, visando maior transparência; ou seja, A presidência somente é ocupada por membros da sociedade civil.	03	5	0	5 votos
01	Implementar política de capacitação permanente para: gestores, conselheiros, trabalhadores e rede, garantindo retorno do Capacita SUAS, com financiamento do piso mineiro.	04	9	0	9 votos
02	Ampliar as campanhas de divulgação dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais, para fortalecer o acesso da população à Política Pública de Assistência Social através de meios de comunicação, mídias alternativas, de cartilhas, material didático acessível, que venham trazer conhecimento aos usuários sobre seus direitos e deveres, favorecendo a articulação entre os serviços ofertados.	04	6	0	6 votos
03	Atualizar valores do cofinanciamento dos serviços do sistema único de assistência social - suas, bem como garantir o cofinanciamento de todos os serviços socioassistenciais tipificados para todos os municípios, de forma regular e automática a fim de garantir a efetividade dos direitos socioassistenciais.	04	11	0	11 votos
04	Garantir e apoiar os municípios para construção de equipamentos físicos e/ou instituições de acolhimento, garantindo recursos humanos e de infraestrutura (aquisição de veículos, computadores, internet, dentre outros)	04	7	0	7 votos
05	Efetivar e expandir, de forma gradual e progressiva, o Plano Estadual de Regionalização dos Serviços de Proteção Social Especial de Média e Alta complexidade, com vista a contemplar os municípios de porte I e II	04	21	0	21 votos
06	Ampliar o cofinanciamento garantindo o repasse financeiro pelo governo federal e estadual para desenvolvimento do SUAS; garantia do efetivo cofinanciamento pelas três esferas do governo, considerando as necessidades de manutenção, ampliação, diversificação e implantações de oferta do SUAS	04	8	1	9 votos
07	Implantar, de forma obrigatória, a Vigilância socioassistencial como uma estratégia fundamental de gestão, monitoramento e avaliação, garantindo recursos financeiros e equipes de trabalho	04	39	2	41 votos
08	Criar e ampliar instituições de acolhimento regionalizada para os públicos com vínculos familiares rompidos: idosos, pessoas com deficiência, crianças e adolescentes, com equipe especializada, bem como disponibilizar	04	32	2	34 votos

	investimentos para infraestrutura.				
09	Implantar Residências Inclusivas Regionalizadas, afiançadas pelo SUAS, a fim de estruturar serviços de acolhimento institucionais para jovens e adultos com deficiência em situação de dependência que não disponham de sustentabilidade e vínculo familiar.	04	17	0	17 votos
10	Fortalecer e ampliar a proteção social básica, qualificando a atenção aos serviços, benefícios e projetos, visando garantir a proteção social e o atendimento mais eficaz em situações de vulnerabilidade e risco social, inclusive aos povos das comunidades tradicionais	04	15	0	15 votos
01	Assegurar cofinanciamento regular, contínuo e flexível para os municípios em situação de risco, emergência e calamidade pública, incluindo-se os municípios previamente mapeados, prioritariamente para os municípios de pequeno porte.	05	18	0	18 votos
02	Garantir aos profissionais do SUAS que trabalham em situações de calamidade e emergências o uso de EPIS e imunização.	05	12	0	12 votos
03	Garantir educação permanente para a equipe do SUAS para atendimento das situações de calamidade pública e emergenciais.	05	11	0	11 votos
04	Garantir e ampliar a destinação de Recursos para atendimento a Benefícios eventuais em Situações de Calamidade Pública.	05	10	0	10 votos
05	Criar um Fundo Especial Estadual com recurso extraordinário, para enfrentamento durante e após situações de vulnerabilidade social agravadas na calamidade e emergências.	05	5	0	5 votos
06	Dar maior apoio e suporte aos municípios na oferta de serviços em situação de calamidade pública.	05	9	0	9 votos
07	Criar uma câmara técnica intersetorial para elaborar o planejamento estratégico da atuação do SUAS em situação de emergência e calamidade pública, articulado com os demais órgãos públicos e a possibilidade de outros atores, com especificação de mecanismos de monitoramento e avaliação.	05	8	0	8 votos
08	Criar programa específico para famílias atingida por calamidade e emergência como a pandemia de COVID 19	05	4	0	4 votos
09	Regular e implantar, de forma continuada, Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências, com participação da sociedade civil, garantindo a criação de um plano de ação intersetorial entre estado e municípios para atuação nas situações de calamidades públicas e emergências.	05	85	5	90 votos
10	Garantir aos usuários da Rede SUAS do município o bilhete único e gratuito para acesso a serviços, projetos, programas e benefícios da assistência social, inclusive com a dotação orçamentária específica, além de um trabalho mais intensivo para todos os segmentos.	05	11	0	11 votos

As próximas propostas são para registro dos resultados após votação da Plenária Final.

RESULTADO DO PROCESSO DE VOTAÇÃO DA PLENÁRIA FINAL UNIÃO					
	Proposta	Eixo	Votos sistema	Votos chat	Total
01	Garantir a vinculação do BPC ao salário mínimo, universalizando o acesso da pessoa idosa a partir de 60 anos e das pessoas com deficiência, com per capita de meio salário mínimo, garantindo ainda a equidade do direito à concessão de dois BPCs para duas pessoas com deficiência numa mesma família, para viabilizar a segurança de renda como estratégia de enfrentamento à pobreza e acesso às necessidades básicas.	01	39	0	39 votos
02	Revogar PEC 95, considerando seus impactos negativos na política de assistência social	01	38	4	42 votos
03	Incentivar, criar, patrocinar e viabilizar a divulgação sobre o SUAS com linguagem simples e acessível através de programas permanentes de informação e conscientização, vídeos, impressos, campanhas, palestras, divulgação na mídia e redes sociais, materiais em libras, braile, bate papo nas escolas e outros meios, garantindo a equidade de acesso a informações e serviços, desconstruindo práticas assistencialistas, incentivando a participação social e evitando a propagação de informações falsas.	01	7	0	7 votos
04	Implantar programa para pessoas com deficiência na assistência social com a finalidade de proporcionar qualidade de vida e garantia da segurança de renda	01	14	2	16 votos
05	Reajustar os valores dos Programas de Transferência de Renda (Programa Bolsa Família, Auxílio Brasil ou outro) considerando a nova conjuntura, além de aprimorar os parâmetros que definem o quantitativo de vagas em cada município e ainda implementar melhorias na fiscalização e operacionalização	01	5	0	5 votos
06	Garantir e ampliar programas de transferência de renda, com definição de per capita baseada na definição de 1/4 do salário mínimo, destinados aos públicos em situação de vulnerabilidade social e insegurança de rendas	01	11	1	12 votos
07	Manter o Cadastro Único em funcionamento presencial e criar mecanismos para aprimorar os procedimentos de atualização, averiguação e auditoria e revisão cadastral	01	85	0	85 votos
08	Propiciar condições efetivas para o desenvolvimento das funções do SUAS, garantindo a Proteção Social não contributiva e considerando as diretrizes de descentralização e participação social.	01	1	0	1 voto
09	Melhorar integração de dados, sistemas e relatórios da rede Suas entre si e com demais plataformas do sistema de garantia de direitos, aumentando a capilaridade da concessão de benefícios para combater a desigualdade	01	8	0	8 votos

10	Reativar, criar e garantir a existência permanente dos Conselhos de políticas da Mulher e CONSEA das populações dos campos e águas, da população itinerantes, de comunidades tradicionais e de políticas da Comunidade LGBTQIA+, para desenvolvimento de estudos e criação de políticas públicas assistenciais e de sobrevivência desses grupo e/ou comunidades.	01	7	0	7 votos
01	Garantir que a União repasse efetivamente os recursos fundo-a- fundo para a política de assistência social com a criação de percentual em seu orçamento, articulando junto ao congresso a aprovação de PEC 383/2017.	02	38+1	3	42 votos
02	Garantir que os repasses do Fundo Nacional de Assistência Social, destinados aos Serviços, Incentivo à Gestão e Programas, sejam repassados de forma regular e integral promovendo a ampliação dos recursos conforme demandas e especificidades populacionais e territoriais independente do porte, bem como flexibilização do seu uso.	02	16	4	20 votos
03	Revogar normativas que contribuem para o desmonte da Política de Assistência Social: Emenda Constitucional nº95, Portaria do Ministério nº 2.362/2019 e a Medida Provisória do Governo Federal (MP) 1.061/2021, que substitui o Programa Social Bolsa Família pelo Auxílio Brasil e institui o Programa Alimenta Brasil.	02	60	3	63 votos
04	Cumprir com o financiamento de acordo com o pacto federativo e a NOBSUAS tendo em vista as corresponsabilidades do Estado e da União para que o SUAS mantenha e amplie os serviços projetos e programas, garantindo a equidade, seguindo os fundamentos ético-políticos necessários ao aprimoramento da universalização de direitos e assegure as ações da Assistência Social	02	17	0	17 votos
05	Expedir diretrizes para a atuação da política de assistência social em contextos de calamidade pública e de emergência e assegurar de forma integral e regular o repasse do cofinanciamento dos serviços e programas da Política de Assistência Social, em especial o Serviço de Proteção Social em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências, de acordo com o que foi pactuado com o II Plano Decenal da Assistência Social -2016/2026.	02	3	0	3 votos
06	Manter de forma regular o cofinanciamento dos serviços e programas sociais, para a manutenção das ações e instituição de equipes de referência nos municípios, inclusive cofinanciamento para Proteção Social Especial, de média e alta complexidade para os de pequeno porte que apresentam registros de atendimento.	02	7	0	7 votos
07	Definir que para análise de renda para a concessão do BPC seja estabelecido como critério a renda per capita de 1/2 salário mínimo, e também considerar as despesas de saúde, alimentação e aluguel. Ampliar os recursos financeiros para o benefício de prestação continuada, prevendo inclusive na legislação uma 13ª parcela e também equiparar a idade mínima ao estatuto do idoso e alterar	02	15	1	16 votos

	normativa para que o valor do BPC não seja computado como renda na liberação do benefício do programa Bolsa Família para que mais famílias tenham direito ao benefício				
08	Disponibilizar recursos financeiros de incentivo para estruturar e equipar com mobiliário, aparelhos tecnológicos e de telecomunicação (celulares, tablets, roteadores sem fio, notebooks) e veículos os: conselhos, serviços de PSE e PSB	02	5	0	5 votos
09	Assegurar que as receitas da política de Assistência social e suas despesas com pessoal não sejam computadas para fins dos limites estabelecidos na lei de responsabilidade Fiscal. (revogar a portaria n 377, de 08 de julho de 2020, do STN).	02	2	0	2 votos
10	Implementar recurso financeiro para criação, manutenção e aprimoramento do serviço e das equipes de vigilância socioassistencial, propiciando elaboração de diagnósticos sobre as realidades territoriais e sobre as vulnerabilidades que incidem sobre povos e comunidades tradicionais e outros públicos.	02	13	0	13 votos
01	Desenvolver novas estratégias para garantir, ampliar e qualificar a participação da sociedade civil, principalmente dos usuários, nos conselhos, como a criação de fóruns para a escuta dos usuários de forma democrática antes da tomada de decisões. Fomentar o papel dos Conselhos de Assistência Social nas iniciativas de gestão do Programa Bolsa Família (PBF) e do Cadastro Único, potencializando o exercício do controle social. Estimular a participação dos usuários por meio das normativas e do fornecimento de condições adequadas para sua atuação.	03	4	0	4 Votos
02	Promover capacitação, qualificação e educação permanente, pela União, de conselheiro usuários e trabalhadores, em seus municípios e regionalmente, com recurso garantido orçamentariamente para assegurar a participação social, controle social e a garantia de direitos socioassistenciais, e produzir materiais educativos, em linguagem simples e acessível aos usuários, e divulgação nas mídias sociais para que a população conheça o SUAS.	03	12	0	12 Votos
03	Estabelecer estratégias de divulgação e publicidade da assistência social e seus programas, projetos e benefícios, como política pública de estado direito do cidadão, fortalecendo as instâncias e os espaços de controle social. Publicizar/conscientizar a população, acerca da importância da participação popular, nos espaços destinados à discussão e controle da política de assistência social, por meio da mídia nacional, campanhas, entre outras formas, com financiamento federal. Destacar a importância do conselho e de ser conselheiro.	03	5	0	5 Votos
04	Ampliar o cofinanciamento do repasse a ser executado com o CMAS, ampliando sua aplicação aos outros conselhos vinculados à Política de Assistência Social,	03	10	0	10 Votos

	transferindo esses recursos de forma regular. Instituir um Piso específico para o cofinanciamento do controle social				
05	Fortalecer as instâncias de participação do SUAS, garantindo o compartilhamento das responsabilidades dos compromissos dos entes Federados. Respeito à resolução do CNAS e conseqüentemente a constituição de 1988 que garante a participação popular e o controle social nas políticas públicas.	03	2	0	2 Votos
06	Garantir a execução das deliberações do Conselho Nacional de Assistência Social, independente da mudança da gestão federal para dar continuidade e melhorias nas ações. Garantir a participação sociedade civil nas conferências da Assistência Social em todos os níveis, com financiamento público, com norma simplificada para a prestação de contas dos serviços prestados. Usar linguagem mais acessível nas conferências e aumentar a participação dos usuários.	03	5	0	5 Votos
07	Garantir a continuidade dos Conselhos de Assistência Social, assim como a paridade entre sociedade civil e governo, através de eleição de representantes da sociedade civil e o cumprimento de suas deliberações. Aprimorar e fortalecer os conselhos e espaços de diálogo que possam dar voz à população no que se refere aos direitos socioassistenciais a fim de criar canais de aperfeiçoamento de análise social e, a partir disso, dar suporte aos entes federativos na feitura dos orçamentos e garantia dos financiamentos.	03	5	0	5 Votos
08	Implementar a ouvidoria do SUAS nos três âmbitos do governo	03	2	0	2 Votos
09	Lutar por mudar o paradigma vigente de paridade do CNAS, pois, atualmente, o órgão gestor acaba sendo o próprio fiscalizador, conforme consta do artigo 17 "caput", da lei 8.742/93, tendo em vista que os membros são nomeados pelo presidente da república. o que viola o princípio da transparência e outros princípios constitucionais	03	2	0	2 Votos
10	Revogar o Decreto Federal Nº 9.759, de 11 de abril de 2019, que extingue e estabelece diretrizes, regras e limitações para colegiados da administração pública federal, bem como restabelecer e fortalecer as instâncias de pactuação (Comissão Intergestores Tripartite, Mesa Nacional de Gestão do Trabalho, Núcleo Nacional de Educação Permanente), além de restituir o efetivo caráter deliberativo do Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS.	03	127	3	130 Votos
01	Implementar política de capacitação permanente para: gestores, conselheiros, trabalhadores e rede SUAS.	04	11	1	12 votos
02	Garantir a vinculação ao salário mínimo para o BPC, bem	04	56	4	60 votos

	como a redução da idade de 65 para 60 anos, alterando a Lei 8742/1993 e o Decreto nº 6214/2007, alterando a renda per capita para acesso ao Benefício de Prestação Continuada (BPC) para pessoa com deficiência ou idosa de ¼ do salário mínimo para ½ salário mínimo, assim como revogar a Lei 14.176/2021, visando desburocratizar o acesso.				
03	Manter o acesso ao Cadastro Único através dos equipamentos físicos e profissionais da Assistência Social, em contraponto ao desmonte desse instrumento pela via da automatização e/ou utilização de aplicativos online, tendo como requisito atualização dos dados das famílias como ação continuada.	04	27	0	27 votos
04	Ampliar as campanhas de divulgação dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais, para fortalecer o acesso da população à Política Pública de Assistência Social através de meios de comunicação, mídias alternativas, de cartilhas, material didático acessível, que venham trazer conhecimento aos usuários sobre seus direitos e deveres, favorecendo a articulação entre os serviços ofertados.	04	5	0	5 votos
05	Garantir e apoiar os municípios para construção de equipamentos físicos e/ou instituições de acolhimento, garantindo recursos humanos e de infraestrutura (aquisição de computadores, internet, dentre outros)	04	8	0	8 votos
06	Aperfeiçoar os sistemas de informações federais, unificando as bases de dados do Governo, buscando democratização efetiva para acesso amplo dos usuários.	04	5	0	5 votos
07	Garantir a segurança de renda como estratégia de enfrentamento à pobreza e acesso às necessidades sociais básicas, mantendo o Programa Bolsa Família e ampliando o valor do benefício, aprimorando os critérios, aumentando metas de acesso, para garantir equidade.	04	28	1	29 votos
08	Ampliar os recursos financeiros para o desenvolvimento do Trabalho Social com famílias e para qualificação da equipe volante, bem como revisar os critérios de elegibilidade para que os municípios de pequeno porte possam ter direito à implantação	04	15	0	15 votos
09	Criar estratégias de comunicação, divulgação e de fortalecimento do Controle Social, através de campanhas informativas, educativas, além de criação de fóruns democráticos de participação	04	1	0	1 votos
10	Revisar o número de população média por município para dez mil habitantes para acesso ao CREAS, principalmente em pequeno porte, para efeito de cofinanciamento.	04	14	0	14 votos
01	Criar Política Nacional de atuação socioassistencial em contexto de emergência e calamidade pública, garantindo um fundo especial para situações de emergência com	05	16	0	16 votos

	aumento de repasses e celeridade na destinação dos recursos para a assistência social.				
02	Garantir orçamento e recursos públicos para Estados e Municípios, desenvolver planejamento estratégicos de atuação em situação de calamidade pública e emergência no âmbito do SUAS	05	6	0	6 votos
03	Fortalecer o cadastro único como ferramenta na garantia de direitos e dar continuidade a Renda Familiar por meio dos Programas e Benefícios de transferência de renda que ampare as famílias em situações de desastres e emergências.	05	3	0	3 votos
04	Garantir o repasse de recursos e a essencialidade do Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergência bem como ofertar apoio técnico e suporte aos municípios para a oferta do serviço.	05	4	0	4 votos
05	Criar mecanismos de apoio aos municípios em situações de calamidades públicas e de emergências efetivando a antecipação de pagamentos do BPC, assim como outros benefícios de transferência e renda.	05	1	0	1 voto
06	Garantir o auxílio financeiro às famílias em situações de vulnerabilidade social em situação de calamidade pública e emergência.	05	6	0	6 votos
07	Garantir aos profissionais do SUAS que trabalham em situações de calamidade e emergências o uso de EPIS e inclusão definitiva dos profissionais da Política de Assistência Social no Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação.	05	19	0	19 votos
08	Criar um Fundo Especial Nacional para situações de calamidade e emergência com recurso extraordinário.	05	2	0	2 votos
09	Garantir o cofinanciamento do Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências, com repasse de recursos de forma regular e automática, fundo a fundo, para os estados e municípios.	05	108	4	112 votos

O resultado das deliberações da Plenária Final tanto para Estado quando para a União Serão apresentados nos quadros abaixo

DELIBERAÇÕES DA PLENÁRIA FINAL PARA O ESTADO		
Nº	DELIBERAÇÃO	EIXO
01	Valorizar os trabalhadores do SUAS através da realização de concursos públicos que garantam estabilidade, salários dignos, carreira, capacitações continuadas e dimensionamento das equipes conforme normativas federais e demandas locais.	01

02	Garantir, promover e efetivar o acesso à Assistência Social para o enfrentamento de desigualdades e promoção da equidade, considerando grupos em situação de maior vulnerabilidade e riscos sociais respeitando as identidades, a diversidade e a pluralidade dos indivíduos	01
03	Investir na Vigilância Socioassistencial para que seja detectada as situações de precarização e agravamento das vulnerabilidades que afetam os cidadãos.	01
04	Garantir financiamento para o cumprimento da meta de implantação dos CREAS Regionais, conforme Plano Estadual de Regionalização da PSE, ou implantação de CREAS municipais nas cidades de pequeno porte I com demandas de violações de direitos.	02
05	Estabelecer em lei estadual a garantia de no mínimo 5% do orçamento público para financiamento da política de assistência social, garantindo um repasse fixo aos municípios de acordo com as demandas específicas.	02
06	Garantir recursos de cofinanciamento do Fundo Estadual aos municípios de forma regular, principalmente do Piso Mineiro, repassando aos Fundos Municipais os valores atrasados e aplicar aumentos e reajustes periódicos, anuais e sistemáticos que considerem a base de dados do Cadúnico dos municípios, a fim de que se efetive a gestão, qualidade, manutenção, execução e aprimoramento do SUAS, considerando a complexidade, porte diagnóstico, Indicadores e demandas dos municípios, objetivando o atendimento e a garantia dos direitos dos usuários.	02
07	Ofertar capacitação e educação permanente para os Conselheiros Estaduais e Municipais, sejam presenciais ou, por EAD, de forma a qualificar a sua participação e para mobilizar lideranças e representantes da sociedade civil na defesa dos direitos socioassistenciais e no fortalecimento do controle social, favorecendo, por consequência, a instituição e funcionamento de fóruns e URCMAS, fortalecendo a participação popular social dentro dos conselhos e incentivando o usuário a participar das ações da assistência social como forma de exercer a cidadania	03
08	Ampliar a divulgação das ações realizadas pelo CEAS, em mídia eletrônica e transmissões online das Plenárias possibilitando a participação das (os) usuárias (os) para a defesa de seus direitos, além de criar campanhas ampliando os meios de difusão de informações <i>em todas mídias audiovisuais e impressas existentes, com uma mídia alternativa para pessoas com deficiência, e no portal da transparência</i> buscando parcerias entre estado e municípios, para: divulgação da política de assistência social, esclarecer o propósito das funções e objetivo dos CMAS e a importância participação democrática no processo de elaboração e acompanhamentos das políticas públicas pela população. Ainda, fortalecer a participação social junto à elaboração de propostas de lei.	03
09	.Disponibilizar recursos financeiros, com a revisão de seus valores, para financiamento das ações dos Conselhos, com destaque para a participação em atividades de capacitação, e outros espaços de formação e debate como	03

	congressos, conferências, fóruns, além de fazer gestão junto ao Governo Federal para assegurar o repasse de recursos do IGD-SUAS destinados à manutenção e fortalecimento dos conselhos.	
10	Implantar, de forma obrigatória, a Vigilância socioassistencial como uma estratégia fundamental de gestão, monitoramento e avaliação, garantindo recursos financeiros e equipes de trabalho	04
11	Criar e ampliar instituições de acolhimento regionalizadas para os públicos com vínculos familiares rompidos: idosos, pessoas com deficiência, crianças e adolescentes, com equipe especializada, bem como disponibilizar investimentos para infraestrutura.	04
12	Efetivar e expandir, de forma gradual e progressiva, o Plano Estadual de Regionalização dos Serviços de Proteção Social Especial de Média e Alta complexidade, com vista a contemplar os municípios de porte I e II	04
13	Regular e implantar, de forma continuada, Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências, com participação da sociedade civil, garantindo a criação de um plano de ação intersetorial entre estado e municípios para atuação nas situações de calamidades públicas e emergências.	05
14	Assegurar cofinanciamento regular, contínuo e flexível para os municípios em situação de risco, emergência e calamidade pública, incluindo-se os municípios previamente mapeados, prioritariamente para os municípios de pequeno porte.	05
15	Garantir aos profissionais do SUAS que trabalham em situações de calamidade e emergências o uso de EPIS e imunização.	05

DELIBERAÇÕES DA PLENÁRIA FINAL PARA A UNIÃO		
Nº	DELIBERAÇÃO	EIXO
01	Manter o Cadastro Único em funcionamento presencial e criar mecanismos para aprimorar os procedimentos de atualização, averiguação e auditoria e revisão cadastral	01
02	Revogar PEC 95, considerando seus impactos negativos na política de assistência social	01
03	Revogar normativas que contribuem para o desmonte da Política de Assistência Social: Emenda Constitucional nº95, Portaria do Ministério nº 2.362/2019 e a Medida Provisória do Governo Federal (MP) 1.061/2021, que substitui o Programa Social Bolsa Família pelo Auxílio Brasil e institui o Programa Alimenta Brasil.	02

04	Garantir que a União repasse efetivamente os recursos fundo-a-fundo para a política de assistência social com a criação de percentual em seu orçamento, articulando junto ao congresso a aprovação de PEC 383/2017.	02
05	Revogar o Decreto Federal Nº 9.759, de 11 de abril de 2019, que extingue e estabelece diretrizes, regras e limitações para colegiados da administração pública federal, bem como restabelecer e fortalecer as instâncias de pactuação (Comissão Intergestores Tripartite, Mesa Nacional de Gestão do Trabalho, Núcleo Nacional de Educação Permanente), além de restituir o efetivo caráter deliberativo do Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS.	03
06	Promover capacitação, qualificação e educação permanente, pela União, de conselheiro usuários e trabalhadores, em seus municípios e regionalmente, com recurso garantido orçamentariamente para assegurar a participação social, controle social e a garantia de direitos socioassistenciais, e produzir materiais educativos, em linguagem simples e acessível aos usuários, e divulgação nas mídias sociais para que a população conheça o SUAS.	03
07	Garantir a vinculação ao salário mínimo para o BPC, bem como a redução da idade de 65 para 60 anos, alterando a Lei 8742/1993 e o Decreto nº 6214/2007, alterando a renda per capita para acesso ao Benefício de Prestação Continuada (BPC) para pessoa com deficiência ou idosa de ¼ do salário mínimo para ½ salário mínimo, assim como revogar a Lei 14.176/2021, visando desburocratizar o acesso.	04
08	Garantir a segurança de renda como estratégia de enfrentamento à pobreza e acesso às necessidades sociais básicas, mantendo o Programa Bolsa Família e ampliando o valor do benefício, aprimorando os critérios, aumentando metas de acesso, para garantir equidade	04
09	Garantir o cofinanciamento do Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências, com repasse de recursos de forma regular e automática, fundo a fundo, para os estados e municípios.	05
10	Garantir aos profissionais do SUAS que trabalham em situações de calamidade e emergências o uso de EPIS e inclusão definitiva dos profissionais da Política de Assistência Social no Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação.	05

A Plenária Final foi encerrada com a leitura dos nomes dos delegados aprovados e as Moções deliberadas nos eixos temáticos, conforme foi definido em regimento.

Os participantes agradeceram a Comissão Organizadora pelo processo e a Presidente pela condução.

As 22h21min a Presidente declarou encerrada a 14ª Conferência Estadual de Assistência Social.